

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**



Dissertação

PESSOAS E PLANTAS EM UM MUNDO DE PONTAS:
uma crítica feminista e decolonial aos estudos de povoamento inicial das Américas

DANUSA VIEIRA FREIRE DA SILVA

Pelotas, 2021

Danusa Vieira Freire da Silva

PESSOAS E PLANTAS EM UM MUNDO DE PONTAS:

uma crítica feminista e decolonial aos estudos de povoamento inicial das Américas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia.

Orientadora: Adriana Schmidt Dias

Coorientadora: Loredana Marise Ricardo Ribeiro

Pelotas, 2021

Danusa Vieira Freire da Silva

Pessoas e plantas em um mundo de pontas:

uma crítica feminista e decolonial aos estudos de povoamento inicial das Américas

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 12/02/2021

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Adriana Schmidt Dias (Orientadora)

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Fabíola Andréa Silva

Doutora em Ciências (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rafael Corteletti

Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

A todas as mulheres da minha vida
e àquelas que vieram antes de mim.

AGRADECIMENTOS

À UFPel, universidade pública gratuita, e a toda a equipe da PRAE, sem a qual eu não poderia ter concluído meus estudos.

À minha orientadora, Adriana Dias, e a minha coorientadora, Loredana Ribeiro, pelo suporte intelectual e pela compreensão em momentos difíceis.

Às professoras/es e funcionárias/os do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPel.

A toda a equipe do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPel), por me acolheram de braços abertos e me ensinarem tanto.

À Alexandra Elbakyan, camarada fundadora do site Sci-Hub, sem o qual não essa dissertação não existiria.

À/aos companheira/os de turma, pela cumplicidade e solidariedade, pelo afeto e trocas inestimáveis que fizeram do primeiro ano de mestrado uma experiência inesquecível.

A todas/os companheiras/os da militância política, por renovarem a cada dia minha convicção que o capitalismo e o patriarcado hão de cair.

A todas as amigas e amigos da vida, que me ajudaram a atravessar os momentos mais terríveis da escrita em meio a uma pandemia mundial.

À minha família, principalmente minha mãe e meu pai, Ivonete e Carlos, desde sempre meu maior apoio. Mesmo se eu quisesse não poderia imaginar pais melhores.

Ao Leon, meu amor, companheiro de estrada e de alma, pelas colaborações intelectuais e pelo incentivo constante desde a ideia inicial do projeto.

Agradeço, finalmente, a todas e todos que se revoltam diante das injustiças e lutam todos os dias pelo fim das desigualdades e por um mundo melhor, sem opressões.

RESUMO

VIEIRA FREIRE DA SILVA, Danusa. **Pessoas e plantas em um mundo de pontas:** uma crítica feminista e decolonial aos estudos de povoamento inicial das Américas. 2021. 164f. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Área de concentração em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Nos anos 1980, feministas chamaram atenção para o fato de que ao pesquisar elementos da cultura material, arqueólogos/as trabalhavam com um paradigma em que as fontes utilizadas para deduzir suas noções implícitas de arranjos de gênero no passado raramente eram explicitadas. Fundamentadas numa epistemologia binária e oposicional (natureza/cultura, sexo/gênero, feminina/masculino), papéis públicos e diferentes atividades exercidas por homens e mulheres de populações pretéritas são frequentemente inferidos a partir de valores e narrativas ocidentais modernas. É o caso do paradigma *man-the-hunter*, onde o homem é apresentado como o único responsável pela caça, atividade que seria motor evolução humana, relegando às mulheres a atividades de coleta. Embora esses paradigmas baseados numa visão masculinista tenham sido criticados, seu legado na elaboração de discursos arqueológicos permanece. Esta pesquisa procura, através de uma discussão teórico-metodológica, analisar a literatura arqueológica brasileira sobre povos caçadores-coletores pretéritos, colocando em questão a suposta neutralidade de modelos interpretativos que privilegiam a análise de pontas de projétil para reconstruir as dinâmicas de povoamento inicial do território brasileiro. Com base em perspectivas teóricas feministas e decoloniais, compreende-se que parte dessas investigações, de cunho evolucionista-darwinista e vinculadas a correntes hegemônicas da produção do conhecimento, reproduzem vieses masculinistas dominantes em suas pesquisas. São discutidos ainda outros caminhos possíveis de elaboração de conhecimento arqueológico/científico sobre os primeiros povos a ocuparem as Américas, a partir da perspectiva de povos tradicionais e sua relação com as plantas. Por fim, defendo que ao incorporar práticas contra-hegemônicas, torna-se possível a construção não somente de outras arqueologias, mas também de outros mundos.

Palavras-chave: arqueologia feminista; povoamento inicial das Américas; caçadores-coletores; perspectiva decolonial.

ABSTRACT

VIEIRA FREIRE DA SILVA, Danusa. **People and plants in a world of points: a feminist and decolonial critique to the studies of early settlement in the Americas.** 2021. 164f. Dissertation (Master degree em Antropologia – Área de concentração em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

In the 1980s, feminists drew attention to the fact that when researching elements of material culture, archaeologists worked with a paradigm in which the sources used to deduce their implicit notions of gender arrangements in the past were rarely made explicit. Based on a binary and oppositional epistemology (nature/culture, sex/gender, female/male), public roles and different activities performed by men and women from past populations are often inferred from modern Western narratives and values. This is the case of the man-the-hunter paradigm, where man is presented as the only person responsible for hunting, an activity that would be the engine of human evolution, relegating women to collecting activities. Although these paradigms based on a masculinist view have been criticized, their legacy remains in formulation of archaeological discourses. This research seeks, through a theoretical-methodological discussion, to analyze the Brazilian archaeological literature on past hunter-gatherer peoples, calling into question the supposed neutrality of interpretive models that privilege the analysis of projectile points to reconstruct early settlement dynamics in the Brazilian territory. Based on feminist and decolonial theoretical perspectives, it is understood that part of these investigations, of an evolutionist-Darwinist nature and linked to hegemonic currents of knowledge production, reproduce dominant masculinist biases in their research. Other possible ways of formulating archaeological/scientific knowledge about the first peoples to occupy the Americas are also discussed from the perspective of traditional peoples and their relationship with plants. Finally, I hold that by incorporating counter-hegemonic practices, it is possible to build not only other archaeologies, but also other worlds.

Key words: feminist archaeology; early settlement of the Americas; hunter-gatherers; decolonial perspective.

RÉSUMÉ

VIEIRA FREIRE DA SILVA, Danusa. **Les gens et les plantes dans un monde des pointes**: une critique féministe et décoloniale aux études sur les premiers peuplements de l'Amérique. 2021. 164f. Mémoire (Master em Antropologia – Área de concentração em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Dans les années 1980, les féministes ont attiré l'attention sur le fait que lors des recherches sur la culture matérielle, les archéologues travaillaient avec un paradigme dans lequel les sources utilisées pour déduire leurs notions implicites des arrangements de genre dans le passé étaient rarement explicites. Basés sur une épistémologie binaire et oppositionnelle (nature/culture, sexe/genre, femme/homme), les rôles publics et les différentes activités exercées par les hommes et les femmes des populations passées sont souvent inférés des valeurs et des narratives occidentales modernes. C'est le cas du paradigme du man-the-hunter où l'homme est présenté comme le seul responsable de la chasse, activité qui serait le moteur de l'évolution humaine, reléguant les femmes aux activités de cueillette. Bien que ces paradigmes basés sur une vision masculiniste aient été critiqués, leur héritage dans l'élaboration des discours archéologiques demeure. Cette recherche vise, par une discussion théorico-méthodologique, à analyser la littérature archéologique brésilienne sur les peuples chasseurs-cueilleurs anciens, remettant en question la prétendue neutralité des modèles interprétatifs qui favorisent l'analyse des pointes de projectiles pour reconstruire la dynamique des premiers peuplements du territoire brésilien. Sur la base de perspectives théoriques féministes et décoloniales, il est entendu qu'une partie de ces investigations, de nature évolutionniste-darwiniste et liées aux courants hégémoniques de production de connaissances, reproduisent les biais masculinistes dominants dans leurs recherches. Ils sont encore discutés d'autres moyens possibles de élaborer des connaissances archéologiques/scientifiques sur les premiers peuples à occuper les Amériques, du point de vue des peuples traditionnels et de leur relation avec les plantes. Enfin, je soutiens qu'en incorporant des pratiques contre-hégémoniques, il est possible de construire non seulement d'autres archéologies, mais aussi d'autres mondes.

Mots clés: archéologie féministe; premier peuplement de l'Amérique; chasseurs-cueilleurs; perspective décoloniale

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 <i>Rotas de povoamento inicial das Américas</i>	65
Figura 2 <i>Modelo demográfico</i>	76
Figura 3 <i>Modelo Fluvial</i>	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 NUM DIA, A CAÇA, NO OUTRO, O CAÇADOR: crítica feminista da ciência e arqueologia feminista	20
1.1 Abordagem teórica	20
1.2 A crítica feminista da ciência.....	21
1.2.1 Críticas ao objetivismo.....	23
1.2.2 O conceito de objetividade forte.....	25
1.2.3 Perspectivas metodológicas feministas	26
1.2.4 Objetivismo e relativismo	29
1.2.5 Perspectivas de(s)coloniais	31
1.3 A crítica feminista na arqueologia	34
1.3.1 A constituição de evidências arqueológicas	35
1.3.2 O caso dos estudos de povos caçadores-coletores.....	37
1.3.3 Crítica feminista e estudos de gênero na arqueologia brasileira	47
2 PROSPECTANDO O CAMPO: arqueologia brasileira e os estudos sobre o povoamento inicial das Américas	56
2.1 Quem chegou primeiro? Povos caçadores-coletores e ocupação inicial das Américas	56
2.1.1 Um marco cronológico	57
2.1.2 Modelo Clóvis Primeiro	59
2.2 O ocaso do modelo Clóvis e outras perspectivas	62
2.2.1 Modelo das duas rotas independentes de povoamento.....	63
2.2.2 Modelo de Permanência na Beríngia (MPB).....	66
2.2.3 Rota Atlântica ou Hipótese Solutrense	67
2.3 De norte a sul: discursos sobre povoamento na arqueologia sul-americana ...	69
2.3.1 Sobre relação entre pontas Rabo de Peixe e o Horizonte Clóvis	71
2.3.2 Modelo Demográfico	74
2.3.3 Modelo Fluvial.....	77
2.3.4 Modelo dos Dois Componentes Biológicos.....	81
2.4 Prospectando o campo: Hegemonia, colonialismo e arqueologia brasileira	84

2.4.1 Hegemonia vista por uma perspectiva feminista	84
2.4.2 Na arena: O contexto brasileiro da arqueologia de povoamento	86
3 DE PONTA A PONTA? Arqueologia evolutiva e povos caçadores-coletores no Brasil	92
3.1 Arqueologia evolutiva (darwiniana ou selecionista).....	92
3.2. Arqueologia evolutiva e os primeiros habitantes do Brasil	97
3.2.1 Para além de pontas: uma crítica feminista e descolonial à arqueologia evolutiva.....	99
3.2.2 Os limites metodológicos da abordagem evolutiva na arqueologia de povos caçadores-coletores	100
3.2.3 Concepções de tecnologia e relações sociais	104
3.2.4 As fronteiras sociais de barreiras cronológicas (ou a quem interessa o paleoíndio?)	107
4 POR UMA ARQUEOLOGIA DE PLANTAS E PESSOAS: contribuições feministas e descolonizantes para a arqueologia de sociedades caçadoras-coletoras.....	115
4.1 Por que descolonizar a arqueologia de povos caçadores-coletores?	117
4.2. Um olhar desde o Sul.....	119
4.2.1 Plantas que crescem: povos indígenas e o manejo de vegetais	123
4.2.2 Populações tradicionais e os caminhos das plantas.....	130
4.2.3 Arqueologias colaborativas	134
4.2.4 Por uma arqueologia indisciplinada	139
4.3 Outras arqueologias, outros mundos	142
REFERÊNCIAS	147
GLOSSÁRIO	163

INTRODUÇÃO

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder.

Gloria Anzaldúa (2000)

Esta dissertação surgiu do desejo de contar uma história, essencialmente diferente daquelas que estavam sendo narradas, acerca dos povos que primeiro ocuparam o território brasileiro. Embora essa história ainda não se manifeste plenamente aqui, estes são os seus primeiros passos, ao construir uma crítica construtiva de metodologias que privilegiam o estudo de objetos –evitando falar sobre as pessoas que os produziram – e as consequências científicas e implicações sociais, sobretudo raciais e de gênero, decorrentes dessas escolhas. Procuro demonstrar neste estudo que construções teóricas nunca são neutras, e que não se trata de apontar dedos, mas entender que cientistas devem ser conscientes da responsabilidade inerente às repercussões de suas pesquisas na sociedade.

Este trabalho segue uma perspectiva feminista, contudo, não é minha intenção aqui apresentar a abordagem teórica feminista como sendo uma verdade absoluta. Meu objetivo consiste em propor uma forma distinta de olhar para o mesmo registro, que por vezes coincide, outras diverge, da visão hegemônica.

Dito isso, não tem sido um caminho fácil ou agradável. Isso porque há poucos lugares no mundo tão assustadores quanto o ambiente científico. Ele exige respostas prontas e a aparência de um conhecimento inequívoco. Como lidar com isso quando o método em que você acredita valoriza a ambiguidade e a pluralidade do saber? Quando a metodologia que você procura não é uma fórmula pronta, mas um contínuo processo científico?

A tentativa do desenvolvimento de uma dissertação que se quer feminista e contra-hegemônica me lembrou, da maneira mais dolorosa, de que não é fácil nadar contra a corrente. De que não é fácil ir contra as normas dominantes de um campo científico, de que a subversão nunca será premiada: ela será rechaçada, perseguida, ou na melhor das hipóteses, ignorada ou descartada. Entretanto, é preciso sempre lembrar que o processo de produção de conhecimento se trata, sobretudo, de aprendizado, e não apenas de resultados.

Nesse sentido, considero oportuno explicar como foi meu caminho até chegar nesse mestrado e porque escolhi esse tema de pesquisa. Desde muito tempo fui seduzida pelos estudos de povos caçadores-coletores, mesmo antes de considerar enquanto objeto de pesquisa. O impacto que a leitura da obra *Sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres (1974), teve sobre mim foi imensa, pois ele escrevia sobre sociedades igualitárias que dispunham de mecanismos para evitar a concentração e a rotinização do poder.

Com uma formação inicial em Ciências Sociais e sendo militante anarquista, essa leitura suscitou um desejo imediato de procurar saber mais sobre esses povos e sua organização social. Nessa época, em 2013, fazia menos de um ano que acabara de concluir um mestrado em Relações Internacionais, mas minha fé nas estruturas estatais já estava corrompida demais para que eu pudesse continuar nessa área.

Foi assim que passados alguns anos e muitas outras leituras, questões sobre as interpretações de gênero acerca de povos caçadores-coletores extintos começaram a pipocar na minha mente. Fascinava-me buscar compreender as estruturas sociais não-hierárquicas do modo de vida mais longo da humanidade. Interessava-me, de um modo geral, entender como viviam esses povos no passado do território brasileiro, principalmente entender como se davam suas relações de gênero. Nesse período de quase seis anos afastada da universidade, continuei lendo e frequentando esporadicamente eventos acadêmicos, terminando por me

reaproximar da Antropologia, além de me interessar por uma área nova para mim: a Arqueologia.

Simultaneamente, entrei em contato com as extensas críticas feministas aos estudos sobre caçadores-coletores pelo viés masculinista e heteronormativo que caracterizavam muitas dessas pesquisas. Enquanto militante feminista de longa data, esse tema me interessou profundamente. De imediato, pensei num projeto de pesquisa em que eu pudesse aliar meu entusiasmo pelos estudos de gênero e arqueologia de caçadores-coletores no Brasil.

Nesse ponto, ainda munida de um arcabouço teórico um pouco defasado, o projeto inicial que submeti na seleção de mestrado procurava investigar a natureza da divisão sexual de tarefas em sociedades caçadoras-coletoras pretéritas no território brasileiro, sob a perspectiva da análise da cadeia comportamental de atividades e da diferenciação de tarefas. Meu ponto de partida era a consideração de uma possível complementaridade entre os gêneros, com a justaposição de tarefas e esferas de atuação, em oposição a modelos interpretativos que representam a divisão sexual do trabalho de povoscaçadores-coletores à imagem daquela que encontramos em sociedades modernas.

Entretanto, a partir das disciplinas cursadas no primeiro ano de mestrado, principalmente o curso de Teorias Feministas e Estudos de Gênero, ministrado pela professora Loredana Ribeiro, o projeto foi se transformando até adquirir uma perspectiva muito distinta da anterior. Fui entendendo o descompasso entre a minha matriz epistemológica enquanto militante feminista e minha abordagem teórica enquanto arqueóloga em formação.

Embora eu tenha me mantido firme na intenção de investigar povos caçadores-coletores, entendi que meu projeto de pesquisa original simplesmente visava “adicionar mulheres” no registro arqueológico, não questionando a própria modernidade do conceito de divisão sexual do trabalho, ou da categoria “mulher”. Fui exposta à contradição intransponível do meu projeto: a impossibilidade de se conceber “mulheres” ou “gênero” sem projetar, no passado, as noções historicamente contingentes da modernidade ocidental.

No meu projeto original, a busca pela separação sexual e a conseqüente construção da distinção de gênero seriam o resultado de analogias arqueológicas a partir de observações das tarefas realizadas por cada sexo, a partir das análises de vestígios característicos dessas atividades. Entretanto, como bem marcou María

Lugones (2014), esse tipo de enfoque só seria possível na reafirmação da inseparabilidade de sexo e gênero e sua naturalização na disciplina arqueológica. Nessa lógica, a biologia, que cristaliza a concepção do corpo estável, não-histórico e sexuado, se constitui como o fundamento epistêmico da ordem social generificada.

Tal concepção não se sustenta diante da crítica feminista dos últimos 30 anos, pelo menos, a que reivindica a situacionalidade da pesquisa (Loredana RIBEIRO, 2017) e denuncia mesmo a ideia exclusivamente binária de dois sexos biológicos enquanto uma construção inerentemente social, moderna e colonial. É importante destacar que essa “mulher ausente”, que é apagada nos registros de sociedades pretéritas, não se trata da mulher hegemônica, branca, europeia/euro-descendente, burguesa. Ela é a fêmea colonizada transformada em mulher pela imposição colonial (María LUGONES, 2014).

Ademais, quanto mais eu lia sobre essas primeiras populações que habitaram o Brasil, menos eu entendia porque se falava tanto sobre a produção material desses povos, notadamente suas indústrias líticas, e tão pouco sobre sua organização social. É indiscutível que como arqueólogas/os nosso trabalho consiste em pesquisar a cultura material, mas o objetivo último não seria entender como viviam?

Foi nesse ponto que foi ficando cada vez mais evidente que a influência de paradigmas masculinistas e universalistas em estudos sobre povos caçadores-coletores não se dava somente em relação a interpretações sobre papéis sociais e de gênero. O peso desses modelos pré-concebidos também concernia às classes de artefato a serem privilegiadas nas análises, assim como as perguntas a serem feitas para o registro arqueológico.

Assim surgiu um novo projeto que procurava investigar a influência de modelos metodológico-interpretativos universalistas e transculturais, notadamente o modelo *man-the-hunter*, caracterizado por seu viés masculinista de sobrevalorização das atividades de caça, na análise de registros de povoscaçadores-coletores no Brasil. Confesso que não foram poucas as dificuldades para delinear esse objeto, algo que não conseguiria sem minhas orientadoras, já que a dificuldade começa na própria definição de quem seriam as sociedades forrageiras no território brasileiro.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, apresento o que entendo por uma pesquisa feminista, além de assentar as bases teóricas que norteiam essa pesquisa. Escolhi como ponto de partida o referencial epistemológico feminista para

fundamentar uma crítica do ideal tradicional de objetividade científica, reivindicando teorias feministas e descoloniais como ferramentas eficazes para mitigar vieses masculinistas, colonialistas, racistas, heteronormativos e outras assimetrias refletidas na produção de conhecimento.

A partir disso, situo minha crítica no âmbito da arqueologia, explicitando os mecanismos metodológicos por trás da constituição de evidências arqueológicas, e como esses parâmetros operam no caso dos estudos sobre povos caçadores-coletores. Nessa linha, resgato a construção do modelo *man-the-hunter*, expondo sua influência na análise de artefatos líticos, considerada a principal classe de vestígios recuperados de sociedades caçadoras-coletoras pretéritas.

Com isso em mente, no segundo capítulo, busco traçar um panorama das pesquisas arqueológicas acerca de povos caçadores-coletores, dando enfoque aos estudos sobre o povoamento inicial das Américas, no período de passagem do Pleistoceno-Holoceno e o Holoceno Inicial. Procuo inseri-las no contexto mais amplo das pesquisas e discursos produzidos sobre povoamento das Américas, explorando a construção de interpretações hegemônicas oriundas principalmente da América do Norte. Desse modo, abordo o campo disciplinar de construção das diferentes narrativas sobre os primeiros povos que ocuparam o continente sul-americano. Busco também explicitar as dinâmicas colonialistas (assimetrias norte-sul), bem como outras hierarquias envolvidas na prevalência de certas abordagens em detrimento de outras. Na sequência, exploro as principais linhas de pesquisa na arqueologia do povoamento no Brasil, buscando compreender a matriz teórico-metodológica constitutiva dessas escolas de pensamento.

Nessa perspectiva, no terceiro capítulo, privilegio como estudo de caso a abordagem neoevolucionista da arqueologia de grupos forrageiros desenvolvida no âmbito brasileiro. Tal abordagem se caracteriza por uma ênfase na análise morfo-tecno-tipológica de pontas de projétil para a elaboração de narrativas de ocupação das terras sul-americanas. Por sua vez, esse enfoque constitui um forte indício da influência do paradigma *man-the-hunter* em pesquisas arqueológicas, evidenciando a “‘tirania tipológica’ de [determinados] modelos de mobilidade regional centrados na distribuição geográfica de pontas de projétil como vetores para pensar difusão cultural” (Adriana DIAS, 2019).

Dessa maneira, procuro investigar de que forma aquele paradigma influencia na produção desses modelos de povoamento, e de que maneira os vieses

masculinistas que os caracterizam se manifestam na construção dos discursos. Também, busco compreender como se dá a constituição dessas proposições a partir do aparato teórico-metodológico que embasa esses estudos e de que forma abordagens com ênfase excessiva na tipologia de determinados artefatos líticos podem ter limitado as narrativas possíveis sobre caçadores-coletores.

Na sequência, a partir deste entendimento, no quarto capítulo, abordo outros caminhos possíveis de elaboração de um conhecimento arqueológico/científico sobre os primeiros povos que ocuparam as Américas para além do paradigma da caça e os vestígios a ela associados, os artefatos líticos. Dessa maneira, destaco a necessidade de se descolonizar os estudos sobre povoamento inicial do continente sul-americano. Partindo de uma matriz de conhecimento de “povos da floresta” (indígenas e populações tradicionais), demonstro como abordagens a partir da relação dessas populações com as plantas pode ser frutífera e transformadora na construção de outra arqueologia do povoamento inicial. Fundamentada em perspectivas feministas e descoloniais, procuro explorar também metodologias de produção de conhecimento não-hierarquizantes, que privilegiem a pluralidade de narrativas acerca desses povos.

Tendo, assim, exposto meu tema e objetivos de investigação, julgo importante também salientar que não estou sozinha nessa pesquisa. Este trabalho só foi possível de ser concebido porque sou parte de uma coletividade que por muito tempo vem nadando contra a corrente. Assim, venho de uma longa linhagem de feministas brasileiras e latino-americanas, sejam elas pesquisadoras ou militantes. Reconheço, entretanto, que estas ainda estão sub-representadas neste trabalho, principalmente no primeiro capítulo.

Concordando com Loredana Ribeiro (2017), creio que o referencial teórico majoritário de autoras anglo-saxãs se constitui enquanto uma crítica êmica, vinda das próprias estruturas que engendraram a ciência moderna e as noções tradicionais de objetividade. Nesse sentido, me apoiei, talvez demasiadamente, nelas para construir minha crítica da arqueologia brasileira enquanto campo científico. Acredito que esse caminho seja também um processo de amadurecimento teórico-metodológico, e passar de referências teóricas anglo-saxãs às brasileiras e latino-americanas não tem sido simples. Espero que esse esforço, mais do que necessário, de descolonizar a práxis arqueológica se reflita em trabalhos futuros.

Assim como Whitney Battle-Baptiste (2011), procuro situar minha pesquisa num contexto de lutas por justiça social e libertação. Dessa forma, vejo como urgente o desmantelamento de modelos interpretativos como o *man-the-hunter*, que se baseiam na essencialização de uma masculinidade universal e transcultural, transposta para as populações caçadoras-coletoras do passado. Esse modelo, conforme demonstrado no Capítulo 1, a partir da qual se desenha argumentos adaptativos de cunho evolucionista, se baseia em comportamentos generificados fixos e características supostamente inatas da masculinidade, como a agressividade, para embasar a generalização da união heterossexual e da divisão sexual do trabalho.

Ao contrário do que se poderia crer, no entanto, tais interpretações não ficam no passado, estruturando o presente ao naturalizar a violência masculina generalizada como algo próprio da espécie humana, sendo, portanto, imutável. Esse tipo de narrativa legitima discursos assimétricos ao cobri-los com um verniz científico, reproduzindo e perpetuando essas desigualdades e violências de gênero, materiais e simbólicas, as quais testemunhamos cotidianamente.

Por último, de acordo com o posicionamento explicitamente feminista que assume minha pesquisa, optei por usar o nome próprio junto do sobrenome nas obras referenciadas no texto, de forma a deixar explícito o recorte de gênero na bibliografia escolhida.

1 NUM DIA, A CAÇA, NO OUTRO, O CAÇADOR: crítica feminista da ciência e arqueologia feminista

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência*

Conceição Evaristo (2017)

1.1 Abordagem teórica

Antes de entrar diretamente em meu tema, gostaria de explorar o significado de fazer uma pesquisa feminista. Esta se baseia em epistemologias feministas, que tratam sobretudo de desafiar categorias, estruturas e instituições hegemônicas, coloniais, excludentes. Nesse sentido, a pesquisa feminista se distingue da pesquisa não-feminista porque parte da premissa de que a realidade na sociedade ocidental é estruturalmente desigual e hierárquica.

Essencialmente, fazer uma pesquisa feminista pode ser definida como “fazer ciência como feminista” (Helen LONGINO, 1987), não implicando, portanto, um projeto que trate de mulheres, ou mesmo considere de antemão gênero como uma categoria pertinente para qualquer análise. Também, fazer uma pesquisa feminista significa ter sempre em mente as bases masculinistas da prática científica moderna. Isso não implica um modo generificado de se engajar no mundo (Sandra HARDING, 1987), mas reconhecer que a prática científica apresenta contrastes que refletem

o modelo padrão para caracterizar aqueles em posições subdominantes. Assim, o que significa ser uma mulher, um sujeito colonizado, em suma, um membro de uma classe subordinada, é simplesmente ser: não homem, não branco, não membro de uma elite colonial (Alison WILEY, 2014, p.567).

A própria noção de “mulher”, enquanto objeto unificado de teorização e sujeito unificado do saber não se sustenta fora de uma realidade branca e ocidental, como problematizaram pesquisadoras não-brancas/não-euroamericanas (Patricia COLLINS, 2000; Oyèrónké OYĚWÙMÍ, 2004).

Podemos dizer então que se faz uma pesquisa feminista quando cientistas empreendem uma pesquisa qualitativa ou quantitativa que é impulsionada e direcionada para o desejo de desafiar múltiplas hierarquias de desigualdades dentro da vida social (Andrea DOUCET, Natasha MAUTHNER, 2007). Pressupondo uma abordagem engajada que vá além da categoria “mulher”, ela leva em conta outros tipos de opressões operando na construção do conhecimento, como raça, etnicidade e classe (Chelsea BLACKMORE, 2011; Angela DAVIS, 2016).

Mais do que um método, uma metodologia ou uma epistemologia particular, no âmago do modo de pesquisar feminista estão questões de justiça social e, de forma mais abrangente, mudanças na realidade social. Conseqüentemente, pesquisadores feministas têm se comprometido ativamente com inovações metodológicas, desafiando formas convencionais ou tradicionais de coletar, analisar e apresentar dados (Andrea DOUCET; Natasha MAUTHNER, 2007). Isto inclui desafiar parâmetros positivistas e a predominância de métodos quantitativos, experimentando novas formas de se fazer pesquisa.

1.2 A crítica feminista da ciência

Essa dissertação tem como ponto de partida a denúncia feita por pesquisadoras feministas do caráter eminentemente androcêntrico e etnocêntrico de estudos científicos e das várias maneiras pelas quais o viés masculinista poderia se expressar no conteúdo e nos processos de desenvolvimento dessas pesquisas (Ruth DOELL; Helen LONGINO, 1983).

Em um primeiro instante, as feministas se concentraram em "adicionar mulheres" a suas análises. Boa parte dos trabalhos reunidos no que foi uma das obras pioneiras da pesquisa de gênero na arqueologia, o livro *Engendering Archaeology* (Margaret CONKEY; Joan GERO, 1991) tiveram esse direcionamento.

Nesse momento, foi fundamental resgatar o trabalho de pesquisadoras e teóricas, já que as pesquisas e produções acadêmicas de mulheres muitas vezes têm sido ignoradas, banalizadas ou apropriadas sem o crédito que teria sido dado ao trabalho de um homem (Sandra HARDING, 1987).

Embora não fosse suficiente para responder às críticas feministas, trata-se de um movimento necessário. Ainda hoje, no Brasil, temos uma presença expressiva de mulheres no campo arqueológico, inclusive em termos de produção bibliográfica, igual ou maior que a dos homens. Entretanto, as pesquisadoras estão entre as menos citadas e menos utilizadas em bibliografias obrigatórias de cursos de formação de arqueólogos/os (Lara PASSOS, 2017; Loredana RIBEIRO et al., 2017).

Um tema importante dos debates feministas está centrado na natureza parcial, provisória e perspectiva das reivindicações de conhecimento. A produção da teoria é vista como uma atividade social, cultural e historicamente constituída, resultando em saberes localizados (Donna HARAWAY, 1995). Dessa forma, metodologias feministas foram, em grande parte, constituídas enquanto resposta às metodologias de pesquisa existentes que operam sob pressupostos imperialistas, racistas e patriarcais.

Ao apontar as perspectivas e pressupostos tendenciosos de pesquisadoras/es, estudiosas feministas trabalham para elucidar as maneiras pelas quais a ideia de objetividade operou como uma validação da perspectiva masculina e branca. Pesquisas feministas, em contraste, se esforçam em produzir um conhecimento em que “a/o pesquisador/a nos aparece não como uma voz invisível e anônima de autoridade, mas como um indivíduo real e histórico com desejos e interesses concretos e específicos” (Sandra HARDING, 1987, p. 9)¹.

Também inerente à tradicional relação entre pesquisador/a e sujeito/a é a relação sujeita/o e objeto, pois o pesquisador torna-se o sujeito autônomo quando estuda outros seres humanos enquanto objetos. Neste caso, a/o “sujeita/o” é ironicamente objetificado através do processo de investigação científica, que não leva em conta sua agência ou a vontade de sua comunidade. As/os sujeitas/os também são simultaneamente construídas/os como o Outro por pesquisadoras/es ocidentais.

¹ Essa e as demais traduções de textos em língua estrangeira, citados nesta dissertação, foram feitas pela autora.

Nesse sentido, outros subcampos das ciências sociais que lidam com experiências subalternas têm forte convergência com a metodologia feminista (Loredana RIBEIRO et al., 2017). Dessa forma, abordagens feministas que propõem uma crítica radical da ciência, buscam descolonizar a pesquisa, ao reconhecer como os métodos tradicionais constroem o Outro e se camuflam num ideal de objetividade que se quer absoluto, como veremos adiante.

1.2.1 Críticas ao objetivismo

Um dos princípios fundantes da ciência moderna é a concepção de objetividade neutra, em que a posição do cientista enquanto sujeito desinteressado seria condição *sine qua non* para a produção de um conhecimento confiável. Helen Longino (1987) destaca a força que tem, na sociedade ocidental, a ideia da ciência livre de valores como aquela em que a metodologia científica garantiria a independência da investigação, sendo a “boa ciência” aquela livre de valores, enquanto uma ciência orientada a valores é vista como “má ciência” (Helen LONGINO, 1987, p.53).

Essa compreensão do conhecimento científico se baseia numa concepção abstrata e individualista, onde existe uma separação clara entre valores cognitivos, e não-cognitivos ou sociais². Esses valores cognitivos, nessa lógica, são caracterizados por fundamentos universais de racionalidade. O ideal a-perspectivo de objetividade, portanto, pressupõe que a “boa ciência” não seria influenciada por quaisquer interesses ou valores situados, e que o conhecimento objetivo só pode ser realizado se agentes epistêmicos forem capazes de sobrepujar aspectos contextuais (Alison WILEY, 2014).

Importante frisar que os ideais fundacionais da objetividade estão calcados em contingências históricas e não são imutáveis (Lorraine DASTON; Peter GALISON, 2007). O “ideal radicalmente descontextualizado” de conceber a objetividade tem uma origem recente, datando do final do século XIX, e está relacionado a “contextos científicos onde as tecnologias mecânicas de registro foram instituídas para substituir o trabalho de observadores e experimentadores especializados” (Alison WILEY, 2014). Esta concepção de objetividade pressupõe

² Para uma discussão, ver Hugh LACEY, 2003.

que a partir de então é produzido um conhecimento neutro e impessoal, livre dos vieses humanos.

A noção de objetividade enquanto neutralidade, também conhecido como objetivismo (Sandra HARDING, 1995), entretanto, inverte aquela que existia antes do século XIX, em que estava embutida a ideia que o conhecimento objetivo partia de uma “intimidade” entre o conhecedor e o objeto estudado (Lorraine DASTON; Peter GALISON, 2007). A figura do conhecedor como um observador altamente especializado contrasta radicalmente com aquela do cientista desengajado que norteia a percepção tradicional da ciência.

De forma a entender, então, de que maneira questões supostamente extracientíficas estruturam investigações científicas, pesquisadoras feministas dissecaram as normas que regem a produção do conhecimento científico. Nesse ponto, é essencial diferenciar os dois tipos de interferência política possíveis na produção científica. Um deles consiste na noção mais antiga de política, enquanto as ações e políticas explícitas, destinadas a promover os interesses de certos grupos. Esse tipo de política se intromete na ciência por meio de ações e programas conscientemente escolhidos e articulados que determinam o que é feito e como os resultados da pesquisa são interpretados (Sandra HARDING, 1995).

Partidárias/os da “ciência neutra”, quando objetam em relação à interferência da política na ciência, têm em mente esse tipo de política que age “de fora” sobre a ciência (e não os esforços que visam democratizar a produção de conhecimento). Para aquelas/es, seria uma forma de politizar um conhecimento que, de outra forma, estaria livre da política – ou, pelo menos, dessa concepção de política em particular. Esse é o tipo de relação entre política e ciência na qual o ideal de objetividade como neutralidade tende a ser eficaz.

Entretanto, existe outro tipo de política que sempre estrutura a ciência. O poder também pode ser exercido

de maneira menos visível, menos consciente, não sobre, mas através das estruturas institucionais dominantes, prioridades, estratégias de pesquisa, tecnologias e linguagens das ciências – através da prática e cultura que constituem um episódio científico particular (Sandra HARDING, 1995, p.335).

Em contraste com uma "política intrusiva", esse tipo de política institucional não se impõe de forma autoritária às ciências supostamente puras; ela já constitui

suas naturezas e projetos (Bruno LATOUR, 1993). De forma tautológica, conceitos como cientista, objetividade, racionalidade, modelos mecanicistas, costumam escapar de procedimentos concebidos para garantir a neutralidade, porque são elas mesmas as instituições e práticas científicas que selecionam os procedimentos que definem a neutralidade.

O objetivismo então se torna um problema quando ele defende e legitima instituições e práticas que frequentemente refletem os valores dominantes. O conhecimento científico, dessa maneira, se estabelece como neutro, normal, natural, e, principalmente, não-político, enquanto produz as informações e explicações que grupos dominantes necessitam a fim de representar seus interesses.

Portanto, feministas e outras/os críticas/os não chamaram a atenção para erros individuais, “subjetivos”, ou falhas resultantes de idiosincrasias pessoais de cientistas, mas pressupostos androcêntricos, eurocêntricos e burgueses amplamente aceitos, que permeiam maior parte da cultura científica. Essas suposições estruturam campos de estudo, selecionando suas problemáticas, conceitos, hipóteses e projetos de pesquisa favorecidos – e também aqueles preteridos.

Supostamente seria o método, entendido aqui no sentido alargado de método científico, aquele responsável por operacionalizar a neutralidade a fim de alcançar padrões objetivistas (Sandra HARDING, 1995). O problema é que ele entra em cena somente depois que um problema já está identificado como científico, depois que conceitos centrais e uma hipótese já foram selecionados. Dessa forma, quando certos pressupostos são compartilhados por uma comunidade científica, poucas são as chances de que uma aplicação mais cuidadosa dos métodos científicos existentes os detecte.

Sendo assim, um método capaz de maximizar a objetividade deve ter os recursos para detectar valores e interesses que estruturam projetos científicos – aqueles que não variam entre observadores legítimos. Ele deve também identificar a diferença entre os valores e interesses que ampliam, e aqueles que limitam, nossas representações da natureza e das relações sociais (Sandra HARDING, 1995).

1.2.2 O conceito de objetividade forte

A partir das críticas feministas – mas também anti-racistas, pós-coloniais, ambientais e outros movimentos por justiça social –, surge o entendimento que as

distorções sistemáticas em pesquisas, tanto nas ciências naturais e sociais, não são consequência apenas do descuido e da falta de rigor científico. Compreende-se que os vieses derivam dos métodos e normas existentes para maximizar a objetividade nas práticas de pesquisa e na maneira como esses métodos e normas são concebidos.

Dessa forma, como contraponto ao ideal de *objetividade neutra*, Sandra Harding (1995) propõe o conceito de “*objetividade forte*” (*strong objectivity*). O objetivismo (ou objetividade neutra) seria, segundo a autora, uma objetividade fraca, posto que incapaz de identificar preconceitos amplamente difundidos na cultura (o que as torna virtualmente indetectáveis), como as concepções androcêntricas ou eurocêntricas. A objetividade forte seria, portanto, capaz de diferenciar entre aqueles interesses e valores que ampliam nosso entendimento, daqueles que o limitam, tais como os interesses e valores dominantes entranhados nas próprias estruturas institucionais da academia e das estratégias de pesquisa.

De acordo com a autora, a objetividade forte tem o potencial de ser mais eficaz principalmente para projetos de conhecimento onde predomina a “lei do mais forte” (*might makes right*). Aqui ela se refere a campos científicos que foram constituídos segundo valores e interesses dos grupos sociais com mais poder.

Uma importante questão levantada por Sandra Harding (1995) e por Alison Wiley (2014) é a pertinência da manutenção da própria noção de objetividade em si, considerando toda a bagagem moderna e objetivista que esse conceito carrega consigo. Considero que manter a noção de objetividade, nesse momento, é importante para nos “manter no jogo”. Isso porque o conhecimento produzido pela ciência ainda molda ativamente as representações sobre a natureza e as relações sociais para fora de seus muros. Dessa maneira, continuar na arena científica pode ser importante no sentido de ampliar os horizontes, democratizar, e buscar a polifonia dentro da academia.

1.2.3 Perspectivas metodológicas feministas

Dialogando com o conceito de objetividade forte de Harding, teóricas feministas defendem a *teoria do ponto de vista* (*standpoint theory*) enquanto uma metodologia que possibilitaria a mobilização de recursos de membros de fora da comunidade científica. Essas/es são as/os *outsiders*, que se encontram numa

posição privilegiada para trazer uma perspectiva crítica no que tange normas disciplinares de um determinado campo científico (Alison WYLIE, 2017b).

No centro da epistemologia do ponto de vista feminista está a compreensão de que se representa o mundo a partir de uma perspectiva socialmente situada que, por sua vez, representa privilégio ou autoridade epistêmica (Andrea DOUCET, Natasha MAUTHNER, 2007). Ela tem como ponto de partida o reconhecimento das desigualdades sociais, e argumenta que o que fazemos em nossas relações sociais tanto possibilita quanto limita, mas não determina o que podemos conhecer (Sandra HARDING, 1995). Nesse sentido, não estamos falando de referências individuais, já que a teoria do ponto de vista trata fundamentalmente de experiências coletivas de grupos, historicamente compartilhadas (Patricia COLLINS, 1997).

Metodologias feministas nos ajudam a pensar essas questões na medida em que entendemos que todo saber é localizado (Donna HARAWAY, 1995) e todo conhecimento científico é situado no contexto histórico-particular de um “lugar” em que as várias experiências de opressão, como gênero, raça, classe e sexualidade, são produzidas historicamente (Angela DAVIS, 2016).

Calcada em uma concepção de objetividade não-neutra dos sujeitos e sujeitas que produzem conhecimento, a teoria feminista do ponto de vista conta com estratégias de maximização da objetividade. Alison Wiley argumenta que há erros sistemáticos e distorções na produção de conhecimento – ratificados por cientistas aparentemente imparciais, comprometidos com procedimentos orientados à neutralidade – que somente puderam ser identificados por um olhar crítico vindo de fora da comunidade acadêmica (*outsiders*), ou por aqueles que Wiley chama de “profissionais *insiders*, mas *outsiders* sociais” (Alison WILEY, 2017b, p.30). Ou seja, pessoas que fazem parte da comunidade científica, mas que são oriundas de grupos marginalizados/subalternizados, e não compartilham as vivências e os valores de grupos dominantes que moldam as estruturas epistêmicas da academia.

A teoria do ponto de vista, dessa forma, se baseia em duas teses centrais: a *tese do conhecimento localizado* (ou situado) e a *tese da posição privilegiada*. Na tese do conhecimento localizado, teóricas do ponto de vista defendem, que se as divisões sociais fazem diferença em nossas condições materiais de vida, elas também fazem diferença em nossas capacidades enquanto sujeitas/os do conhecimento (Alison WILEY, 2017b).

Essas estruturas sociais, embora contingentes e interseccionais, têm efeitos epistêmicos muito reais, que não são apenas próprios de indivíduos, mas construídos coletivamente (Alison WILEY, 2014). Desse modo, um ponto de vista se configura quando aquelas/es cujo conhecimento e experiência são sistematicamente descartados em função de sua marginalização desenvolvem um ponto de vista crítico em relação ao conhecimento produzido e às práticas ratificadas por uma comunidade de pesquisa ou cultura dominante.

A outra asserção de base é a tese da posição privilegiada ou tese da inversão, que consiste em considerar que algumas posições sociais podem ser epistemicamente favorecidos (ou “privilegiados”), no sentido de terem mais chances de produzir um conhecimento verdadeiro ou confiável (Alison WILEY, 2017b). Isso quer dizer que pessoas sistematicamente marginalizadas, social, cultural, política e economicamente podem trazer experiências diferenciadas e recursos conceituais capazes de desafiar normas epistêmicas hegemônicas. Essa tese encontra suas raízes na teoria da ideologia de Marx, em que “os indivíduos que ocupam posições de poder parecem estar sujeitos a mais distorções que interferem na obtenção de conhecimento objetivo do que os que são social e economicamente marginalizados” (Warren SCHMAUS, 2014).

Desse modo, na perspectiva feminista, a objetividade e a confiabilidade na ciência são garantidas não pela experiência individual livre de viés, mas pelo exame coletivo das ideias propostas, a partir de pontos de vista variados (Helen LONGINO, 1987). Quanto mais pessoas com histórias e experiências diferentes contribuírem para a discussão crítica, mais objetiva será a produção do conhecimento. Assim, as/os sujeitas/os socialmente marginalizadas/os devem ser ouvidas/os na construção coletiva de conhecimento por razões epistemológicas, e não apenas éticas. Nessa lógica, o ponto de vista feminista reforça o comprometimento com o rigor empírico, especialmente na crítica de pressuposições sexistas e androcêntricas que permearam até mesmo pesquisas exemplares sob outros aspectos.

O reconhecimento do caráter político da atividade científica não implica em abandonar noções de objetividade ou se colocar contra a ciência. Como contraponto da objetividade neutra, as feministas defendem o conceito de *empiricismo contextual* (Helen LONGINO, 1990), a reivindicação de objetividade forte (Sandra HARDING, 1995) ou mitigada (Alison WILEY, 2002). Essa noção reconceitualizada de objetividade procura incorporar “as contribuições de sujeitos do conhecimento

situados, incluindo agentes epistêmicos politicamente motivados e eticamente engajados” (Alison WILEY, 2014, p. 574).

Dessa maneira, a investigação empírica pode ser conceituada de forma a reconhecer, sem contradição, duas dimensões da produção de conhecimento. Por um lado, admite que o conhecimento é construído e que ele carrega as marcas de seus criadores. Por outro, reconhece que ele é limitado, em maior ou menor grau, por condições que enfrentamos como realidades externas não inteiramente feitas por nós mesmos (Alison WILEY, 2002).

Desse modo, em contraste com a figura da/o cientista isolada/o do mundo, desligado de seu objeto de pesquisa, temos “um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses” (Margareth RAGO, 1998). Ao invés de testar hipóteses contra a realidade empírica segundo um método científico já acabado, as metodologias feministas não se apresentam como um método pronto, mas sim com outras perspectivas acerca da produção de conhecimento.

1.2.4 Objetivismo e relativismo

Considero importante destacar que, erroneamente, epistemologias feministas, por desafiar ideias tradicionais de objetividade, são acusadas de representar uma espécie de relativismo. Nas doutrinas relativistas, a verdade em si é relativa ao ponto de vista do sujeito que julga. Em sua versão radical, relativistas não acreditam em qualquer verdade existente na realidade material (Liz STANLEY; Sue WISE, 1990).

No relativismo, diferentes visões de mundo são equivalentes, e as perspectivas advindas de grupos epistemologicamente privilegiados são niveladas àquelas oriundas de grupos historicamente subalternizados, oprimidos ou explorados (Sandra HARDING, 1987). O oposto do posicionamento relativista representa o fundacionismo³. O fundacionismo se baseia na crença em uma única verdade que existe de forma independente da/o conhecedor/a, esperando para ser descoberta pela ciência, sendo, portanto, tarefa de cientistas encontrá-la, descrevê-

³“A visão na epistemologia de que o conhecimento deve ser considerado como uma estrutura que se ergue sobre certos fundamentos seguros. Estes são encontrados em alguma combinação de experiência e razão, com diferentes escolas (empirismo, racionalismo) enfatizando o papel de um sobre o outro.” (BLACKBURN, 2005, p.139).

la e analisá-la (Liz STANLEY; Sue WISE, 1990). Assim se apresenta uma falsa dicotomia em que só haveria dois posicionamentos possíveis: o relativismo ou o fundacionismo. Contudo, essa lógica ignora as alternativas que navegam entre essas duas posições, como a do ponto de vista feminista.

De fato, a perspectiva feminista se aproxima do relativismo ao concordar que não existe uma verdade imutável, absoluta que está “lá fora”, assumindo a preponderância dos diferentes pontos de vista na construção de entendimentos sobre a realidade. Entretanto, o feminismo também parte do pressuposto de que a produção de conhecimento científico é atravessada por hierarquias e assimetrias que estruturam todas as instituições sociais. Sendo assim, as diferentes visões de mundo não são equivalentes, e grupos em posição dominante na hierarquia social tendem a ter seus valores refletidos na produção hegemônica de conhecimento.

Além disso, a tese da posição privilegiada na teoria do ponto de vista rejeita o privilégio epistêmico automático ou abrangente (Alison WILEY, 2017b). Ela não presume que conhecedoras/es em posição marginalizada, portanto, epistemicamente “privilegiados” em suas subjetividades, produzam conhecimentos necessariamente verdadeiros. Isso porque a teoria do ponto de vista também pressupõe uma “prática crítica”, ou seja, a articulação de um ‘tema coletivo de crítica despersonalizada’” (Alison WYLIE, 2017b, p.32). Nessa linha, se pode falar de uma práxis feminista, onde a teoria não pode ser descolada da prática, que é construída coletivamente.

Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar que o relativismo também tem uma filiação epistemológica moderna ocidental, e surgiu enquanto opção intelectual no momento em que a hegemonia e a universalidade das visões de grupos dominantes começaram a ser contestadas (Sandra HARDING, 1987). O relativismo, assim, não foi uma problematização trazida por aquelas/es sujeitas/os marginalizadas/os, mas uma resposta sexista e colonialista na tentativa de preservar a legitimidade de alegações androcêntricas e/ou pós-coloniais e descoloniais, quando confrontados com evidências contrárias.

Em adendo, interessante notar que o relativismo guarda estreitas semelhanças com alguns aspectos das abordagens que dão preponderância aos objetos e às coisas. Essas perspectivas vêm na esteira da mudança de foco nas ciências sociais nos anos 1990, também conhecida como “virada ontológica”, como a antropologia simétrica e as perspectivas pós-humanistas.

Não coincidentemente, a visão pós-moderna de que a verdade e o conhecimento são contingentes e múltiplos mina o status ontológico do sujeito no momento em que aquelas/es sujeitas/os subalternizadas/os começam a reivindicar sua própria voz. Quando pensadoras/es como Gayatri Spivak (2010) passam a questionar à academia ocidental se “pode a/o subalterna/o falar?”, no instante em que não é mais ponto pacífico que pesquisadoras/es brancas/os discorram sobre e por elas/es, declara-se a “tirania do sujeito” (Daniel MILLER, 2005), e aqueles grupos são prontamente relegadas/os ao segundo plano.

De fato, há um sujeito que “tiraniza”, mas esse sujeito não engloba todos os entes humanos. Esse sujeito, no singular, é precisamente o que está na mira das críticas pós-coloniais, que Severin Fowles (2016) aponta como estando na origem do giro ontológico em direção às coisas. Ao tratar o sujeito no singular, aqueles pesquisadores deliberadamente ocultam a realidade de uma pluralidade de sujeitas/os. Ignorar a polifonia de entes humanos se trata, portanto, de uma atualização do apagamento e do silenciamento de sujeitas/os marginalizadas/os. Pesquisadoras feministas, pós e descoloniais denunciam a falácia da uniformidade e da neutralidade deste “sujeito” singular. Essa humanidade que se pretende homogênea e universal, no discurso pós-humanista, não existe nem nunca existiu.

Nesse sentido, recuso a ideia de que a única alternativa a um universalismo epistêmico seja um relativismo corrosivo (Alison WILEY, 2014) ou um giro muito conveniente em direção às coisas – acompanhado de uma despolitização do discurso científico em vista das críticas feministas, interseccionais, indígenas, pós e descoloniais (María LUGONES, 2014; Zoe TODD, 2015). A perspectiva feminista nos oferece recursos metodológicos para maximizar a objetividade forte, sendo uma alternativa tanto para a “visão a partir de lugar nenhum” (Alison WILEY, 2014; Sandra HARDING, 1995) quanto para o relativismo nas ciências.

1.2.5 Perspectivas de(s)coloniais

Além da abordagem feminista, outro aspecto fundamental desta pesquisa consiste na crítica decolonial/descolonial da modernidade. A perspectiva decolonial pode ser considerada um desdobramento dos estudos pós-coloniais, no sentido de que ambos procuram trazer uma leitura crítica do colonialismo enquanto um processo global e suas consequências. Tendo surgido na conjuntura dos movimentos de independência de territórios colonizados na África e na Ásia a partir

de meados do século XX, trata-se um movimento bastante heterogêneo que abarca pesquisas nas mais diversas áreas, que compartilham entre si o questionamento do eurocentrismo enquanto modelo civilizatório universal. Tanto os estudos pós-coloniais quanto a perspectiva decolonial buscam agir no reconhecimento de saberes não-hegemônicos oriundos de países na periferia do capitalismo, indicando caminhos para a elaboração de novas epistemologias e a transformação de paradigmas de análise social.

No fim dos anos 1990, um grupo formado por intelectuais latino-americanos propõe radicalizar o argumento pós-colonial por meio da noção de “giro decolonial”. Segundo um dos principais representantes dessa abordagem, Walter D. Mignolo, as teses de teóricas/os do pós-colonialismo, oriundas/os de outras partes do Sul global⁴, não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise da realidade latino-americana (Luciana BALLESTRIN, 2013). Importante frisar que, embora pontuemos autoras/es que elaboraram conceitos específicos, a genealogia do pensamento e da práxis decolonial vai além de indivíduos, e remonta aos movimentos de resistência de sujeitas/os subalternas/os no Sul global.

Dessa maneira, o giro decolonial busca uma caracterização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina, baseado nas especificidades das relações de colonialismo nas Américas. Nesse sentido,

a história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas (Luciana BALLESTRIN, 2013, p. 96).

A partir dessa perspectiva, Aníbal Quijano (2005) elabora o conceito de *colonialidade do poder*, em que defende que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não acabaram com a destruição do colonialismo. Essa noção possui dois aspectos fundamentais. De um lado, Quijano “denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Ramón GROSFOGUEL, 2008, p. 126). De outro,

⁴ Sul global é um termo empregado em estudos pós-coloniais e decoloniais para se referir ao que antes se caracterizava como Terceiro Mundo ou o conjunto de países em desenvolvimento. Também pode incluir as regiões mais pobres (em geral ao sul) de países ricos (do norte). Opõe-se à noção de Norte global, que se refere comumente aos países ricos da América do Norte e Europa.

“possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (Luciana BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Posteriormente, o conceito de colonialidade do poder se desdobrou em três dimensões: a colonialidade do *poder*, do *saber* e do *ser* (Aníbal QUIJANO, 2005; Walter MIGNOLO, 2002; Nelson MALDONADO-TORRES, 2007). Nessa matriz colonial do poder, a modernidade está intrinsecamente associada à experiência colonial, não sendo capaz de apagá-la. Desse modo, não há modernidade sem colonialidade, estando o fundamento da modernidade/colonialidade no descobrimento e na invenção da América.

O giro decolonial localiza o contexto de emergência da colonialidade e da colonialidade do poder nas guerras de conquista das Américas e no genocídio de povos originários. Teóricas/os da decolonialidade também identificam o surgimento da ideia de raça como classificação social fundamental para o “sucesso” da empreitada colonial. A partir daí, dá-se a construção da diferença colonial, fundamentada na suposta superioridade e pureza de sangue da raça branca. Ainda segundo essa abordagem teórica, raça, gênero e trabalho foram as três linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI, a partir de relações de exploração/dominação/conflito.

Aqui nos interessa nos determos mais profundamente sobre as dinâmicas que se relacionam com a colonialidade do saber (Walter MIGNOLO, 2002). Essa representa a dimensão epistêmica e epistemológica da colonialidade, onde o eurocentrismo se constitui enquanto lógica fundamental para a reprodução da colonialidade do saber. Nesse ponto a crítica decolonial se encontra com a crítica feminista, ao denunciar a existência de um “ponto zero” que se constitui como

um ponto de partida de observação, supostamente neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se “como a mais perfeita de todas as linguagens humanas” e que reflete “a mais pura estrutura universal da razão (Luciana BALLESTRIN, 2013, p. 104).

Esse “ponto zero” nada mais é do que a visão neutra da ciência moderna, capaz de construir um conhecimento baseado somente na razão pura. Ambas as abordagens questionam o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o

nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico presentes na ciência convencional.

Walter Mignolo (2002) também aborda a geopolítica do conhecimento envolvida na colonialidade do saber. Não raro nas ciências sociais, as teorias foram pensadas no Norte e para o Norte, e tende a reproduzir relações de colonialidade do poder. Tendo a colonialidade do saber servido como base para a manutenção de relações de exploração dominação e colonização dos povos não-ocidentais/não-modernos, descolonizar o conhecimento se revela fundamental para a descolonização do poder.

Por sua vez, Linda Tuhiwai Smith (2016) ajuda a complexificar a noção de geopolítica do conhecimento ao lembrar que “as universidades coloniais se viam a si mesmas como parte da comunidade internacional e herdeiras de um legado de conhecimento ocidental” e “foram estabelecidas como parte essencial do processo colonizador, como bastião da civilização e como sinal de que a colônia e seus colonos tinham ‘amadurecido’” (Linda SMITH, 2016, p. 100). Nesse sentido, a autora reconhece relações de colonialidade na produção de conhecimento acadêmico no Sul global e nos convida a uma autocrítica, de forma a não as reproduzir.

1.3 A crítica feminista na arqueologia

Passarei agora à crítica feminista no campo da arqueologia, onde pesquisadoras feministas expuseram o androcentrismo que permeava interpretações arqueológicas relacionadas a papéis e relações de sexo/gênero. Essas teóricas também denunciaram vieses androcênticos na própria prática da disciplina, e como isso se refletia na produção do conhecimento arqueológico (Alison WYLIE, 2007, 2017b). Na aurora dessas críticas, nos anos 1980, pesquisadoras chamaram atenção para o fato de que arqueólogas/os, ao analisarem elementos do mundo material, raramente se preocupavam em explicitar as fontes – analogias etnográficas, registros etno-históricos – em que baseavam suas deduções em relação a arranjos de gênero no passado.

Tais deduções costumam ser respaldadas por uma epistemologia moderna e ocidental, por sua vez calcada em uma concepção binária e oposicional (natureza/cultura, sexo/gênero, feminina/masculino) da realidade social, e papéis públicos e diferentes atividades exercidas por homens e mulheres de populações

pretéritas frequentemente são inferidos a partir de noções presentistas. Dessa maneira, diversas abordagens metodológicas tomam como pressuposto que instituições, tais como a unidade familiar heterossexual ou a divisão sexual do trabalho, são universais e legítimas para a reconstrução de modelos de produção, e válidas em qualquer contexto social.

Essas suposições foram bastante recorrentes em interpretações de sociedades forrageiras, como veremos adiante. Antes, porém, convém discutir a constituição de evidências arqueológicas e as vantagens e fraquezas de classificações tipológicas, que nos serão úteis para as análises das obras sobre povos caçadores-coletores no Brasil.

1.3.1 A constituição de evidências arqueológicas

A arqueologia como disciplina enfrenta a dificuldade de se trabalhar com lacunas e ausências em seus dados primários, resultando no fato de que a produção de seu conhecimento advém de evidências parciais, complexas e ambíguas (Anna BOOZER, 2015; Joan GERO, 2007; Alison WILEY, 2017a). Entretanto, isso não significa que qualquer coisa possa ser reivindicada sobre culturas pretéritas, suas dinâmicas internas e seus processos de transformação cultural.

Aquilo que arqueólogas/os reconhecem como dados, e o que eles inferem ser sua significância enquanto “provas” são necessariamente estabelecidas em função de conhecimentos prévios (ou pré-concepções) (Martin BELL, 2015). Isso inclui pressupostos sobre questões culturais/históricas estudadas, bem como uma gama de conhecimentos básicos e recursos técnicos sobre o uso de vestígios de materiais recuperados. Entretanto, Alison Wylie (2002) defende que as evidências têm um papel autônomo e corretivo em relação a expectativas e pressupostos que carregam consigo.

Sabemos que a analogia é inevitável na arqueologia (Matthew JOHNSON, 2010), podendo derivar de várias fontes: experiências, processos ambientais, antropologia, etc. Geralmente a base para atribuir significância para dados arqueológicos trata, de alguma forma, de inferência analógica. Tanto defensores quanto críticos da inferência analógica concordam que existe uma necessidade de se fortalecer as condições para supor que vestígios estão ligados a antecedentes da mesma maneira que observado em contextos mais conhecidos.

Inferências analógicas são construídas e avaliadas segundo duas restrições que estabelecem a segurança de sua validade (Alison WYLIE, 2002): o que pode ser reivindicado pela analogia, dado o conhecimento prévio sobre os contextos de onde ela foi extraída; e a aplicabilidade da analogia para um determinado contexto que deriva do registro arqueológico.

Sendo assim, a profundidade do mapeamento e uma correlação confiável podem configurar enquanto evidência de que uma determinada estrutura comum liga um tipo de material artefactual a funções específicas, associações de gênero ou estruturas de atividades, de forma segura o bastante em contextos presentes, para apoiar a atribuição das mesmas funções e associações ao caso arqueológico. Entretanto, essas interpretações podem ser minadas por uma mudança no conhecimento de base sobre as fontes dessas analogias ou pelo que arqueólogos/os encontram no registro de contextos nos quais eles são projetados.

Raramente o significado de uma evidência é atribuído a itens tomados de forma isolada, e o contexto é levado em consideração de diversas maneiras. Ele pode ser caracterizado por associações entre artefatos (ou estruturas) que são recuperados juntos em contextos não perturbados, com proximidade espacial ou temporal, ou que mostram afinidade tecnológica, formal ou estilística, mesmo que estejam amplamente dispersos (Alison WYLIE, 2002). Frequentemente, o problema da arqueologia não se resume a escolher entre um número de alternativas explicativas igualmente plausíveis e bem fundamentadas, mas encontrar uma explicação, uma hipótese reconstitutiva ou explicativa, que seja consistente com todas as linhas de evidência que são construídas.

Existem ainda os casos em que linhas de interpretação construídas de maneira independente umas das outras não convergem. Mesmo quando cada linha de evidência relevante para um aspecto particular do registro arqueológico se beneficia de bases sólidas isoladamente, o erro não detectado pode se tornar evidente, quando há uma dissonância entre as linhas de interpretação, ou seja, quando uma linha de evidência contraria de forma persistente as outras. O fracasso em convergir em um relato coerente indica um erro em algum lugar no sistema de conhecimento prévio, por mais bem enraizados que eles possam ser (Alison WYLIE, 2002).

Sendo assim, os dados muitas vezes resistem à imposição de interpretações enviesadas (ou apenas, favorecidas), forçando uma reconsideração de suposições

fundamentais sobre a natureza do tema do objeto de pesquisa em questão, e até mesmo sobre os limites ou perspectivas de sucesso na investigação do objeto. Com isso em mente, é bastante plausível priorizar propostas epistêmicas estabelecidas localmente, à luz do que viemos a conhecer sobre a natureza de assuntos específicos e sobre os recursos que temos para sua investigação, em vez de proposições gerais/universais/transculturais, para construir explicações. Veremos agora a constituição de evidências arqueológicas no caso de sociedades caçadoras-coletoras.

1.3.2 O caso dos estudos de povos caçadores-coletores

Povos caçadores-coletores constituem um dos temas mais estudados dentro do campo arqueológico. Considera-se que esses povos constituem a mais antiga e mais longa forma de organização social humana, representando o modo de vida de praticamente toda a humanidade até 12.000 anos atrás (Richard LEE; Richard DALY, 1999). Assim sendo, as primeiras populações de seres humanos viveriam basicamente da caça e da coleta, abrindo espaço para uma série de pesquisas que utilizavam dados etnográficos, a fim de elaborar analogias arqueológicas entre povos caçadores-coletores atuais e pretéritos, principalmente acerca de sua organização social, seu modelo de produção e seu comportamento (Ruth DOELL, Helen LONGINO, 1983). Como não poderia ser diferente, esses estudos não escapam do enviesamento masculinista.

Como aponta Sarah Schmitz (2018), não sou a primeira arqueóloga a abordar os problemas em relação a pressupostos de gênero em estudos de povos caçadores-coletores e me junto “a todas as outras mulheres que vêm desconstruindo a base patriarcal da arqueologia tijolo a tijolo” (Sarah SCHMITZ, 2018, p. 62). Crítica que já tem quase 50 anos. Entretanto, como veremos em seguida, padrões masculinistas se perpetuam nesses estudos, o que justifica a relevância desse tipo de análise.

Quanto aos estudos mais influentes de povos caçadores-coletores, podemos destacar o livro *Man The Hunter*, editado por Richard Lee e Irven DeVore (1968), resultante de uma conferência homônima realizada em 1966, cujo trabalho abarca um extenso escopo etnográfico, propondo um modelo forrageiro generalizado. Tal modelo encontrou no conceito de sociedade afluenta original de Marshall Sahlins (2007 [1968]) sua sintetização e representou o estabelecimento de um paradigma

nos estudos antropológicos de sociedades caçadoras-coletoras (Adriana DIAS, 2003).

Daquele compêndio de artigos, se destacam o capítulo “*The evolution of hunting*” (Sherwood WASHBURN; Chet LANCASTER, 1968) e também “*An Integrating Biobehavior System and Its Evolutionary Importance*” (William LAUGHLIN, 1968) como os subsídios clássicos utilizados para elaboração do que ficou conhecido como a perspectiva *man-the-hunter* (homem-o-caçador).

O modelo *man-the-hunter* associa a evolução humana ao desenvolvimento da caça (Madu GASPAR; Maria HEILBORN; Eliana ESCORCIO, 2011) ao mesmo tempo em que atribuía a essa atividade um caráter exclusivamente masculino. Tal hipótese, por sua vez, se baseia numa rígida divisão sexual do trabalho, em que os homens seriam responsáveis pela caça, enquanto as mulheres, pela coleta. Dessa forma, o paradigma *man-the-hunter* se constitui como um dos modelos teóricos que proclamam a centralidade do desenvolvimento masculino para o desenvolvimento da espécie (Ruth DOELL, Helen LONGINO, 1983) e se insere num escopo de teorias antropológicas que sobrevalorizam os homens (Karen ENDICOTT, 1999).

A maioria das teorias sobre as primeiras sociedades caçadoras-coletoras lida pouco ou quase nada com a origem da cultura, exceto com referência ao advento da caça. O papel idealizado do macho enquanto provedor para uma consorte e sua prole se fundamenta na suposição que a caça era a técnica mais produtiva e que ela era exercida exclusivamente por homens. William Laughlin (1968) vê ainda as atividades cooperativas da caça como essenciais para o desenvolvimento intelectual da espécie, relacionando diretamente a atividade de caça como o motor responsável pelo ímpeto de se desenvolver instrumentos. Em geral, todas as teorias evolucionistas modernas destacam a caça como o primeiro estágio de desenvolvimento cultural. Nesse sentido,

William Laughlin (...) enfatizou que a caça não era uma mera categoria de subsistência, mas um modo de vida que servia como “esquema de integração” do sistema nervoso. (...) O artigo de Laughlin (1968) poderia ser uma caricatura da antropologia física idealista e masculinista, na qual o intelecto, as ideias, a informação e o cérebro são os produtos rarefeitos da atividade predatória auto-reprodutiva, o que é sinônimo de ser humano (Donna HARAWAY, 1989, n.p.).

Outra suposição do modelo evolucionista *man-the-hunter*, baseada em observações do comportamento de babuínos⁵, é a constituição da família nuclear como base dos primeiros grupamentos de caçadores-coletores. Segundo esse paradigma, a associação conjugal – heteronormativa – seria fundamentada em duas premissas: a da supressão da competição sexual disruptiva entre homens, e a da divisão sexual do trabalho necessária à sobrevivência (Marshall SAHLINS, 1960). Com a união do par homem-mulher, essa competição seria neutralizada, permitindo a cooperação entre os homens necessária às atividades de caça.

Por outro lado, tal associação possibilitaria que os homens saíssem para caçar, aprendendo a cooperar, desenvolvendo habilidades e a linguagem, criando instrumentos e armas. Enquanto isso, as mulheres, dependentes do aporte proteico animal da caça trazida pelos homens, ficariam no acampamento base, responsáveis pela coleta e cuidado da prole, atividades que não necessitariam de cooperação, consolidando a figura do caçador-provedor (Sherwood WASHBURN, Chet LANCASTER, 1968).

Na perspectiva de Washburn e Lancaster (1968, p. 303), “a biologia, psicologia e costumes que nos separam dos macacos – tudo isso devemos aos caçadores do passado”. Em seu texto, esses autores consideram, por um lado, que a caça é uma atividade exclusivamente masculina e, por outro, que a psicologia da espécie teria sido determinada pela caça. Segundo Jane Kephart (1970), a dedução lógica consiste na natureza quase não-humana das mulheres, já que estas não possuiriam a psicologia básica da espécie, que seria caçar e matar outros animais, inclusive outros indivíduos de sua própria espécie.

Dessa forma, a inerente agressividade dos homens passa a ser justificada não só por analogia ao comportamento agressivo de machos babuínos que competem por fêmeas⁶, mas também em uma suposta agressão embutida em machos humanos. Em uma tacada só, o argumento de Washburn implica diretamente na passividade das fêmeas humanas como um dado natural e ainda exclui as mulheres da linha principal do desenvolvimento humano (Jane KEPHART, 1970 *apud* Sally SLOCUM, 1975).

⁵Pesquisadoras vão questionar a pertinência da comparação com babuínos para se estabelecer uma correlação entre esses primatas e os primeiros grupamentos humanos. Elas alegam que a analogia com outros grupos de primatas, como os chimpanzés, muito mais semelhantes aos seres humanos, faria mais sentido (ver discussão em Kay MARTIN, Barbara VOORHIES, 1975, capítulo 5).

⁶Ao contrário de babuínos, chimpanzés e gorilas raramente se envolvem em explícitas agressões físicas ou competição sexual por fêmeas no cio (Kay MARTIN, Barbara VOORHIES, 1975).

Para Donna Haraway (1989), no modelo *man-the-hunter* de Washburn-Laughlin, o fundamento da unidade humana, da possibilidade dos universais humanos, é o modo de vida da caça, colocada, em certa medida, em contraste com a agricultura. Dessa forma,

a caça era a “adaptação total”, cuja principal consequência foi uma visão de mundo, de fato precisamente a natureza psicológica humana para uma visão global; a caça exigia “todas as mudanças humanas”, desde cuidar dos doentes, até fazer do homem o inimigo de todos os outros animais na criação do conceito de selvagem, até basear a arte nos artefatos de guerra, ao amor de matar, até a cooperação homem-homem (Donna HARAWAY, 1989, n.p.)

Para a autora, não se trata apenas de uma valorização da atividade de caça em si, mas antes as abstrações que são feitas a partir dela. Assim, pelo prisma do *man-the-hunter*, a coleta diz respeito somente a meios de sobrevivência locais, enquanto a caça remeteria a princípios universais.

Donna Haraway (1989) chega à mesma conclusão de Sally Slocum (1975), ao observar que o argumento *man-the-hunter* carrega em si que a adaptação humana básica consistiria no desejo dos homens de caçar e matar. Donna Haraway também aponta que Washburn e Lancaster localizam até mesmo as origens da arte nas armas dos caçadores. Eles apontam que os bifaces⁷ simétricos, em especial os da tradição Acheulense, teriam sido os primeiros objetos “bonitos” feitos por mãos humanas, além de associar sua simetria à “tentativa de produzir armas eficientes de alta velocidade” (Sherwood WASHBURN; Chet LANCASTER, 1968, p.298). Assim, vemos rapidamente se estabilizar nesse paradigma a argumentação associativa: homem – provedor – caçador – agressor – artífice da evolução cultural.

Além disso, a “hipótese da caça” se baseava na premissa de que, como o babuíno, nossos ancestrais macacos eram vegetarianos estritos e que a carne era o “novo” componente da dieta⁸. Como parte dessa mudança alimentar, teria surgido

⁷De forma a facilitar a leitura do texto por pessoas que não são da área de arqueologia, termos científicos específicos da disciplina estão marcados com asterisco e brevemente explicados no Glossário.

⁸Adrienne Zihlman (2013) destaca como o foco predominante na carne oblitera as dietas onívoras de chimpanzés e outros primatas e que, embora povos forrageiros humanos cacem, a carne geralmente não é um componente dietético significativo. A ênfase na carne, seja ela no consumo de carcaças ou na prática da caça, obscurece a amplitude dos alimentos consumidos e talvez possa ser considerada uma projeção etnocêntrica do consumo excessivo de carne no Ocidente. Apesar de existirem trabalhos que contestem a hipótese de um ancestral vegetariano que precisaria de carne para se tornar humano (ver Robert HARDING; Geza TELEKI, 1981), a ideia da primazia da carne persiste até os nossos dias.

uma configuração de comportamentos em que os homens adquiriam carne por meio da caça e a compartilhavam com as/os demais do grupo. Assim, os homens assumiram o papel principal na economia forrageira, através do compartilhamento de alimentos, e da produção e uso de instrumentos (Adrienne ZIHLMAN, 2013). Donna Haraway (1989) se refere a “uma inovação alimentar que só pode ser comparada a um potente sacrifício, onde o animal é consumido para fazer o homem” (Donna HARAWAY, n.p.)

Fica difícil negar que esse tipo de visão androcêntrica do universo, com homens saindo juntos para caçar animais de grande porte enquanto mulheres ficam em casa para cuidar da prole, lembra perigosamente um padrão de vida de classe média ocidental, onde homens participam da vida pública e mulheres cuidam dos afazeres domésticos (Ruth DOELL; Helen LONGINO, 1983), evidenciando a influência de um viés cultural euroamericano (Kay MARTIN; Barbara VOORHIES, 1975).

A ironia consiste em que, apesar do título da conferência (e do livro) ser *Man The Hunter*, Richard Lee posteriormente admitiu este ser um “termo impróprio” (Richard LEE, Richard DALY, 1999, p. 8). “Uma das principais teses do livro foi enfatizar a importância até então subestimada dos alimentos coletados e do trabalho das mulheres na sobrevivência do caçador-coletor e, por extensão, na evolução humana em geral” (Richard LEE, 2012, p. 209). Inclusive na introdução da obra (Richard LEE; Irven DEVORE, 1968), os autores solapam seu título ao enfatizarem as dificuldades de se chegar a uma definição de como os primeiros hominídeos eram “caçadores” ou “caça” no simpósio, assim como a necessidade de se prestar atenção na “coleta” (Richard LEE; Irven DEVORE, 1968, p. 4-7).

Conforme Adrienne Zihlman (2013), Lee e DeVore (1968) também apontaram o viés no registro material. De um ponto de vista arqueológico, observaram que importantes objetos feitos de materiais orgânicos, como “paus cavadores” (*digging sticks*) e *karosses* (espécie de bolsas de couro que servem tanto para carregarem suprimentos quanto bebês) geralmente associadas com atividades femininas, não deixam rastros; enquanto instrumentos de pedra e ossos de animais, tradicionalmente associados às atividades masculinas, deixam. Conseqüentemente,

um componente importante das atividades associadas às mulheres não estaria mais visível⁹.

Sally Slocum (1975) defende que as primeiras e mais importantes invenções culturais estariam, na verdade, ligadas ao transporte de comida e de crianças, e não à caça. Artefatos similares às *karosses* são objetos importantes não somente entre os !Kung San do Kalahari, mas também entre diversos outros povos caçadores-coletores contemporâneos. Nesse sentido, Slocum se questiona porque a caça enquanto atividade cooperativa entre homens teria exigido mais habilidades do grupo (e não só de metade dele) em termos de organização social e comunicação do que o cuidado de crianças que são dependentes por mais tempo?¹⁰ É muito mais provável, portanto, que a pressão na direção do desenvolvimento cultural tenha sido multifatorial.

Assim, a caça de mamíferos foi por muito tempo – e de modo geral permanece no senso comum – considerada a característica definidora da subsistência dos primeiros seres humanos, e dois capítulos no livro *Man The Hunter* exploram as implicações da caça para a evolução humana (os supracitados artigos de Washburn e Lancaster, e de Laughlin, respectivamente, capítulos 32 e 33). Apesar disso, os organizadores do livro explicam que os “caçadores” contemporâneos

dependem para a maior parte de sua subsistência de outras fontes além da carne, principalmente alimentos vegetais, peixes e mariscos. Apenas nas áreas árticas e subárticas, onde os alimentos vegetais não estão disponíveis, encontramos os exemplos didáticos de caçadores de mamíferos. No resto do mundo, a caça parece fornecer apenas 20 a 40 por cento da dieta (Richard LEE; Irven DEVORE, p. 7).

Segundo Donna Haraway (1989), também os estudos de Lee sobre ecologia de subsistência do povo San do Kalahari foram cruciais para questionar o papel da caça como atividade definidora da espécie na evolução humana.

Como contra-argumento, Washburn, Lancaster e Lewis Binford (1968) destacam que a pesca, a moagem de sementes e a caça com cães seriam adaptações tardias, datando do Mesolítico e não características das condições do

⁹Nos capítulos subsequentes, veremos como é possível olhar de outras maneiras para o registro arqueológico de forma a enxergar para além de pedras e ossos.

¹⁰Sally Slocum destaca como a neotenia (o fato de crianças humanas serem dependentes por mais tempo do que outros filhotes de primatas) pode ter sido um dos muitos elementos que impulsionou o desenvolvimento cultural.

Pleistoceno. Dessa maneira, a dieta eclética dos caçadores modernos nos diria muito pouco sobre os hábitos alimentares dos primeiros seres humanos. Lee e DeVore (1968) defendem, entretanto, que alimentos vegetais como nozes, frutas e raízes sempre estiveram disponíveis, podendo ser facilmente aproveitados, mesmo através de tecnologias consideradas mais simples (Richard LEE; Irvén DEVORE, 1968).

Todavia, essas pontuações não foram suficientes para compensar a ênfase na caça dada no simpósio/livro ou no contexto mais amplo (Adrienne ZIHLMAN, 2013), e o paradigma masculinista de Washburn e Laughlin acabou prevalecendo. É um pouco decepcionante ver também que Lee e DeVore “capitulam” em sua argumentação ao afirmar, sem maiores justificativas, que

a caça é tão universal e é uma atividade tão consistentemente masculina que deve ter sido uma parte básica da adaptação cultural inicial, mesmo que fornecesse apenas uma proporção modesta dos suprimentos alimentares (Richard LEE; Irvén DEVORE, 1968, p.7).

Nesse sentido, é importante destacar que Sherwood Washburn foi um dos fundadores da Nova Antropologia Física na década de 1950, sendo extremamente influente na área de evolução humana e formando toda uma escola de pensamento, tendo sido Richard Lee e Irvén DeVore seus alunos. Entretanto, também da rede de Washburn surgiu um dos principais braços da crítica dos estudos de evolução humana a seu modelo, nas figuras de Nancy Tanner e Adrienne Zihlman (1976).

O paradigma androcêntrico do *man-the-hunter* não demorou a ser fortemente criticado. O artigo fundamental de Sally Linton, *Woman the Gatherer: Male Bias in Anthropology*, apresentado nas reuniões anuais de 1970 da *American Anthropological Association*, lançou um contra-ataque à tese hegemônica da caça. Foi posteriormente publicado em 1971 e 1975 (Sally SLOCUM, 1975). Logo a expressão *woman the gatherer* (mulher, a coletora) se tornou um contraponto a *man the hunter* (homem, o caçador), e ao mesmo tempo que trazia à atenção às mulheres, também restringia e estereotipava papéis sociais de ambos os gêneros.

Em outra obra importante de contraposição ao modelo *man-the-hunter*, M. Kay Martin e Barbara Voorhies (1975) apresentam, através de um estudo transcultural, que a caça não representa a maior fonte de subsistência na maioria dos povos caçadores-coletores contemporâneos, e se esforçam em destacar a importância da coleta em todos os povos analisados. Nesse sentido, elas procuram

demonstrar como o binômio homem-provedor/mulher-dependente não se sustenta. Lee e DeVore (1968) também ressaltam o quanto é improvável que a mulher tivesse permanecido ociosa durante o Pleistoceno. Assim, é perfeitamente possível imaginar que o aporte alimentar resultante da coleta seria mais que o suficiente para garantir a sobrevivência das mulheres e de suas crias. Tampouco se sustenta a universalidade da família nuclear (ou conjugal), que está longe de ser uma unanimidade ou mesmo um padrão entre seres humanos (Sally SLOCUM, 1975; Richard LEE; Irven DEVORE, 1968), nem a caça enquanto uma atividade exclusivamente masculina (Kay MARTIN, Barbara VOORHIES, 1975; Karen ENDICOTT, 1999).

Ademais, vemos um paradoxo no modelo: Se há uma rígida divisão sexual do trabalho, e as mulheres são responsáveis pela coleta, que representa a maior parte da fonte de subsistência do grupo, como se mantém a visão da mulher como improdutiva e dependente? A única saída lógica, neste caso, seria considerar o trabalho feminino como improdutivo. Eis mais uma suposição que ecoa do presente – a desvalorização do trabalho feminino – refletindo mais um aspecto da sociedade moderna capitalista ocidental (Silvia FEDERICI, 2017). Outra pesquisa importante foi a de Patricia Draper (1975) no sentido de demonstrar como as circunstâncias ambientais influenciam os papéis de gênero, ao invés de imperativos estritamente biológicos, desencorajando uma visão rígida de uma divisão sexual do trabalho.

Mais adiante, Frances Dahlberg (1981) edita o livro *Woman the Gatherer* que se propunha discutir a preponderância da coleta (como contraponto da caça) no modelo de subsistência dos primeiros agrupamentos humanos. Nesse livro, Adrienne Zihlman (1981) discute a maneira como o papel da mulher na evolução humana foi minimizado em estudos evolutivos e comportamentais com primatas. Num outro capítulo, num estudo de caso que se tornou um clássico do assunto, Agnes Estioko-Griffin e Bion Griffin (1981) trazem o exemplo da sociedade Agta do sudeste asiático em que as mulheres caçam, em pares ou com homens, realizando inclusive o abate de animais de grande e médio porte, sendo ainda responsáveis por trocar a carne obtida por alimentos cultivados por povos vizinhos.

Esses e outros estudos ressaltavam a preponderância da mulher no desenvolvimento da espécie, denunciando o viés masculinista nos modelos de organização social proposto para grupamentos humanos já extintos. No entanto, essa perspectiva da *woman-the-gatherer* não logrou se contrapor ao caráter

universalizante e transcultural que caracteriza ambos os modelos propostos. Mesmo as/os autoras/es que mais recentemente criticam esse modelo (Tim INGOLD, 1999; Karen ENDICOTT, 1999), baseado numa visão heteronormativa e depreciativa em relação ao papel da mulher na economia forrageira, parecem cair na armadilha de não conseguir transcender a divisão sexual do trabalho.

Na visão de Haraway (1989), a figura da “mulher coletora” emergiu de uma união duvidosa entre o feminismo euro-americano e o humanismo biológico na origem do modelo *man-the-hunter*. Assim,

seus instrumentos e sua companhia desafiaram as histórias de hominização em um teatro onde os "primeiros objetos bonitos" eram os elementos básicos da fantasia masculinista - "armas eficientes de alta velocidade", emblemas do casamento de funcionalidade e abstração em culturas cuja estética talvez deva mais a guerra do que a qualquer outra prática social (Donna HARAWAY, 1989, n.p.).

Um dos efeitos da influência do modelo *man-the-hunter*, mesmo depois de décadas de crítica feminista, é a associação quase automática entre as atividades de caça e o gênero masculino na literatura arqueológica (Margaret CONKEY; Janet SPECTOR, 1984; Loredana RIBEIRO, 2017) e antropológica (Karen ENDICOTT, 1999) sobre caçadores-coletores. Interessante destacar que Karen Endicott em seu artigo discute como as próprias definições do que é considerado caça ou não nos relatos etnológicos variam e como antropólogas/os tendem a dizer que homens “caçam” enquanto mulheres “coletam”, mesmo quando os animais capturados são os mesmos (Karen ENDICOTT, 1999). Muitas vezes, pesquisas abordando caça e coleta acabam por obliterar as discussões sobre a divisão sexual do trabalho, no lugar de explicitar as premissas que fundamentam a mesma (Sarah SCHIMIDT, 2018).

Em seu estudo de caso, Ruth Doell e Helen Longino (1983) mostraram diversos problemas metodológicos, especialmente no que envolve a distância entre evidência e hipótese. Recorrentemente, essa lacuna é preenchida por generalizações nada confiáveis e/ou abertamente especulativas acerca do comportamento humano, a partir de dados etnográficos de populações caçadoras-coletoras contemporâneas.

Nessa lógica, por um lado, se o comportamento de coleta feminina for considerado o comportamento crucial de uma adaptação, os artefatos líticos

constituem evidência de que as mulheres começaram a desenvolver ferramentas de pedra, além de instrumentos orgânicos já usados para coletar e preparar a vegetação comestível. Por outro lado, se o comportamento da caça masculina é considerado a adaptação crucial, então os artefatos líticos consistem em evidência da invenção masculina de instrumentos para uso na caça e preparação de animais. Portanto, os instrumentos de pedra lascada não podem ser interpretados como sinais inequívocos de um ou outro comportamento específico de uso de instrumentos (Ruth DOELL; Helen LONGINO, 1983).

As autoras destacam que, confiando em analogias etnográficas ao tentar identificar usos específicos de artefatos líticos (pedras lascadas), pesquisadoras/es incorrem no problema da ausência de um parâmetro universal para sociedades humanas, nem ao menos entre povos caçadores-coletores. Desta forma, não há como estabelecer padrões gerais de comportamento, e a partir destes, formular conclusões e paradigmas interpretativos que sirvam para qualquer contexto. Estudos de comportamento entre primatas e pessoas demonstram a natureza inovadora e adaptável da linhagem humana, e se torna até mesmo absurdo pensar que padrões de sociabilidade tenham sido homogêneos ou permanecido inalterados através de milhares, até milhões, de anos.

De acordo com Sally Slocum (1975), é frequente a sugestão ou dedução implícita de que as armas dos caçadores tenham sido os primeiros instrumentos feitos pelo ser humano. Entretanto, também é frequente não ser possível precisar para que serviam a maioria dos instrumentos de pedra desses primeiros povos. Na recente arqueologia brasileira, felizmente, não se vê tantas suposições precipitadas nesse sentido e pesquisadoras/es costumam ter cautela em atribuir funções a instrumentos líticos.

Portanto, é bastante plausível conceber que diversos instrumentos que encontramos não se tratam de armas (pontas de lança, projétil ou arpão), mas instrumentos para ajudar na coleta ou no processamento de vegetais. Se pensarmos em termos de *invenções culturais*, ao invés de instrumentos e armas, um novo horizonte se desenha.

Ademais, entendendo que a prática arqueológica pode se beneficiar de um empiricismo contextual e de propostas epistêmicas estabelecidas localmente, este trabalho busca questionar pressupostos universalista de análise, tentando entender onde, nas metodologias mobilizadas nas obras, parâmetros calcados em modelos

transculturais e universalistas podem ter distorcido ou limitado a análise. Nessa lógica, meu objetivo consiste em investigar se existem vieses masculinistas presentes nessas pesquisas, e se estes vieses estão impregnados nas metodologias utilizadas nos estudos de povos caçadores-coletores no Brasil. Como recorte de análise, escolhi tratar dos primeiros povos caçadores-coletores que habitaram as Américas no final do Pleistoceno e início do Holoceno e as narrativas construídas acerca destes, o que será abordado no próximo capítulo.

1.3.3 Crítica feminista e estudos de gênero na arqueologia brasileira

Antes de entrar nos estudos de povoamento, porém, considero importante contextualizar as pesquisas feministas e de gênero na arqueologia brasileira e, brevemente, na América Latina. Diversas proponentes de abordagens feministas e *queer* fizeram levantamentos e discussões sobre o estado da arte no país. No que se aproxima o objeto de estudo dessa dissertação, procuro delinear as principais questões trazidas por arqueólogas em relação ao tema de gênero e teoria feminista no âmbito da arqueologia “pré-colonial” ou da arqueologia produzida acerca de sociedades indígenas.

Laura Furquim e Camila Jácome (2019) realizam uma necessária síntese bibliográfica em publicações sobre temas da arqueologia brasileira. Contextualizando a utilização de padrões civilizatórios estrangeiros sendo transpostos para realidade de povos indígenas e tradicionais do Brasil, as autoras defendem que processo semelhante pode ter acontecido com as categorias de gênero. Em decorrência de uma ancoragem arqueológica na neutralidade científica como abordado anteriormente,

somado à a necessidade de pesquisa em contextos e sítios ainda desconhecidos e de um cientificismo voltados para a produção de dados numéricos (sítios, escavações, quantitativo de material arqueológico, datações, etc.) a Arqueologia Brasileira se negou, por muito tempo, a incorporar a teoria de gênero, as críticas feminista e *queer*, como parte de uma agenda de pesquisas (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.)

Como pontuam Furquim e Jácome (2019), as primeiras pesquisas brasileiras que tratavam de gênero ainda foram marcadas por uma concepção evolucionista pautada no dimorfismo sexual e no binarismo de gênero. Nesse momento, a identificação do sexo de indivíduos sepultados e sua correlação com

acompanhamentos cerimoniais, foram a principal maneira de se atribuir papéis sociais dentro de uma perspectiva de divisão sexual do trabalho, assim como “o *status* a eles conferidos na situação da morte” (n.p.). Desse modo,

a atribuição de atividades específicas de acordo com o sexo foi um guia para uma avaliação acerca da existência de desigualdades/hierarquias de gênero em sociedade sambaqueiras do litoral sul e sudeste (Gaspar et al, 2010; Escórcio e Gaspar, 2005; Escórcio, 2008), de indígenas da região do recôncavo baiano, na região de Xingó (Lima, 2012) e do sertão do Estado do Piauí, na Serra da Capivara (Pessis, 1995; Castro, 2010) (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.)

Em um entendimento influenciado pelo modelo *man-the-hunter*, a associação de determinados artefatos, presentes nos sepultamentos, com atividades de caça ou coleta, forneceram subsídios para interpretar os *status* de pessoas nessas sociedades. No artigo de Madu Gaspar, Maria Heilborn e Eliana Escorcio (2011) sobre sociedade sambaqueiras, as autoras concluem que “ausência de papéis de gênero muito bem definidos, como parece indicar a variabilidade na atribuição dos acompanhamentos funerários” (p. 26) testemunham em favor da inexistência de hierarquia estabelecida, denotando sociedades mais igualitárias ou mais fluidas em termos de segmentação social.

Além disso, como enfatizam Furquim e Jácome (2019), embora haja um avanço no sentido de cruzar dados em relação a sexo, idade e *status* individual como no trabalho de Danúbia Lima (2012 apud Laura FURQUIM; Camila Jácome, 2019), nessas pesquisas ainda há uma associação direta entre sexo biológico e papéis de gênero no momento da interpretação dos vestígios.

Ainda em sua revisão bibliográfica, Furquim e Jácome (2019) registram também as interpretações de “gênero” no âmbito simbólico, sobretudo em relação à representação de seres humanos na arte rupestre da região Nordeste. Loredana Ribeiro (2018) destaca o trabalho pioneiro de Irmhild Wüst e Ludimilia Justino de Melo Vaz (1998). Segundo Ribeiro,

as autoras se detiveram sobre diminutas figuras rupestres sexuadas para sugerir que o investimento na produção destas figuras pouco visíveis, portanto não necessariamente elaboradas para serem vistas, estivesse relacionado à ritualização de pressões sociais, como conflitos entre as esferas masculinas e femininas naquela sociedade (Wüst e Vaz, 1998, p. 79) (Loredana RIBEIRO, 2018, p. 206).

Furquim e Jácome (2019) apontam também o trabalho de Gabriela Martins e Anne-Marie Pessis (2005 apud Laura FURQUIM; Camila Jácome, 2019). A partir destas pesquisadoras, teria se criado uma linha de pesquisa que aborda sexo e gênero na arte rupestre, “em que perspectivas de identificação de gênero com base na presença de órgãos sexuais se mesclam a análises dos padrões de sexualidade contida nos painéis” (n.p.).

Com relação às pesquisas acerca da cerâmica da Ilha de Marajó, na foz do Rio Amazonas,

a organização de um complexo de aterros artificiais com a presença de barragens para pesca e um manejo de plantas cultivadas como o milho, deu suporte para uma longa correlação entre sociedades complexas e matrilineares na foz do Rio Amazonas entre 400 e 1.400 A.D. O estudo de contextos funerários em que urnas decoradas com a presença de tangas e vasilhas cerâmicas são associados a mulheres e urnas sem decoração com a presença de machados são associadas à homens, foi utilizada para a definição da sociedade marajoara enquanto um cacicado em que a hierarquia se baseava na matrilinearidade, ao passo que a chefia era desempenhada exclusivamente por homens (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.).

Sobre esse contexto, as autoras trazem as pesquisas de Denise Schaan (2003, 2008, 2013 Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019) e Cristina Barreto (2005 apud Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019) que refletem sobre a relação entre iconografia cerâmica e estruturas sociais. Segundo Loredana Ribeiro (2018), “desde a virada do século a iconografia cerâmica tem possibilitado interessantes insights relacionados à diferenciação social e identidades de gênero (Schaan 2001, 2012, Barreto 2005, Carmo e Gomes 2017, p. ex.)” (p. 207). Ainda conforme Ribeiro (2018),

já em 2001, Denise Schaan chamava a atenção para a impropriedade de aplicar conceitos ocidentais normativos de gênero às sociedades indígenas quando algumas culturas como a Marajoara produziram objetos fálicos com características sexuais femininas (p. 208).

Furquim e Jácome (2019), então, destacam dois aspectos fundamentais que caracterizam essas pesquisas, principalmente no que se refere à arqueologia “pré-colonial”. Por um lado, essas pesquisas ajudam à construção de uma linha evolutiva que vai de povos caçadores-coletores enquanto sociedades mais igualitárias e com uma sexualidade menos rígida. Cenário que seria transformado a partir do surgimento da agricultura, trazendo uma maior hierarquização social, assim como um maior controle do corpo feminino (Anne-Marie PESSIS, 2005 apud Laura

FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019). Por outro lado, apesar da diversidade de contextos e cronologias, há uma similaridade nas interpretações “uma vez que há uma associação direta entre objetos (urnas, tangas, cerâmicas e gravuras) e representações pictóricas a práticas de um determinado gênero” (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.).

Entretanto, esse perfil tem se alterado nos últimos dez anos, inclusive com o aparecimento da crítica feminista e queer nas discussões sobre o tema de gênero. Loredana Ribeiro (2017) destaca, ademais, “o que parece ser um boom de publicação nos últimos sete anos, quando se publicou sobre sexo-gênero e temáticas correlatas tanto ou até mais que nos quinze anos anteriores” (p. 228). Esse movimento teórico expresso no aumento das publicações, por sua vez, se relaciona diretamente com uma esfera política

na qual mulheres cis/trans, homens cis/trans e pessoas não binárias da Arqueologia, profissionais e estudantes, tem pautado e lutado contra o machismo, a homofobia, transfobia, o racismo e outras normatividades nos diversos espaços da arqueologia (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.).

Certamente, a incorporação da “problematização sobre descriminalizações de gênero, sexualidade, classe e identidade étnico-racial” (n.p.) no código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), em 2015, constitui um reflexo desse movimento.

Dessa maneira, a denúncia da estrutura patriarcal presente não só na arqueologia, mas na academia brasileira e da ciência como um todo, é capitaneada principalmente por mulheres feministas e pessoas militantes LGBTQI+ que se manifestam publicamente, de forma cada vez mais recorrente, em eventos científicos. Nessa linha,

questões como desigualdades salariais, hierarquias nas atividades de consultoria científica, assédio moral e sexual em atividades de campo e laboratório, desproporcionalidade na incorporação da bibliografia produzida por mulheres no sistema de ensino (Loredana RIBEIRO, 2017; Lara PASSOS, 2017), entre outros temas, estão sendo discutidos a fim de reconhecer as influências destas estruturas não apenas na teoria arqueológica, mas também em sua prática (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.).

Nesse contexto, há importantes marcos em termos de publicação e eventos acadêmicos do que Furquim e Jácome (2019) chamam de “primavera feminista e

queer” da arqueologia brasileira: o dossiê *Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil*, editado por Loredana Ribeiro (Loredana RIBEIRO, 2017); a sessão temática *Escavando Gênero: as mulheres na História Indígena* do 11º Fazendo Gênero (2017), organizada por Juliana Machado; e o simpósio *Aproximações entre a Arqueologia Brasileira e a Teoria Queer*, no IX Encontro de Teoria Arqueológica da América del Sur (2018), coordenado por Arkley Bandeira e Frederic Pouget. No mencionado dossiê, as autoras observam

um amadurecimento da pesquisa arqueológica e da crítica feminista acerca da difusão do conhecimento produzido por mulheres nos mais diversos temas – da arqueologia pré-colonial às arqueologias do tempo presente (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.).

Além disso, faz-se presente uma maior diversidade de temas que a fase anterior, onde aqui os artigos tratam

a repressão às mulheres durante a Ditadura Militar brasileira (Jocyane Baretta), a construção de estereótipos de gênero nos museus (Camila Wichers), a proposição de uma arqueologia da sexualidade (Fabiano Gontijo e Denise Schaan), a misoginia e homofobia nas atividades de campo (Frederic Pouget e Aline Carvalho) e a difusão e recepção da produção feminina na arqueologia amazônica (Caroline Caromano, Meliam Gaspar, Ester Pereira, Márjorie Lima e Jaqueline Lima) e nos cursos de graduação e pós-graduação (Lara Passos) – apenas para citar os artigos que trabalham com a temática brasileira (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.).

Também Loredana Ribeiro (2018) nota que, embora o volume total de publicações ainda seja pequeno no universo total da arqueologia brasileira, há uma produção “contínua, crescente e em processo de amadurecimento temático e teórico” (p. 207). Quanto ao simpósio, “começam a ser sistematizadas e matizadas questões acerca dos estereótipos heteronormativos na Arqueologia” (n.p.). Nesse sentido, há diversos pontos de contato entre a teoria feminista e as abordagens *queer*, principalmente na denúncia da heteronormatividade e do binarismo de gênero enquanto construções modernas (e não categorias universais).

Por fim, Furquim e Jácome (2019) evidenciam “um descompasso entre a produção bibliográfica brasileira e as reflexões teóricas sobre gênero, feminismo e teoria *queer* de um modo geral” (n.p.). Em decorrência do foco empiricista característico da arqueologia, no Brasil, onde os recursos de pesquisa são limitados,

outras arqueologias que propõem novas formas metodológicas e interpretativas sobre o passado, sejam estas sobre de gênero, feminismo ou de engajamento etnicamente posicionado (arqueologias indígenas, arqueologias negras, subalternas, etc.) são consideradas de pouca relevância, uma vez que trariam menos dados empíricos (e científicos), e mais interpretação (Laura FURQUIM; Camila JÁCOME, 2019, n.p.).

Esse argumento é reforçado por Loredana Ribeiro (2018) ao afirmar que

Fabiano Gontijo e Denise Schaan (2017) apontam, entre outros, os mesmos obstáculos já indicados ao pleno desenvolvimento de uma arqueologia feminista no país (Ribeiro 2017a, Ribeiro et al., 2017): o campo de forças políticas que pautou a organização da disciplina a partir das últimas décadas do século XX e a busca por credibilidade e legitimidade através do estudo de temas científicos, objetivos e neutros (p. 208).

Um ponto bastante relevante levantado por Loredana Ribeiro (2018) trata da “desconexão entre estudos de gênero e teorias feministas” sendo que “apenas muito recentemente que a crítica feminista começou a ser de fato reconhecida pela arqueologia brasileira como base legítima para os estudos de gênero” (p. 207). Sobre isso, Camila Moraes Witchers (2018) afirma que,

embora um número crescente de artigos esteja usando a categoria de *gênero*, é um desafio entender as reciprocidades e as diferenças entre um enfoque arqueológico que aborda homens e mulheres em uma estrutura conceitual que perpetua os estereótipos e papéis de gênero típicos do imaginário tradicional, de uma abordagem que faz esse movimento considerando uma crítica feminista da ciência, e também uma abordagem interseccional. Nesse sentido, o diálogo com a teoria *queer* e com as abordagens descoloniais pode ser estimulante (Camila MORAES WITCHERS, 2018, p. 211).

Loredana Ribeiro (2018) também mostra como “uma comunidade científica marcada pela presença igualitária de mulheres e homens performatiza a assimetria imposta pelo masculinismo científico em padrões de citação e embasamento teórico” (p. 209; ver também Loredana RIBEIRO et al., 2017). Nessa perspectiva, Ribeiro (2018) percebe como

arqueólogas de diferentes regiões do país identificaram, de modo independente e quase simultâneo, a avaliação da produção intelectual da arqueologia brasileira como ponto nodal para a denúncia do padrão sexista e assimétrico que orienta não apenas a produção de narrativas arqueológicas, mas a própria organização das relações no interior da disciplina (Caromano et al. 2017, Moraes Wichers 2017b, Passos 2017, Ribeiro et al., 2017) (Loredana RIBEIRO, 2018, p. 209).

De forma a subverter essa estrutura sexista, Camila Moraes Witchers (2018) vê como urgente a inserção da discussão sobre gênero e sexualidade na formação de novas gerações de arqueólogas/arqueólogos. Assim,

integrar essas discussões e possibilidades de pesquisas na formação de arqueólogos brasileiros é uma etapa fundamental e deve ir além da formação de grupos que discutam essas questões de forma isolada, criando espécies de 'guetos' (Camila MORAES WITCHERS, 2018, p. 211).

No contexto da arqueologia de gênero na América Latina, Rodrigo Navarrete (2010) procura separar as pesquisas feitas por estrangeiras/os e aquelas realizadas por arqueólogas/os latino-americanas/os. Nesse sentido,

a posicionalidade geopolítica do agente intelectual, mais importante, o lugar de enunciação do conhecimento produzido, que normalmente não é geográfico, mas epistêmico, poderia também enunciar dois grandes blocos em termos geográficos: a) local, que inclui contribuições da América Latina e da Espanha e b) global, estudos de latino-americanistas estrangeiros. A retroalimentação mútua por meio de circuitos acadêmicos globais como parte da relativa dependência cultural e financeira de nossas ciências sociais dos centros de poder científico, sobrepõem-se e interagem de várias maneiras (Rodrigo NAVARRETE, 2010, p. 79).

Uma característica própria da produção teórica latino-americana que difere tanto do cenário global quanto do brasileiro concerne a influência marxista da Arqueologia Social Latino-Americana sobre os estudos de gênero. O autor defende uma tradição latino-americana crítica em termos de epistemologia e política, o que fez com que essa escola de pensamento marxista tenha criado um "nicho" para a análise de gênero, sendo que "a análise de classes e a compreensão do discurso arqueológico como produto cultural e político, já eram comuns à nossa comunidade" (Rodrigo NAVARRETE, p. 76).

Embora não seja possível aprofundar aqui, recupero alguns estudos levantados por Rodrigo Navarrete (2010) em sua revisão bibliográfica sobre o tema de gênero na produção latino-americana. O autor destaca as pesquisas pioneiras de C. Bellelli, V. Scheinsohn e M. Berón (1993, 1994, 1996 apud Rodrigo Navarrete, 2010) que "chamaram a atenção para as desigualdades na academia e prática arqueológica nos contextos sociopolíticos latino-americanos e suas implicações androcêntricas na interpretação do passado" (p. 86).

Em geral, esses primeiros trabalhos buscam promover a visibilidade das mulheres no registro arqueológico, suscitando possíveis lugares de poder ocupados

por essas sujeitas em sociedades pretéritas. Juanita Sáenz (1993 apud Rodrigo Navarrete, 2010) e Contanza Di Capua (1994 apud Rodrigo Navarrete, 2010), em abordagens e contextos distintos (a primeira na Colômbia, a outra no Equador), analisam figuras femininas a partir de uma perspectiva de gênero, e baseiam-se em pesquisas etnográficas de povos latino americanos para tecer suas interpretações. Linda Manzanilla (1999 apud Rodrigo Navarrete, 2010), por sua vez, “explora o papel corporativo do setor feminino de atividades domésticas femininas em Teotihuacán” (p. 88), procurando demonstrar sua influência social e política para além dos contextos habitacionais. Já os estudos de Alejandra Yépez (2004 apud Rodrigo Navarrete, 2010), Patricia Fernández Esquivel (2006 apud Rodrigo Navarrete, 2010) e María Cristina Scattolin (2006 apud Rodrigo Navarrete, 2010) tratam da divisão sexual do trabalho entre populações ceramistas pretéritas, do Equador, Costa Rica, e Argentina, respectivamente. Já Laura Bejarano (2009 apud Rodrigo Navarrete, 2010) realiza um estudo estético comparativo de representações materiais do corpo, procurando cruzar as categorias tradicionais de gênero com variáveis como posição social, poder políticos ou religioso ou idade, de forma a complexificar identidades sociais no contexto estudado.

Segundo Rodrigo Navarrete (2010), sob influência da Arqueologia Social Latino-Americana, temos ainda representantes de uma “arqueologia feminista fortemente comprometida com o materialismo histórico e dialético originários (Díaz-Andreu M. 1994, Díaz-Andreu M. y N. Sanz. 1994, Sanahuja, María Encarna 1998, Colomer, Eulalia, Silvia Gili, Paloma González, Sandra Montón, Marina Picazo, Cristina Rígete, Matilde Ruiz, María Encarna Sanahuja y Monserrat Tenas 1994, Colomer, Eulalia Sandra Montón y Marina Picazo 1999)” (p. 90), formando um coeso grupo de pesquisa que busca explorar as relações entre feminismo e marxismo desde uma perspectiva arqueológica.

Já muito mais recente, Benjamin Alberti (1999, 2006 apud Rodrigo Navarrete, 2010), de uma perspectiva mais ampla de discussão que vai desde as abordagens feministas e de gênero até à teoria *queer*, discute as premissas implícitas em discursos e práticas arqueológicas latino-americanos, reconhecendo a produção da disciplina como um produto histórico, androcêntrico e heterossexista. Além disso, defende a categoria de gênero enquanto noção relacional e ativa. Alberti, assim,

promove a interpretação crítica do nosso passado a partir do reconhecimento do gênero e da diferença sexual em seu sentido mais amplo - da teoria feminista, passando pelo gênero à teoria queer - como elementos de discursos e práticas sociais em uma relação ativa entre cultura material e sexo/gênero mutuamente constitutivos (Rodrigo NAVARRETE, 2010, p. 86).

Por fim, de maneira similar ao que ocorre no Brasil, Rodrigo Navarrete (2010) considera que “as contribuições da arqueologia feminista para a compreensão e interpretação das sociedades pretéritas na América Latina estaria apenas começando” (p. 95). Enxergando para além de uma transposição de estudos feministas anglo-saxões ou europeus, Navarrete (2010) defende que a produção feminista latino-americana mantém seu caráter de especificidade. Para o autor, embora a maioria das pesquisas aponte em sentidos semelhantes em relação a tendências globais, “como é de se esperar em um contexto com tradições acadêmicas e filosóficas altamente politizadas como o nosso, as abordagens também se baseiam em linhas de pensamento que têm feito parte de nossos discursos e práticas” (p. 95).

2 PROSPECTANDO O CAMPO: arqueologia brasileira e os estudos sobre o povoamento inicial das Américas

*Apenas nos pusimos en dos pies
Comenzamos a migrar por la sabana
Siguiendo la manada de bisontes
Más allá del horizonte a nuevas tierras, lejanas
Los niños a la espalda y expectantes
Los ojos en alerta todo oídos
Olfateando aquel desconcertante paisaje nuevo,
desconocido
Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias, sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos porque estamos en movimiento*

Jorge Drexler (2017)

2.1 Quem chegou primeiro? Povos caçadores-coletores e ocupação inicial das Américas

Na literatura arqueológica, a categoria de povos caçadores-coletores, enquanto sociedades pretéritas cujos vestígios são estudados pela arqueologia, se constitui majoritariamente como um marco cronológico, e não propriamente a caracterização de uma organização social, sendo definido sobretudo pela ausência de vestígios cerâmicos e, conseqüentemente, de práticas de agricultura. Dessa forma, eram povos caçadores-coletores as populações que viveram no cenário de povoamento inicial das Américas, na transição do Pleistoceno para o Holoceno e Holoceno inicial. Também denominado de Paleoíndio, esse período se situa em um espectro cronológico entre aproximadamente 14.000 e 8.000 anos AP, que corresponde ao final da Era Glacial, a transição entre Pleistoceno-Holoceno, se não

considerarmos as datações não-consensuais de ocupações humanas americanas anteriores a estas datas¹¹.

Uma parte importante das discussões sobre as primeiras ocupações do continente americano se concentra, portanto, nesse intervalo temporal. Muitos desses debates giram em torno de quem seriam aquelas pessoas que primeiro teriam ali chegado, por quais caminhos, com que velocidade teriam ocupado o continente, e, principalmente, quais rastros deixados por essas pessoas teriam chegado até nós no presente¹².

2.1.1 Um marco cronológico

Não é difícil perceber que existe uma verdadeira obsessão em termos de cronologia quando olhamos para a forma como se constituiu os estudos sobre os movimentos iniciais de ocupação das Américas. De acordo com Lucas Bueno (2019), essa fixação, por sua vez, resultou (ou seria resultado?) em uma noção do povoamento enquanto evento, em oposição ao entendimento do povoamento enquanto processo, com suas idas e vindas, avanços e retrocessos, sucessos e reveses. Nesse sentido, falar de “povoamentos”, no plural se revela muito mais coerente. Fortemente influenciada por tendências positivistas, muitas vezes a Arqueologia acabou por aplainar as narrativas, eliminando o contraditório. Como foi dito, se pretendemos produzir uma ciência que se quer mais objetiva, precisamos incluir em nossas histórias os fracassos e as ambiguidades inerentes ao processo.

De acordo com Adriana Dias (2019), o *paradigma Clóvis*, modelo dominante nesse campo de pesquisas até bem pouco tempo, funcionou como uma verdadeira barreira cronológica, que dividia os trabalhos entre aqueles passíveis de serem considerados legítimos e aqueles que eram prontamente descreditados e execrados perante a comunidade acadêmica internacional. Tal modelo se mostrou muito eficaz em termos de sucesso epistêmico (Alison WYLIE, 2014), tendo se perpetuado por mais de 40 anos: mais por relações de força e formação de monopólios inerentes ao campo científico (Pierre BOURDIEU, 1983), do que por simples esgotamento do paradigma (Thomas KUHN, 1997), como veremos ao longo deste capítulo.

¹¹ Conforme abordado na seção 2.2, embora existam datações mais recuadas no tempo, o consenso internacional atual acerca dos achados arqueológicos com datações mais antigas do continente americano consiste naqueles de Monte Verde, no Chile, datados de 14,5cal AP (Tom DILLEHAY et al., 2015; Pedro DA-GLORIA, 2019).

¹²A maior parte da bibliografia aqui mobilizada foi trabalhada no curso de Povoamentos da América, ministrado pela professora Adriana Dias, em outubro de 2019, na Universidade Federal de Pelotas.

Importante salientar que esse paradigma não significava somente um muro de contenção cronológico, mas compunha uma estrutura caracterizada pelo controle de informação científica – quem tem a autoridade científica sobre o assunto e pode falar sobre ele – e dinâmicas de colonialismo acadêmico que, em última instância, visam a manutenção de uma hegemonia. Além disso, os investimentos em pesquisas sobre populações pretéritas das Américas, desde as primeiras hipóteses científicas sobre o tema de ocupação inicial do continente no século XIX, têm sido marcados pelas disparidades entre Norte e Sul (Adriana DIAS, 2019; Lucas BUENO, 2019).

Sem dúvida, reafirmar a Arqueologia enquanto uma disciplina historicamente simbiótica com práticas colonialistas não tem nada de extraordinário e a persistente figura hollywoodiana de Indiana Jones não nos deixa esquecer isso. No entanto, é importante lembrar que a natureza colonialista da disciplina não se manifesta somente em teorizações racistas-evolucionistas para legitimar a espoliação de outros povos, mas também nos próprios mecanismos de validação do conhecimento científico, reiterando discursos que corroboram a manutenção de assimetrias. Principalmente, no que aqui nos concerne, a perpetuação da hegemonia anglo-eurocêntrica, estrato dominante no universo científico ocidental, e sua reiteração de paradigmas masculinistas transculturais em perfeita consonância com a visão de mundo do homem branco colonizador.

Sendo assim, o cenário dos primeiros povoamentos das Américas foi dominado por modelos elaborados por cientistas na América do Norte. Apesar de coerentes – embora não completamente (Mary PRASCIUNAS, 2011) – com o registro arqueológico daquela parte do continente, estes desconsideravam evidências produzidas na América do Sul (Pedro DA-GLORIA, 2019). Por sua vez, conforme revisão bibliográfica de Adriana Dias (2019), esse paradigma dominante era reforçado pelo vilipêndio de trabalhos latino-americanas/os publicados, especialmente em revistas científicas internacionais, que ousassem contestar tais modelos (ver Thomas LYNCH, 1990, 1991; David MELTZER; James ADOVASIO; Tom DILLEHAY, 1994; David MELTZER, 2009, apud Adriana DIAS, 2019).

Ainda segundo a autora, muitas dessas propostas foram colocadas em relação ao entendimento das primeiras ocupações e modelos variados foram elaborados com base nas diferentes linhas de evidência. Nesse sentido, o mais célebre e longevo desses modelos é aquele conhecido como *Clovis First* (Clóvis

Primeiro), consolidado nos anos 1960 por acadêmicos representantes da Nova Arqueologia nos Estados Unidos (Adriana DIAS, 2019).

2.1.2 Modelo Clóvis Primeiro

A cultura Clóvis caracteriza-se pela presença de artefatos bifaciais*, mais especificamente por pontas de projétil líticas acaneladas (*fluted points*), encontradas em estreita associação com ossadas de animais da megafauna pleistocênica encontrados no sítio Blackwater Locality Nº 1, perto da cidade de Clovis, Novo México (EUA), nas décadas de 1920 e 1930. A partir daí, estimou-se o início da ocupação das Américas entre 20.000 e 15.000 anos.

Até então estávamos em uma era anterior às datações radiocarbônicas*, e num ambiente científico dominado pela perspectiva histórico-culturalista, onde artefatos definidores ou fósseis-guia eram comumente utilizados como marcadores cronológicos. Dessa maneira, as pontas Clóvis acabaram por se tornar o referencial para se pensar como deveriam se parecer as primeiras tecnologias líticas específicas do continente, estabelecendo as expectativas de assinaturas arqueológicas em relação a ocupações no Pleistoceno americano.

Conforme Adriana Dias (2019) e Lucas Bueno (2019), somente após o desenvolvimento dos métodos de datação por meio do carbono-14 foram determinadas datas absolutas para os sítios Clóvis, que variavam, em sua maioria, entre 11.000 e 11.500 anos AP. De acordo com os dados geológicos disponíveis na década de 1960, durante parte do Pleistoceno, haveria uma massa de gelo na América do Norte, formada pelas geleiras Laurentide e Cordilleran. O período que ficou conhecido como Último Máximo Glacial (UMG), entre 28.000 e 18.000 anos AP, teria se caracterizado pela expansão dessas geleiras, provocando o fechamento da rota de entrada para aquela parte do continente. Ainda em Adriana Dias (2019), “o início do povoamento foi estimado em 12.000 anos AP, quando a abertura do ‘corredor livre de gelo’ entre as geleiras Laurentide e Cordillera teria conectado o Alasca ao interior do continente pela primeira vez em 15.000 anos, permitindo a migração das primeiras populações siberianas para a América do Norte” (Adriana DIAS, p. 461).

O paradigma Clóvis, por sua vez, é complementado por um modelo predatório (*Overkill Model*) que estima o rápido crescimento e expansão dessa população pelo continente através da caça especializada de megafauna, por caçadoras/es

experientes, ao encontrarem presas não acostumadas com a presença humana. Conforme propõe Lucas Bueno, a associação com a megafauna, que no início se apresentou como “um artifício metodológico para inferir antiguidade aos contextos arqueológicos”, nas décadas que se seguiram, teria se transformado “em característica principal de um modelo construído para explicar todo o processo de ocupação do continente americano” (Lucas BUENO, 2019, p. 483).

Baseado em ondas de avanço demográfico, o chamado modelo *Bow Wave* teria permitido um povoamento acelerado do continente em cerca de 500 anos. Essa hipótese acomoda uma cronologia rígida, com não mais do que algumas centenas de anos de sobreposição entre colonização humana e extinção de megafauna nos Estados Unidos e apenas uma década de sobreposição de fauna extinta e primeiras/os colonas/os em qualquer região (Paul MARTIN; David STEADMAN, 1999). Isso implicaria que uma população viável teria que ter percorrido cerca de 12.000 km através de desertos, montanhas e selvas em algumas centenas de anos, justificando assim a descendência direta de todas as indústrias líticas do continente em relação a Clóvis (James MOSIMANN; Paul MARTIN, 1975 apud Adriana DIAS 2019).

Dessa forma, se consolidou um modelo cuja premissa consistia na suposição de que os grupos que confeccionaram a cultura Clóvis seriam os primeiros habitantes a chegarem no continente e, conseqüentemente, todas as indústrias líticas da América seriam, assim, descendentes diretas daquela. A partir daí, se construiu uma barreira cronológica em torno de Clóvis, motivando a descrédito sistemático acerca da validade de datações anteriores àqueles sítios, além de estabelecer um parâmetro hegemônico de comparação para o restante das indústrias americanas:

A única relação aceitável entre as arqueologias do povoamento do Norte e do Sul era o espelhamento, sendo tolerados nos limites dos modelos explicativos hegemônicos apenas os contextos cujas cronologias, semelhanças ecológicas e afinidades tecnológicas sustentassem a perspectiva culturalista do modelo Clovis First (Adriana DIAS, 2019, p.462).

Segundo Adriana Dias (2019), é possível entender a longevidade desse modelo se o situamos num contexto de colonialismo acadêmico norte-americano, que concerne a deslegitimação da produção de conhecimento produzido na América Latina onde “os critérios para avaliação de sítios Clóvis da América do Norte sempre foram bem

menos rigorosos do que os empregados para os contextos latino-americanos” (p. 467).

O paradigma Clóvis foi erigido com base na distribuição espacial e a abundância de pontas de projéteis acaneladas na América do Norte para documentar e interpretar estratégias de uso da terra pelas primeiras populações. Assim, “pesquisadoras/es continuam a reunir e atualizar bancos de dados de distribuição de pontas acaneladas em várias escalas (...), usando-os para inferir padrões regionais paleoíndios de mobilidade e uso da terra, ou mesmo questões de grande escala como a origem da tecnologia de pontas acaneladas e o modo e ritmo da colonização e subsequente disseminação da população” (Mary PRASCIUNAS, 2011, p. 107).

Por um lado, presumir que a densidade de pontas indicaria o local de sua invenção está na raiz de “uma teoria difusionista que não é mais aceita” (Barbara Purdy, 1982 apud Mary PRASCIUNAS, 2011, p. 123). Por outro, há “apenas 11 sítios com artefatos Clóvis em contextos geológicos considerados ‘seguros’ (associados a 43 datações radiocarbônicas)” (Adriana DIAS, 2019, p.467), não havendo, portanto, uma quantidade suficiente de sítios Clóvis datados para se ter um controle cronológico. Ou seja, não importa onde se encontra essa suposta alta densidade de pontas, porque não há dados suficientes para afirmar que lá estão as pontas mais antigas (Mary PRASCIUNAS, 2011). Além disso, “a maior presença de pontas Clóvis no sudeste dos EUA está relacionada a uma variedade de fatores modernos, tais como a densidade populacional, a urbanização, as práticas de cultivo, a visibilidade geológica, a produtividade ambiental, a intensidade da pesquisa arqueológica”, entre outros (Adriana DIAS, 2019, p.468).

Conforme Adriana Dias (2019), contudo, na virada do século XXI, mesmo os maiores defensores de Clóvis foram obrigados a reconhecer os sítios sul-americanos contemporâneos ou datações anteriores àquelas da América do Norte. A barreira Clóvis, então, parecia finalmente quebrada através da validação das datações do sítio de Monte Verde (~13.000 anos AP), no Chile, como o mais antigo das Américas:

em Monte Verde, no Chile, a derradeira visita a um candidato a sítio pleistocênico pelos mais aguerridos membros da patrulha Clovis, que realizaram, na frente das câmeras da National Geographic, uma democrática votação favorável às suas datações de 13.000 anos AP (uma

datação de 33.000 anos AP do mesmo sítio é um pequeno inconveniente, sobre o qual os presentes preferiram não se manifestar naquele momento) (Adriana DIAS, 2019, p. 462)

As pesquisas nesse sítio, capitaneadas pelo estadunidense Tom Dillehay (1989) mantiveram intacta a primazia nortista (Adriana DIAS, 2019).

A imagem de uma trincheira sendo avançada em alguns metros acaba parecendo mais adequada, pois apenas recuamos alguns milhares de anos, onde uma nova barricada cronológica foi erguida. Se até o momento não temos boas evidências de sítios com mais de 35.000 anos na América do Sul, isso, no entanto, não deveria constituir motivo para construir barreiras temporais arbitrárias, como o modelo Clóvis Primeiro, que impedem a consideração de evidências que não se ajustam às expectativas (Alan BRYAN; Ruth GRUHN, 2003).

Isso é especialmente incerto se levamos em conta de que o padrão cultural da América do Sul é muito heterogêneo e muito diferente do cenário encontrado em sítios norte-americanos, que apresentam uma homogeneidade cultural muito maior. Boa parte dos questionamentos em relação a cronologias mais antigas que Clóvis, inclusive na América do Norte, se basearam na ausência de pontas acaneladas assimiladas à cultura Clóvis, os fósseis-guia do paradigma. A presença de outros marcadores culturais para além de artefatos líticos bifaciais, como as contas de colar de osso, lascas e utensílios no nível mais antigo (27.000 anos AP) do sítio SantaElina, em Mato Grosso (Brasil) (Águeda VILHENA-VIALOU; Denis VIALOU, 2019).

Entretanto, o aspecto positivo dessa dominação foi o desenvolvimento relativamente livre, nos últimos 25 anos, de pesquisas sul-americanas acerca do povoamento da parte austral do continente. Identificado um contexto de intensa diversidade cultural nas terras baixas da América do Sul, nos resta senão concluir que se trata de ocupações mais antigas do que as estimadas pelos modelos hegemônicos (Adriana DIAS, 2019).

2.2 O ocaso do modelo Clóvis e outras perspectivas

Atualmente, em relação ao paradigma Clóvis, é possível falar tanto de elementos de ruptura quanto de permanências e continuidades em relação a questões como rotas de entrada, datações de entrada inicial no continente e fluxos migratórios.

Quanto às rotas de entrada, ainda hoje se sustenta que a principal origem dessas primeiras populações nas Américas tenha sido na Ásia, provavelmente na região da Sibéria, embora as hipóteses referentes às rotas por onde tenham atravessado para o continente americano não seja objeto de consenso. Semelhanças físicas, baseadas em análises de restos esqueléticos humanos, como morfologia craniana e dentária, assim como dados genéticos, com o estudo de haplogrupos¹³ corroboraram com a teoria de filiação asiática dessas populações ameríndias (Pedro DA-GLORIA, 2019). Existem, contudo, pesquisas que contradizem certas linhas de evidências que sustentam essa hipótese, como a suposta homogeneidade no que concerne a morfologia das arcárias dentárias de povos originários (Rebeca HAYDENBLIT, 1996).

Quanto ao modelo predatório complementar ao paradigma de Clóvis, estudos mais recentes sugerem que a extinção da megafauna no continente americano não se deu somente em função da caça em larga escala, mas por uma conjunção de fatores. Os efeitos diretos da presença humana (caça) teriam se somado aos efeitos indiretos, como competição, alterações no habitat e na cadeia alimentar. Ademais, há evidências que mudanças climáticas podem ter tido um papel preponderante nesse processo (Paul KOCH; Anthony BARNOSKY, 2006).

2.2.1 Modelo das duas rotas independentes de povoamento

No que concerne o caminho de passagem dessas/es primeiras/os americanas/os, temos outra permanência do modelo Clóvis, em que o corredor da Beríngia* continua a ser considerado a principal rota de entrada dessas populações. Contudo, um modelo costeiro de ocupação tem sido preconizado nas últimas décadas (E. James DIXON, 2001 apud Adriana Dias, 2019).

Segundo argumentação de Adriana Dias (2019), no modelo Clóvis Primeiro, o litoral pacífico não apresentaria condições favoráveis para as primeiras ocupações em função de seu bloqueio pelas geleiras. Além disso, proponentes do modelo costeiro, sugerido desde os anos 1980, eram desacreditados em função da falta de dados empíricos para sustentar suas alegações. Entretanto, uma possível rota

¹³Grupo grande de haplótipos (grupo de alelos de genes diferentes que se encontram próximos o suficiente para serem transmitidos de forma conjunta). Alguns haplogrupos podem ser usados para inferir populações genéticas. Os mais utilizados nesse sentido são os haplogrupos do cromossoma Y (Y-DNA) e os haplogrupos de DNA mitocondrial (mtDNA). O primeiro somente é transmitido por meio da linhagem patrilínea, enquanto o segundo somente por linhagem matrilinear.

costeira pelo Pacífico soa muito mais coerente com as datações pleistocênicas encontradas em sítios sul-americanos, e a ausência de evidências pode ser explicada pela baixa densidade populacional, assim como uma alta mobilidade, que deixaria poucos rastros perceptíveis arqueologicamente. Além disso, o aumento do nível do mar e um movimento de placas tectônicas num período pós-glacial também são possibilidades aventadas para justificar a baixa visibilidade arqueológica dessas populações.

Hoje se acredita que “a rota pela costa pacífica pode ter sido feita por navegação de cabotagem, explorando uma mesma zona ecológica caracterizada por florestas de algas (*kelp forests*)” (Pedro DA-GLORIA, 2019, p. 433). Ricas em reservas proteicas de animais marinhos, aves, peixes e algas, uma rota costeira moldada por mares pós-glaciais em rápida subida também ofereceria numerosos estuários, pontos de água doce, que podem ter servido como "paradas de descanso" para povos em migração (Jon ERLANDSON, 2013). A sugestão de primeiras ocupações por via costeira e fluvial, com o consequente processo de interiorização através de rios, seguindo grandes corpos d'água, também encontra validação em sítios no território brasileiro anteriores a 13.000 anos, onde grandes rios se mostraram locais privilegiados de assentamento (Lucas BUENO; Adriana DIAS; James STEELE, 2013).

Nessa lógica, chegando ao istmo do Panamá, seguindo uma rota Atlântica, esses povos marítimos que se deslocam para o sul ao longo da costa do Pacífico podem ter escolhido diferentes caminhos: alguns se movendo para o sul ao longo das costas do Pacífico para se estabelecer na costa andina, outros seguindo grandes rios costeiros em direção às Terras Baixas pela bacia amazônica, e ainda outros cruzando o istmo para chegar às margens do Atlântico. No lado atlântico, podem ter circundado o Caribe, beirando as margens da América do Sul (Jon ERLANDSON, 2013; Lucas BUENO; Adriana DIAS; James STEELE, 2013).

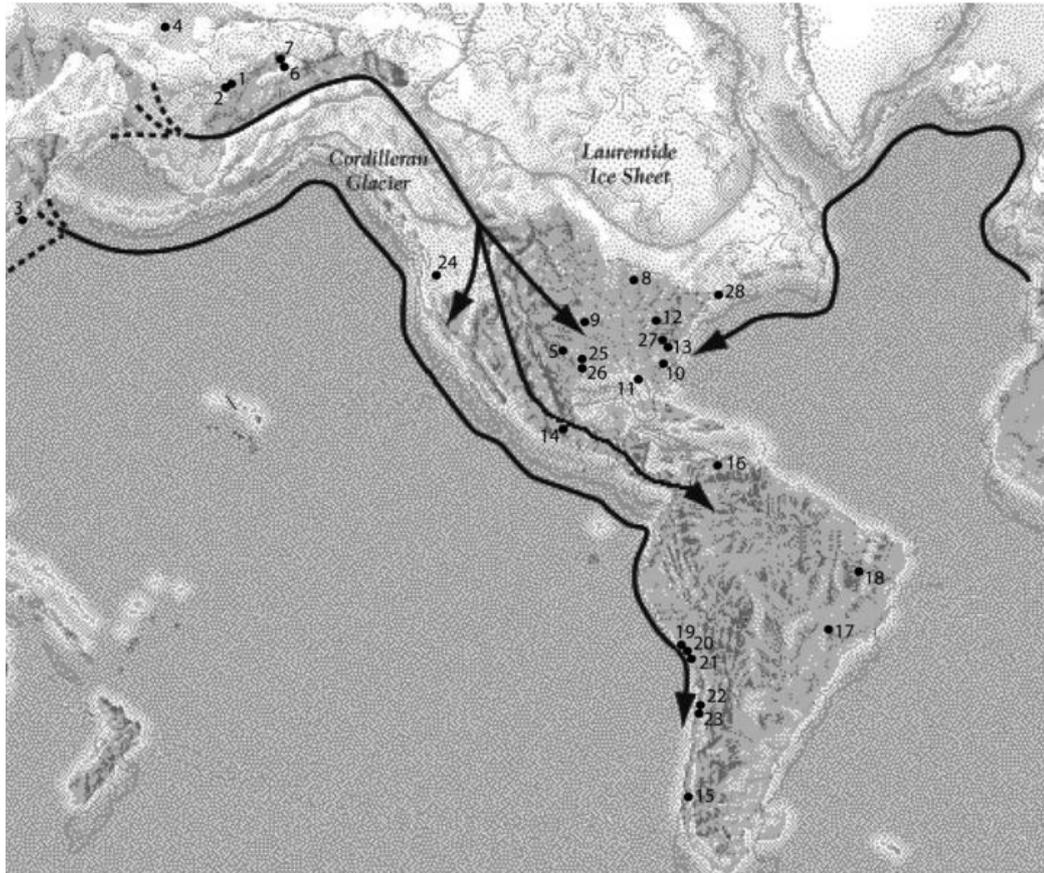


Figura 1 Rotas de povoamento inicial das Américas. O mapa mostra diferentes rotas de migração possíveis para as Américas e diferentes sítios arqueológicos associados aos povoados iniciais do continente americano. 1, Swan Point; 2, Nenana; 3, Ushki; 4, Sluiceway-Tuluq; 5, Clovis; 6, Bluefish Caves; 7, Old Crow; 8, Schaefer/Hebior; 9, LaSena and Lovewell; 10, Page-Ladson; 11, Meadowcroft Rockshelter; 12, Cactus Hill; 13, Topper; 14, Tlapacoya; 15, Monte Verde; 16, Taima-Taima; 17, Santana do Riacho; 18, Lapa do Boquete; 19, Quebrada de Jaquay; 20, Quebrada de Tacahuay; 21, Quebrada de los Burros; 22, Huentelafquen; 23, Santa Juliana; 24, Paisley Caves; 25, Aubrey; 26, Gault; 27, Thunderbird; 28, Vail. Fonte: Tom DILLEHAY, 2009, p. 973.

Nesse modelo, teriam existido duas rotas independentes de povoamento, sendo a rota costeira pacífica a mais antiga a sofrer deglaciação, permitindo uma primeira onda de migração para a América do Norte – por volta de 13.500 anos AP, segundo E. James Dixon (2001), ou ainda entre 18.000 e 14.000 anos AP, segundo Jon Erlandson (2013). Esses povos que teriam vindo pela costa pacífica estariam entre as/os primeiras/os americanas/os, cujas/os descendentes teriam seguido os grandes rios até o interior e teriam produzidos os artefatos associados à *Western Stemmed Tradition** (WST). Esse novo modelo sugeriria que as tradições Costeira (*Paleocostal*) e a WST estariam ambas ligadas a uma migração costeira do nordeste da Ásia para as Américas (Jon ERLANDSON, 2013).

Esse paradigma é fortemente corroborado pelas evidências de ocupação humana em Monte Verde, no Chile, extremo-sul do continente, há pelo menos 14.000 anos atrás (Tom DILLEHAY et al., 2015), o que estabelece um limite mínimo, sugerindo que o povoamento humano tenha se dado em datas anteriores. Outra linha de evidência que sustenta esse modelo são os dados referentes a esses sítios do oeste dos EUA que indicam um sistema de subsistência baseado numa economia forrageira geral e não numa caça especializada de megafauna (James DIXON, 2001).

Dito isso, esse modelo ignora completamente as possíveis rotas de ocupação do interior da parte sul do continente americano, situando a rota pela costa pacífica como caminho preferencial dessas primeiras populações a ocuparem o continente, o que só é possível a partir do silenciamento dos dados de cronologia antiga que encontramos espalhadas pelas Terras Baixas sul-americanas. Além disso, esse paradigma, apesar de contrariar Clóvis, ainda permanece num legado de pensar dispersão populacional a partir de conjuntos artefatuais, embora agreguem outras linhas de evidência.

2.2.2 Modelo de Permanência na Beríngia (MPB)

O modelo de Permanência na Beríngia (MPB) se baseia em dados genéticos combinados de DNA mitocondrial e de DNA autossômico, extraídos de amostras atuais e arqueológicas, para inferir o tempo de início da divergência de linhagens genéticas atuais por meio do método de coalescência¹⁴, de forma a determinar qual o ancestral comum mais recente. Segundo esses estudos, a idade de coalescência da população atual ameríndia, assim, não seria superior a 25.000 anos (Pedro DA-GLORIA, 2019).

Juntamente com dados paleoambientais, esse modelo propõe que o povoamento das Américas teria acontecido em três momentos. Um período de divergência, com a ocupação da Beríngia por uma população asiática (~50.000-30.000 anos AP). Em seguida, um momento de diversificação (~20.000-18.000 anos AP), um intervalo de tempo de permanência na Beríngia, com isolamento gênico

¹⁴A teoria da coalescência é um modelo de genética populacional. Por meio de uma amostra de indivíduos, ele rastreia todos os alelos de um gene compartilhados por todos os membros da população até uma única cópia ancestral, que seria o ancestral comum mais recente. Segundo Da-Glória (2019), o método de coalescência forneceria os melhores resultados em termos de evidências consistentes sobre a data de entrada nas Américas, pois permite inferir “o tempo de início da divergência das linhagens genéticas atuais” (p. 433).

dessa população (entre 9 e 2,4 mil anos), gerando trechos de DNA exclusivos da população ameríndia. Enfim, um período de expansão (~16.000-12.000 anos AP), onde acontece a entrada da presumida população fundadora na América do Norte, após o Último Máximo Glacial, com a abertura do “corredor livre de gelo”. Esse modelo de deriva genética colocaria em descrédito o modelo dos Dois Componentes Biológicos Principais proposto por Walter Neves, baseado em morfologias cranianas¹⁵ (Pedro DA-GLORIA, 2019).

Entretanto, esse modelo deixa apenas uma janela temporal de no máximo 1,4 mil anos entre a entrada nas Américas e as datações de Monte Verde, por exemplo, no extremo-sul das Américas, implicando numa improvável “corrida” pela costa Pacífica perpetrada por essas populações. Além disso, por conta das próprias limitações quanto ao método de coalescência (Pedro DA-GLORIA, 2019), e achados arqueológicos que desafiam a data de 16.000 anos AP para o primeiro período de ocupação do continente a partir da Beríngia, há arqueólogas/os que argumentam em favor de ocupações com datas anteriores àquelas preconizadas por geneticistas (Niède GUIDON et al., 1994; Águeda VILHENA-VIALOU; Denis VIALOU, 2019; Eric BOEDA, 2015; Ruth GRUHN, 2020).

2.2.3 Rota Atlântica ou Hipótese Solutrense

Há ainda outro grupo minoritário que defende uma rota de migração vinda da Europa até a América do Norte, via travessia do oceano Atlântico há aproximadamente 20.000 anos atrás. A principal linha de evidência que sustenta sua argumentação consiste na semelhança morfo-tecno-tipológica entre pontas Clóvis (13,4 – 12,7 mil anos AP) e os bifaciais da tradição Solutrense na Europa (25 – 16 mil anos AP), segundo Bruce Bradley e Denis Stanford (2004). Reavivando tendências hiperdifusionistas ao priorizar uma conexão histórica direta (improvável) no lugar de uma convergência tecnológica (Bruce BRADLEY, 2015), essa teoria, entretanto, não explica a lacuna de tempo de aproximadamente 7.000 anos entre a vinda dessas/es solutrenses e o aparecimento das pontas Clóvis no registro arqueológico. Sequer há evidências de produção de barcos ou de uma cultura navegadora em sítios solutrenses, e a existência de uma “ponte de gelo” cruzando o Atlântico no auge do Último Máximo Glacial não tem sustentação em dados

¹⁵ Ver seção 2.3.3 deste capítulo.

paleoclimáticos. Ainda, considerar a concentração de pontas Clóvis no sudeste dos EUA como prova de sua origem no sudeste do continente norte-americano não se mantém por razões que já foram discutidas quando apresentados os problemas de inferência em relação ao paradigma Clóvis (seção 2.1.2).

Como se não bastasse, essa hipótese de uma origem europeia de parte da população do leste dos EUA acabou por justificar os argumentos em favor de uma suposta morfologia craniana mais caucasóide do Homem de Kennewick que acabou não se confirmando em análises genéticas (Adriana DIAS, 2019), como será detalhado mais adiante¹⁶. Tampouco há validações de estudos genéticos para a hipótese de Stanford e Bradley, que indicam uma única origem dos ameríndios no nordeste da Ásia.

O argumento de uma possível origem comum de certas linhagens do haplogrupo mitocondrial X¹⁷ da população ameríndia e aquelas encontradas na Europa não se sustenta por si só, já que as linhagens de haplogrupos X de referência da população europeia são da população atual e o pool genético europeu contemporâneo só teria se formado nos últimos 8.000 anos. Nenhum genoma de Solutrenses europeias/us foram sequenciados para comparação. Hoje, as linhagens do haplogrupo X são encontradas amplamente dispersas na Europa, Ásia, Norte da África e América do Norte, e as linhagens encontradas nas Américas, X2a e X2g, não descendem das linhagens X2b, X2d e X2c encontradas na Europa. Na verdade, eles compartilham um ancestral comum muito antigo da Eurásia, o X2 (Jennifer RAFF; Deborah BOLNICK, 2015).

Essa teoria compõe uma excelente amostra de uma hipótese científica que não se sustenta empiricamente por sobrevalorizar apenas uma linha de evidência: o resultado de um tipo de produção material de populações, no caso, os artefatos de pedra, e mais especificamente, das pontas de projétil. Entretanto, contra todas as probabilidades, esse modelo não foi totalmente descreditado e continua a repercutir dentro e fora da Arqueologia, sendo frequentemente citado em trabalhos produzidos sobre o tema de povoamento inicial das Américas. E mesmo apresentando furos empíricos gigantescos, em 2018, foi produzido um documentário canadense

¹⁶ Ver seção 2.3.4 deste capítulo.

¹⁷ Um tipo de haplogrupo determinado por variações encontradas no DNA mitocondrial humano (mtDNA). Os haplogrupos de DNA mitocondrial humano rastreiam a ascendência matrilinear até as origens da espécie humana e sua subsequente dispersão pela superfície do planeta.

intitulado *Ice Bridge*¹⁸, realizado e transmitido pela Canadian Broadcasting Corporation e disponível em plataformas de vídeo gratuitas online, que visava divulgar a “hipótese Solutrense”.

Com este caso exemplar pretendo ressaltar o quanto o sucesso epistêmico na ciência tem tanto a ver com a verdade e dados empíricos, quanto com as relações de força e estratégias de poder dentro do campo científico. Desenvolvido à imagem e semelhança de Clóvis, esse modelo pretende fazer uma espécie de “releitura” do paradigma hegemônico, com o objetivo de “produzir, nos limites do campo e de suas crenças, as aparências da ‘revolução’” (Pierre BOURDIEU, 1983, p.152). Na ciência, como em qualquer campo social, não há como dissociar o que é pura capacidade técnica do que é pura representação social, ou poder simbólico (Pierre BOURDIEU, 1983). Portanto, situar os interesses que operam nesta arena se revela fundamental para que possamos decodificar recursos de manutenção do *status quo* dominante disfarçado de objetividade neutra.

2.3 De norte a sul: discursos sobre povoamento na arqueologia sul-americana

Uma das questões fundamentais no que concerne aos modelos de povoamento produzidos na América do Norte e aqueles da América do Sul é que eles frequentemente não dialogam. As modelagens nortistas não costumam explicar as datações mais antigas nas terras baixas sul-americanas. Tampouco se preocupam em contemplar a diversidade de biomas e cenários ecológicos presentes nessa parte do continente americano, tais como a costa desértica do Pacífico, a floresta amazônica, a mata atlântica, as terras alagadiças do Pantanal, as savanas tropicais do centro do continente, e as pradarias do Cone Sul, quando tratam do processo de ocupação sul-americana no período da transição Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial (Adriana DIAS, 2019).

E, como era de se esperar, não se trata de uma carência de dados para essa parte do continente. Conforme os dados levantados por Adriana Dias (2019), há 277 datações entre 13.000 e 8.000 anos AP para 90 sítios arqueológicos no Brasil (Lucas BUENO; Adriana DIAS; James STEELE, 2013); e 274 datas radiocarbônicas entre 13.000 e 7.000 anos AP, associadas a 72 sítios arqueológicos na Argentina

¹⁸ Mais dados sobre o documentário em <https://www.cbc.ca/natureofthings/episodes/ice-bridge>. Consultado em 18 de dezembro de 2019.

(Luciano PRATES; Gustavo POLITIS; James STEELE, 2013). Sendo estes apenas os contextos mais representativos, o que indica uma consistente ocupação inicial no final do Pleistoceno.

Conforme Lucas Bueno e Adriana Dias (2015), quando falamos de povoamento da costa Atlântica, o modelo “ortodoxo” prevê um deslocamento original pelo litoral do oceano Atlântico, ocorrendo uma dispersão para o interior somente quando o clima se torna mais ameno. Segundo esse paradigma, calcado em um determinismo ambiental, as populações se deslocando por essas paragens evitavam florestas, preferindo ambiente abertos. No entanto, refutando essa hipótese, foram encontrados sítios muito antigos na Amazônia, como o sítio da Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre (PA), que apresenta datações entre 11.000 e 12.000 anos AP, contrariando a ideia de uma ocupação centrada apenas em áreas temperadas e de clima frio. A própria premissa de que povos buscam climas temperados e evitam os trópicos não passa de uma visão etnocêntrica, baseada em visões de mundo de pesquisadoras/es europeias/eus e norte-americanas/os, não se confirmando em dados arqueológicos.

Em oposição ao modelo “ortodoxo”, configurou-se um “modelo fluvial” que propõe a ocupação inicial pelas bacias hidrográficas, sendo as florestas ambientes preferenciais por sua alta produtividade (Lucas BUENO e Adriana DIAS, 2015; Adriana DIAS; Lucas BUENO, 2013). Para validar esse modelo fluvial, a autora e o autor levantam pesquisas mostrando que a existência de florestas não representou um obstáculo para as primeiras ocupações humanas (José Luis LANATA et al., 2008). Decorrente de um etnocentrismo anglo-europeu, a noção de “inferno verde” é associada a florestas tropicais. Na Amazônia, especificamente, essa concepção reflete a ideia de “uma distribuição espaçada de indivíduos de uma mesma espécie [de plantas], já que, quando se tem milhares de espécies, qualquer uma poderá ser encontrada com baixa frequência, o que corresponde a maior tempo de procura” (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019, p.271). Essa noção, entretanto, está intimamente ligada a um desconhecimento dos diferentes meios de vida em ambientes tropicais e uma ignorância em relação às numerosas estratégias adaptativas de povos originários.

Na prática, pesquisas recentes mostram que são diversas as árvores frutíferas e palmeiras comestíveis encontradas entre as espécies que se caracterizam como hiperdominantes, ou seja, existe uma enorme quantidade de

árvores que pertencem a um número ínfimo de espécies¹⁹. Isso sugere a configuração eminentemente antropizada do bioma amazônico, com evidências de sistemas agroflorestais e da formação de bosques culturais (Myrtle SHOCK, Claide MORAES, 2019).

Tendo em vista este cenário, torna-se imperativo refletir sobre a pertinência de modelagens fundamentadas em padrões universalistas de povos caçadores-coletores de alta mobilidade, como a teoria do forrageamento ótimo (Robert BETTINGER, 1991), para contextos em que se verificam evidência de horticultura e manejo de plantas, como no caso das florestas tropicais sul-americanas. A própria noção de sedentarismo não deveria estar necessariamente ligada à agricultura, e indícios de sedentarismo podem estar relacionados ao modo de vida e subsistência caçador-coletor. Mesmo quando são reconhecidas variações em termos de estratégias possíveis de mobilidade e gestão de recursos (Lewis BINFORD, 1980), até onde concepções generalizantes da organização social caçadora-coletora seriam relevantes para elucidar contextos arqueológicos sul-americanos?

Nessa lógica, como pensar as primeiras ocupações humanas em terras sul-americanas a partir de uma visão que não mimetize modelos norte-americanos e que considerem evidências para além de pontas de projétil? Enquanto certas linhas de pesquisa brasileiras e sul-americanas já trilham um caminho nessa direção, outras insistem em se pautar por discursos hegemônicos, se desenvolvendo a sombra de modelos nortistas.

2.3.1 Sobre relação entre pontas Rabo de Peixe e o Horizonte Clóvis

Antes de entrarmos nos modelos, parece pertinente abordar um importante debate sobre a ocupação da América do Sul que concerne à presença de pontas de projétil acaneladas em terras do cone sul-americano. Estas pontas datam da transição do Pleistoceno-Holoceno, sugerindo uma conexão entre esses artefatos e as pontas Clóvis. Verificam-se, entretanto, diferenças consideráveis entre elas, como a característica acanelada das pontas sul-americanas, que aparece quase exclusivamente em pontas pedunculadas com base expandida (daí sua semelhança a um “rabo de peixe”), e não em formas lanceoladas como as pontas Clóvis norte-americanas (Tom DILLEHAY et al., 1992).

¹⁹ Discussão desenvolvida na seção 4.2.

Uma das principais tipologias de pontas acaneladas sul-americanas constitui o horizonte Rabo de Peixe (*fishtail*), ou pontas Fell. Inicialmente recuperadas no sítio na região de Palli Aike no Chile, foram também encontradas em sítios do período de transição Pleistoceno-Holoceno distribuídos pela América do Sul, especialmente ao longo da Costa Pacífica sul-americana, Patagônia, Pampas Argentino-Uruguaios, e possivelmente, no sul do Brasil (Luis BORRERO, 2006; Daniel LOPONTE; Mercedes OKUMURA; Mirian CARBONERA, 2016).

Águeda Vilhena-Vialou (2007) destaca como certas ocupações da passagem do Pleistoceno ao Holoceno estão relacionadas com a caça à grande fauna, sendo a cultura Clóvis e as pontas Rabo de Peixe incluídas nesse grupo. Vilhena-Vialou, entretanto, ressalta que

essas pontas bifaciais bastante típicas para o norte e a outra para o sul diferem muito na sua tecnologia, sendo uma, a Clóvis, cuidadosamente canelada (*fluted*) e a *fishtail*, como o nome indica, se caracteriza pelo “esboço” de um pedúnculo (“*tail*”) onde apenas algumas peças apresentam um canelamento parcial e irregular (Águeda VILHENA-VIALOU, 2007, p. 175).

Para a autora, a suposição em relação à existência de expressões tecnológicas distintas no mesmo período seria corroborada por essa diferenciação do modo de fazer desses dois tipos de artefatos.

Essa consideração é reforçada por Borrero (2006), que ressalta como a tendência para o uso de fontes líticas locais pode ser verificada em alguns dos mais antigos conjuntos arqueológicos que se conhece na América do Sul, mesmo que essas rochas não sejam da melhor qualidade. Enquanto isso, na América do Norte, no Horizonte Clóvis, pode ser constatada a preferência por rochas exóticas e de boa qualidade.

Em guisa de interpretação dessa inclinação ao uso de fontes locais, e não necessariamente das melhores fontes líticas, o autor sugere que o modelo de expansão de grupos caçadores-coletores desenvolvido por Robert Kelly e Lawrence Todd (1988) seria menos aplicável na América do Sul do que na América do Norte²⁰. Essa suposição se reforça pela constatação de que a proporção de artefatos

²⁰“O modelo clássico [de Kelly e Todd] de subsistência dos primeiros americanos, assumindo que a cultura Clóvis seria a primeira sociedade a ocupar sistematicamente o território americano, propôs que o principal meio de subsistência inicial nas Américas seria a caça de grandes mamíferos, tais como o mamute e o mastodonte, por uma população humana formada por bandos pequenos e altamente móveis” (Pedro DA-GLORIA, 2019, p.444)

bifaciais e a quantidade de esconderijos (*caches*) de artefatos aparentam ser bem menos representativos nos conjuntos sul-americanos (Luis BORRERO, 2006).

Borrero aponta que outra divergência em relação ao modelo de Kelly e Todd, expressa no fato da caça à megafauna ter sido marginal na América do Sul, parecendo indicar um processo mais lento de colonização nessa região. Isso se relaciona com a variedade de habitats a serem ocupados na América do Sul, mais diversos que na América do Norte, algo que demandaria mais tempo, e que, considerando apenas as condições ambientais, também se expressaria em termos de diferenças substanciais na cultura material.

Além disso, segundo Borrero (2006), as pontas Rabo de Peixe apresentam grande variabilidade morfológica, além de matéria-prima, e apesar de terem sido frequentemente comparadas com pontas Clóvis, a tese de origens distintas é corroborada por diferenças substanciais em sua morfologia e sequências de redução. Ainda conforme Gustavo Politis (1991, *apud* Luis BORRERO, 2006, p. 17), “as características tecnológicas sugerem que, além de alguns traços bifaciais gerais, não há evidências claras para apoiar fortemente a hipótese de que as pontas de projétil Rabo de Peixe derivam de pontas acaneladas norte-americanas”.

Dessa maneira, assim como Vilhena-Vialou, Borrero acredita que

isso significa que as paisagens arqueológicas geradas de forma síncrona na América do Norte e do Sul podem ser dramaticamente diferentes, convidando à consideração da hipótese de que trajetórias tecnológicas independentes podem ser rastreadas em ambos os continentes (Luis BORRERO, 2006, p. 18)

Apesar desse conjunto de evidências, há autoras/es que investem na correlação entre as pontas Clóvis e Rabo de Peixe. Estes pesquisadores encontraram similaridades entre redução bifacial e confecção da acanaladura central de pontas de projétil rabo de peixe associadas com pontas similares às pontas Clóvis na América Central (Georges PEARSON, 2004; Juliet MORROW; Toby MORROW, 1999).

Anthony Ranere (2006), por sua vez, propõe que populações com tecnologia de pontas acaneladas tenham entrado na América do Sul no momento em que a forma das pontas lanceoladas de Clóvis estava sendo substituída pelas pontas Rabo de Peixe pedunculadas, atribuindo essa substituição a “razões de estilo ou por alguma vantagem funcional não reconhecida de pontas pedunculadas” (Anthony

RANERE, 2006, p. 84). É sugerida ainda a expansão de populações da cultura Clóvis da América Central até a costa sul do Chile, onde a tecnologia das pontas Rabo de Peixe teria se desenvolvido regionalmente a partir de uma matriz compartilhada com Clóvis (Lawrence JACKSON, 2006), tendo se desenvolvido de maneiras diferentes na América do Norte e do Sul (Rafael SUÁREZ, 2014). Ou ainda que, embora seja improvável a descendência direta entre as pontas Clóvis e Rabo de Peixe, elas seriam derivadas de uma origem cultural e tecnológica comum (Bruce BRADLEY, 2015).

Mais uma vez, essas hipóteses se baseiam em um modelo de expansão rápida com economia especializada na caça de megafauna (*Overkill Model*), onde o mesmo foco na caça que teria permitido que estas populações ocupassem rapidamente a costa Pacífica até a Terra do Fogo, expandindo-se para a Patagônia, assim como teriam feito na América do Norte e Central. Considerando a possibilidade de ocupação do continente sul-americano anteriores a ocupações Clovis, Renere (2006) também aventa a alternativa de que populações já residentes na América do Sul tenham adotado a tecnologia de “fabricação de armas” [sic], incluindo as pontas Rabo de Peixe (Anthony RANERE, 2006, p. 85).

O modelo de Kelly e Todd, embora reconheça que essas primeiras populações pudessem não ser caçadoras exclusivas de megafauna, defende a caça de fauna terrestre como principal meio de subsistência desses povos. Seu argumento central consiste em considerar que a experiência adquirida na caça seria mais facilmente transferida para outra região do que a experiência com recursos alimentares de origem vegetal.

Como veremos adiante, essa hipótese de prevalência da caça não parece o mais adequado para analisar os contextos sul-americanos em suas primeiras ocupações humanas, tendo em vista que a importância do manejo de plantas e da pesca é documentada de forma consistente em sítios arqueológicos da transição do Pleistoceno para o Holoceno.

2.3.2 Modelo Demográfico

Em uma perspectiva distinta do foco usual de autoras/es norte-americanas/os na caça, José Luis Lanata e colegas (2008) propõem uma modelagem matemática para construir um modelo demográfico de ocupação inicial do continente americano. De acordo com essa proposta, haveria um fluxo populacional pre-Clóvis que teria

entrado pela Beríngia, ocorrendo um evento de isolamento com gargalo (*bottleneck*) geográfico-espacial, o que fez com que se deslocassem em direção a paragens mais quentes e com mais espaço no pós-Último Máximo Glacial.

Esses povos caçadores-coletores teriam se dispersado para o sul das geleiras Laurentide e Cordilleran, em direção a ecossistemas com baixa e média capacidade de suporte²¹. Chegando a esses ecossistemas de alta capacidade de suporte, na América Central, teria havido um aumento populacional com significativa redução de espaço, caracterizando o que José Luis Lanata e colegas (2008) chamam de um *hot spot* populacional.

Ao continuar descendo pelo continente, essas populações se depararam com mais um gargalo, no istmo do Panamá, cuja largura não passa de 200km. Seguindo ao sul, esse contingente encontra duas vias possíveis: o Oceano Pacífico e o Oceano Atlântico. Depois de cruzar os Andes próximo ao Equador, esses povos teriam encontrado um dos maiores ecossistemas em termos de capacidade de suporte, a Amazônia, onde teria se produzido um segundo *hot spot* populacional (Figura 2). Os Andes eram mais irregulares que a Amazônia, com ambientes de capacidade de suporte mais baixa, mas com um corredor ambiental mais longo, mais fino e com orientação norte-sul, que pode ter favorecido uma dispersão humana mais rápida. Sendo assim, “o Cone Sul da América do Sul mostra menor crescimento demográfico em função de seus ambientes semi-desérticos e desérticos, mas com alguns pontos de maior densidade humana, provavelmente localizados em microambientes costeiros e ribeirinhos” (José Luis LANATA et al., 2008, p.531). Inclusive, Monte Verde (Chile) poderia estar localizado em um deles.

²¹ O termo “*environmental carrying capacity*” (José Luis LANATA et al., 2008, p.521) foi aqui traduzido como “capacidade de suporte ambiental”, que, por sua vez, tem a ver com “o potencial de um meio ambiente para sustentar uma população humana de maneira continuada”.

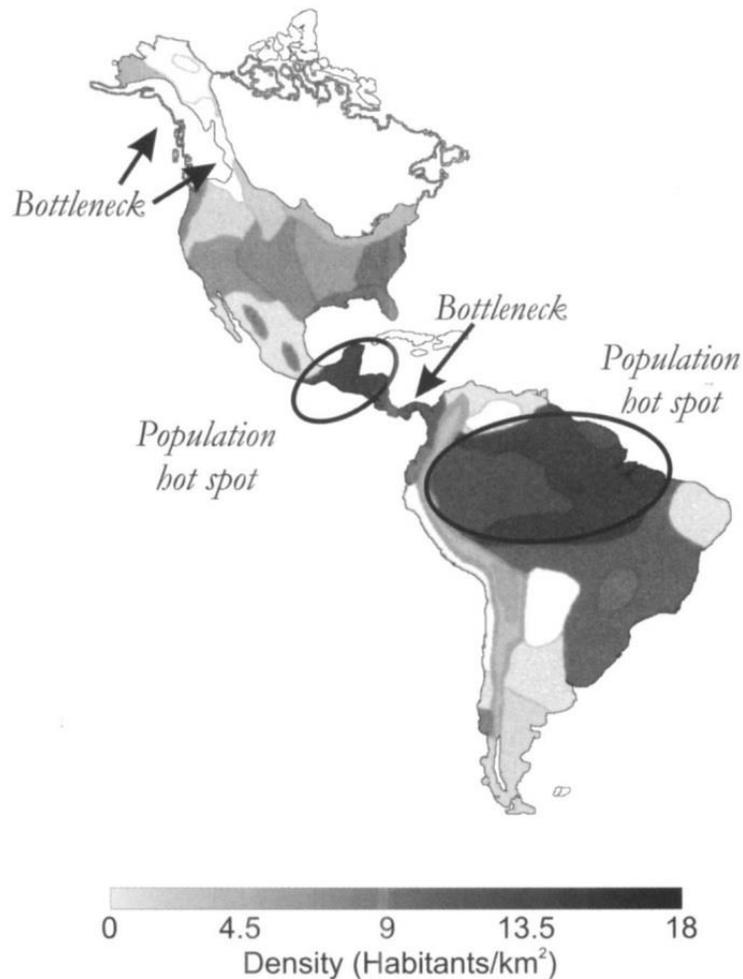


Figura 2 Modelo demográfico. Densidade (Habitantes/km²). Fonte: José Luis LANATA et al., 2008, p. 531.

Importante ressaltar que essa modelagem simula a produtividade de um meio ambiente não somente baseado na caça, mas também leva em conta a diversidade ecossistêmica e a variedade de recursos vegetais, como o caso das palmáceas na Amazônia. Logo, faz sentido pensar em Monte Verde como um *hotspot* num desses possíveis microambientes, já que entre os resíduos orgânicos preservados nesse sítio encontram-se plantas medicinais, algas marinhas (*kelps*), estacas de madeira, etc. A indústria lítica datada entre 19.000 e 17.000 anos cal AP é bastante variada, com diversos instrumentos lascados, mas sem pontas de projétil, que vão aparecer somente na camada datada de ~10.000 anos cal AP, no final do Pleistoceno (Tom DILLEHAY et al., 2015). Também foram encontrados moedores (*grinding stones*) em uma camada datada de ~15.000 a 14.500 cal AP. Sedimentos destes moedores forneceram vestígios de pólen e fitólitos de uma ampla gama de plantas comestíveis

e não-comestíveis, sendo consistente com o processamento de sementes e nozes de diversas plantas úteis. Apesar dos indícios de caça de megafauna, há também vestígios abundantes relacionados à coleta e captura de pequenos animais, sendo bastante congruente com o modelo demográfico apresentado acima.

2.3.3 Modelo Fluvial

Já o modelo fluvial proposto por Adriana Dias e Lucas Bueno (2013; ver também Lucas BUENO; Adriana DIAS, 2015), ao contrário de sugerir uma ocupação primordial pela costa, preconiza sobretudo uma dispersão inicial ao longo dos principais vales de rio, com diferentes rotas, velocidade e direções. Pensando as rotas de povoamento da costa atlântica da América do Sul, esse modelo procura acomodar a cronologia antiga encontrada em território brasileiro com datações pleistocênicas e do Holoceno inicial (89 sítios arqueológicos com 249 datas radiocarbônicas entre 12.440 e 8.000 anos AP), assim como busca contemplar a grande diversidade de biomas (floresta tropical, cerrado, savanas alagadiças, pampas) ocupados por essas primeiras populações caçadoras-coletoras e suas diferentes estratégias de manejo do meio ambiente. A hipótese principal desse modelo é que o povoamento das Terras Baixas sul-americanas envolveu duas fases: a *fase pioneira* e a *fase de estabelecimento* da ocupação (Adriana DIAS; Lucas BUENO, 2013).

A *fase pioneira* teria ocorrido na transição do Pleistoceno-Holoceno, corroborada em cinco sítios com nove datações radiocarbônicas de 12.440 a 11.000 anos AP. Ela se distingue pelas primeiras explorações, com a seleção de lugares específicos, pontos de referência, que facilitam o “mapeamento” de áreas ainda desconhecidas, incorporando-as em seus sistemas de conhecimento tradicionais. Essa fase se caracteriza ainda pela baixa densidade demográfica, o que se reflete numa quantidade menor de sítios arqueológicos, e conseqüentemente uma baixa visibilidade arqueológica, porém concentrados em pontos da paisagem com ocupações recorrentes.

As principais áreas ocupadas nessa fase são a Serra da Capivara, no Piauí, e o Vale do Peruaçu, em Minas Gerais. Ambas estão associadas com a bacia do São Francisco, a principal conexão fluvial entre a costa Atlântica do Nordeste e a região central do Brasil, podendo ser esses sítios indicativos desse vale de rio como uma importante rota de entrada para o interior do continente. Tanto os artefatos da Serra

da Capivara (PI) quanto do Vale do Peruaçu (MG) estão associados com a Tradição Itaparica, e esse modelo sugere que há uma continuidade de ocupação da Tradição Itaparica nos sítios de Minas Gerais em relação ao do Piauí, revelando um processo de interiorização pela bacia do São Francisco até as savanas da região central brasileira. Segundo a autora e o autor, nesse primeiro instante,

os caçadores-coletores da Tradição Itaparica investiram em estratégias generalistas, baseadas em sistemas de mobilidade sustentados por amplos territórios, cujos domínios eram demarcados pelos estilos regionais das indústrias líticas e da arte rupestre (Lucas BUENO; Adriana DIAS, 2015, p.120)

Naquele momento, há também um primeiro episódio de exploração das florestas tropicais brasileiras, especificamente no baixo Amazonas, com datações de 12.000 anos AP no sítio Caverna da Pedra Pintada, no Pará. Nesse contexto, evidências mostram o uso intensificado de palmeiras já para esse período inicial (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019).

A fase de estabelecimento da ocupação humana ocorre entre 11.000 e 8.500 anos AP, caracterizada pelo aumento radical da visibilidade arqueológica (29 sítios com 55 datas entre 10.905 e 10.000 anos AP), com sítios espalhados por todo o território brasileiro e as fronteiras de regiões culturais melhor definidas. Essa fase é também marcada por um processo de construção cultural da paisagem, a partir de uma expansão geográfica, além de uma maior densidade demográfica, maior familiaridade com o território, e presença de marcadores de identidade cultural.

Nesse momento, há evidências da continuidade de ocupação da bacia do São Francisco, assim como do baixo Amazonas. Novos sítios são identificados em uma diversidade de localizações, incluindo outras duas importantes bacias hidrográficas: a bacia do Prata, no sudeste brasileiro, que conecta o centro e sul do Brasil; e a bacia Tocantins-Araguaia, na região central do país, que conecta o norte e o centro do país. Nessa fase, são encontradas evidências em todas as regiões de uma dieta de amplo espectro, baseada em um intenso consumo de plantas e caça de animais médios e pequenos. Também são encontrados sítios com datações do Holoceno inicial na bacia do Paraná, e na bacia do Paraguai.

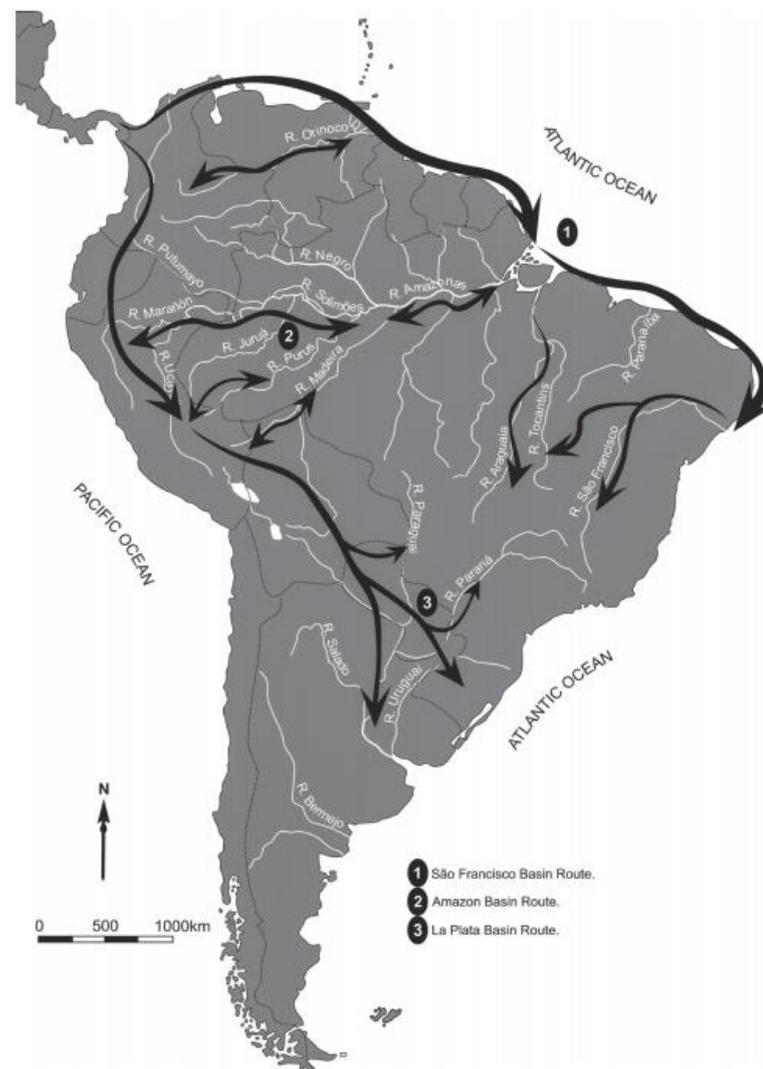


Figura 3 *Modelo Fluvial*. Mapa com indicação das principais rotas de interiorização da colonização entre o final do Pleistoceno e o Holoceno Inicial. Fonte: Lucas BUENO; Adriana DIAS, 2015, p.134.

De acordo com as evidências levantadas, Adriana Dias e Lucas Bueno propõem três principais rotas para a fase pioneira de ocupação das Terras Baixas da América do Sul:

- 1) *Rota da bacia do São Francisco*. Provavelmente a rota mais antiga de interiorização com datas da transição Pleistoceno-Holoceno, ligando a costa atlântica do Nordeste com o centro do Brasil, além de estar relacionada com outra rota pioneira ligando o Caribe, o norte da costa atlântica e porções leste da Cordilheira dos Andes.
- 2) *Rota da bacia Amazônica*. Teria conectado o norte do Escudo das Guianas, Venezuela e Colômbia durante o Holoceno inicial, onde os primeiros

habitantes teriam seguido pelos rios do norte do Brasil e pelo baixo Amazonas. As evidências dessa conexão são respaldadas pela cronologia e pelas similaridades estilísticas entre o complexo tecnológico das Guianas e o registro arqueológico da bacia do baixo Amazonas. Esses sítios podem também estar associados a sítios antigos encontrados no vale do rio Orenoco e nas montanhas do interior da Colômbia.

- 3) *Rota da bacia do Prata*. Rota para o sul e sudeste do Brasil no Holoceno inicial, provavelmente seguindo os sistemas fluviais dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, o que é sugerido pela distribuição de sítios da tradição Umbu nesse período. O autor e a autora sugerem que a bacia do Prata teria sido um caminho preferencial conectando o leste dos Andes com a costa Atlântica e com a bacia Amazônica, enquanto os *chacos* bolivianos parecem ter sido um *hot spot* em termos de dispersão populacional em terras sul-americanas.

O modelo fluvial, desse modo, constrói proposições bastante sólidas, com uma gama variada de tipos de evidências, desde conjuntos líticos até pinturas rupestres, para explicar a cronologia antiga associada às Terras Baixas, em geral, e ao território brasileiro em específico. Este paradigma nos abre possibilidades para pensar sobre as diferentes estratégias adotadas por essas primeiras populações se deslocando entre os diversos biomas que compõem esse vasto território, sendo os contextos tropicais como chave para entender dinâmicas de fixação populacional. Entretanto, por mais sofisticada que seja, esse tipo de formulação de hipóteses ainda se fundamenta prioritariamente na dispersão espacial de complexos tecnológicos de pedra lascada para pensar rotas de migração populacional. É preciso olhar para além de vestígios “clássicos” associados a povos caçadores-coletores generalizados, através da incorporação de outras/os sujeitas/os e discursos para dentro da Arqueologia, ou até mesmo olhando para outra classe de dados ainda subestudados, como a antracologia e a arqueobotânica²².

Apesar da crítica, que pode se estender à maioria dos modelos aqui apresentados, se faz necessário pontuar que pensar primordialmente em artefatos de pedra lascada, ou em estratégias adaptativas associadas com o modelo do forrageiro óptimo, não se restringe à construção de hipóteses de povoamento inicial

²² Tanto a antracologia* quanto a arqueobotânica* podem ser de enorme valia para entender como povos faziam uso e significavam as plantas e árvores que os cercavam.

do continente americano. Esse raciocínio faz parte de um modo hegemônico de produzir conhecimento em relação a povos caçadores-coletores dentro da arqueologia, principalmente, como aqui nos concerne, na arqueologia construída sobre os primeiros momentos de ocupação do continente americano.

Nesse sentido, Luis Borrero (2006) nos convida a pensar paisagens arqueológicas que vão além da distribuição de pontas de projétil e de vestígios de megafauna, prestando atenção em outros tipos de artefatos. Isso permitiria vislumbrar economias alternativas, baseadas na exploração de recursos dispersos e de baixo risco. Para o autor,

a paisagem arqueológica construída por muitos arqueólogos norte-americanos ainda está centrada em pontas de projétil, e vemos isso refletido no modelo da caça de mamutes. (...) Os arqueólogos sul-americanos cometeram muitos pecados no passado, e usar Clóvis como referência foi apenas um deles (Luis BORRERO, 2006, p. 20).

2.3.4 Modelo dos Dois Componentes Biológicos

No caso da arqueologia brasileira, a terminologia “paleoíndio” foi corroborada pelo “Modelo dos Dois Componentes Biológicos Principais” baseado na “análise da variabilidade morfocraniana de populações nativas extintas” (Walter NEVES; Danilo BERNARDO; Mercedes OKUMURA, 2007, p. 12), em que se delineavam dois tipos de morfologia populacional. A primeira morfologia, chamada de Paleoamericana, caracterizaria os primeiros imigrantes e seria muito semelhante àquela dos *Homo sapiens* que se dispersaram da África para outras partes do planeta, e predominaria no período denominado Paleoíndio (12.000-8.000 anos AP). Já a segunda morfologia, chamada de Mongolóide (em referência à similaridade com populações asiáticas) ou Ameríndia, seria própria dos povos nativos originários de migrações mais tardias, predominando em épocas mais recentes, no período dito Arcaico (após 8.000 anos AP) (Walter NEVES; Danilo BERNARDO; Mercedes OKUMURA, 2007). Esse paradigma tem sido contestado a partir do surgimento de novos modelos baseados em dados genéticos mais recentes.

O próprio termo “índio” para se referir às populações americanas tem sido bastante questionado, já que essa nomenclatura foi cunhada por invasores europeus ao acreditarem, erroneamente, quando aqui chegaram, que se tratava das Índias. Além disso, essa divisão terminológica se revela ambígua e confusa, por conta de o

vocábulo “ameríndio” comumente fazer referência, na Antropologia e em outras ciências humanas, a todos os povos originários das Américas. Por mais que esses conceitos se refiram a “culturas arqueológicas”, baseando-se, portanto, em aspectos morfo-tecnológicos da cultura material, essa separação terminológica tem efeitos políticos temerários. Pensar em culturas arqueológicas nos exige de pensar em culturas de fato, ou seja, povos, e por mais que não sejamos capazes dizer quem seriam esses povos, inequivocadamente, foram *pessoas* que produziram esses artefatos.

Além disso, tal segmentação pode ser perigosa porque pressupõe uma descontinuidade entre os povos que aqui viveram há (pelo menos) 14.000 anos atrás e que são considerados seus ancestrais pelas etnias indígenas (re)existentes hoje no território americano. Um caso exemplar dos efeitos deletérios que podem suceder de uma atribuição não-indígena ao passado americano constitui o debate acerca do esqueleto humano encontrado no centro-oeste dos Estados Unidos, que ficou conhecido como Homem de Kennewick (*Kennewick man*) ou *The old one*. Nesse cenário, destaca-se o vergonhoso posicionamento de arqueólogas/os norte-americanas/os de se oporem ao repatriamento a tribos nativas dos remanescentes esqueléticos do Homem de Kennewick, com base na negação de sua ancestralidade ameríndia.

Após longa disputa entre Estado, povos indígenas e profissionais da arqueologia, finalmente em 2015, testes de DNA publicados apontaram para uma “uma inequívoca ancestralidade de povos ameríndios, cumprindo um dos requisitos da lei de repatriamento (Native American Graves Protection and Repatriation Act - NAGPRA) nos Estados Unidos” (Lucas BUENO, 2019, p. 485). O impasse, em grande parte motivado pela recusa de cientistas da arqueologia em aceitar a ancestralidade ameríndia do Homem de Kennewick, foi resolvido dentro do próprio discurso científico com a ratificação da “relação direta biológica entre sociedades do presente e do passado” (p.485).

Ao considerar que esse objeto de pesquisa não se relaciona diretamente com comunidades indígenas contemporâneas, apresenta-se mais uma faceta colonialista da disciplina arqueológica, já que pesquisadoras/es são capazes de se eximir de quaisquer responsabilidades perante esses povos. Portanto, para me referir a todo e qualquer agrupamento humano que ocupou as Américas previamente à invasão europeia, independente da periodização, opto por utilizar os termos “indígenas”,

“ameríndios” e “povos originários”. Isso porque “o que fazemos ao produzir conhecimento arqueológico sobre esse longo período da História é construir narrativas sobre histórias dos povos originários das Américas” (Lucas BUENO, 2019, p. 478).

Nesse sentido, é relevante ter sempre em mente que, por mais sólidas que sejam as pesquisas, no fim das contas, elas são discursos construídos a partir de um conjunto de dados, no qual a própria escolha do que é considerada evidência arqueológica se orienta segundo certas premissas. Sendo assim,

o processo de criação de narrativas permeia todos os momentos da pesquisa arqueológica, e não só a elaboração de textos. Desde os primeiros momentos da pesquisa em campo até a elaboração de textos e a sua comunicação, a Arqueologia constrói diversas narrativas e, nesse processo, cria e articula diferentes sujeitos (Lucas BUENO, 2019, p. 478).

Sem querer descartar a validade das pesquisas ou dessas pressuposições, o que resultaria em um relativismo nocivo, precisamos estar conscientes que todo conhecimento produzido por nós cientistas está localizado no presente, e não no passado remoto. Nenhum comportamento científico é neutro, não há “verdade lá fora” a ser escavada e trazida à luz. Toda arqueologia se materializa e tem repercussões diretas na sociedade em que estamos inseridas/os.

Entendendo que toda ciência é uma prática política, e de que toda prática reitera (ou transgride) o discurso, se queremos produzir um tipo de conhecimento que se pretende responsável, principalmente no que tange à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é preciso assumir um eu científico “dividido e contraditório” que “pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado” (Donna HARAWAY, 1995, p. 26). Um eu científico que não se esconda atrás de uma cortina de neutralidade, que questione certezas, valorize ambiguidades (Joan GERO, 2007) e assuma o posicionamento crítico como condição de aprimoramento da objetividade. Por isso, na conclusão deste capítulo e no próximo, busco sobretudo olhar criticamente para as explicações que se tornaram hegemônicas em relação a essas primeiras ocupações, desenredando os mecanismos que as estruturaram enquanto dominantes, buscando entender a influência dessas histórias, assim como explorar as limitações discursivas inerentes a elas.

2.4 Prospectando o campo: Hegemonia, colonialismo e arqueologia brasileira

2.4.1 Hegemonia vista por uma perspectiva feminista

Quando falamos em produção hegemônica de conhecimento científico, uso como suporte o conceito formulado por Antônio Gramsci, reiterado por Rebeca Souza (2017) e Ana Alves (2010), ao entender hegemonia enquanto a capacidade de um grupo social “criar uma concepção de mundo própria, a autonomia de realizá-la, (...) e de promover o consenso na sociedade civil” (Rebeca SOUZA, 2017, p.25). Essa noção, por sua vez, nos permite compreender o processo de hegemonização, que faz “um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática” (Ana ALVES, 2010, p.74).

Ao formular hegemonia em termos de uma perspectiva feminista, procuramos alargar o conceito para abarcar o poder de criação e manutenção de consenso não somente de uma classe social, mas de todo grupo social em posição dominante, agregando a essa conceituação mecanismos de dominação que perpassam não só a questão de classe, mas também questões de gênero, raça e colonialismo. Além disso, diferentemente da noção gramsciana, a perspectiva feminista buscaria não só a transformação de uma determinada ordem hegemônica, mas a construção de uma realidade social onde não haja produção de hegemonias absolutas.

Na esfera do campo científico, estabelecer uma hegemonia está intimamente relacionado ao “poder de impor uma definição da ciência (isto é, a de limitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos) que mais esteja de acordo com seus interesses específicos”, onde a realização mais perfeita dessa definição consiste em “ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (Pierre BOURDIEU, 1983, p. 127-128). Em outras palavras, seria o poder de determinar o que se considera uma “boa ciência” no sentido defendido por Helen LONGINO (1987), ou quando uma única linguagem se impõe como parâmetro para todos os significados e traduções próprias da ciência como apontado por Donna HARAWAY (1995).

Esse último aspecto na arqueologia do povoamento se manifesta no permanente estigma de sítios arqueológicos considerados “antigos demais” na América do Sul (Lucas BUENO, 2019), como os sítios da Serra da Capivara (Boqueirão da Pedra Furada, Vale da Pedra Furada, Toca da Tira Peia, Sítio do

Meio) (Niède GUIDON et al., 1994; Eric BOEDA et al., 2014) e de Santa Elina, no Brasil (Águeda VILHENA-VIALOU, 2005).

Ao longo deste capítulo foi possível entender o contexto histórico e político no qual uma tendência hegemônica nos estudos de povoamento inicial das Américas – o modelo Clóvis e seus desdobramentos – foi capaz de se estabelecer, bem como os interesses envolvidos nesse processo de hegemonização. Nesta última seção, será explorado de que maneira essas disputas internas dentro de um campo científico pela hegemonia se refletem especificamente na Arqueologia brasileira. Por sua vez, procuro conceber a hegemonia dentro de uma matriz, que se concretiza em três eixos principais que se entrecruzam.

Em um eixo, temos uma hegemonia de cima para baixo, norte-sul, dentro de um campo científico, inserido na divisão internacional do trabalho acadêmico, que precariza as condições de pesquisa nos países pobres (cortes no financiamento de pesquisas e bolsas, instabilidade política e econômica, etc). Além das dimensões materiais dessas disputas desiguais, consequências diretas de um processo colonial, existe a dominação no âmbito simbólico que consiste em deslegitimar e marginalizar a maior parte do conhecimento produzido na América Latina em relação àquele elaborado na América do Norte e Europa. No âmbito das instâncias consagradoras da academia (na qual se incluem prêmios, financiamentos, cargos, convites para eventos e publicações científicas) que pela seleção feita em função de critérios dominantes (Pierre BOURDIEU, 1983), aclamam produções que se conformam aos princípios hegemônicos. Nesse sentido, certas linhas de pesquisas desenvolvidas no Sul global se alinham com correntes teórico-metodológicas do Norte anglouropeu de forma a obter vantagens (aumento de seu capital científico, no sentido bourdieuriano) nas disputas dentro do campo científico.

No segundo eixo, se situa a hegemonia que transborda um campo disciplinar específico e atravessa a própria construção da epistemologia ocidental. Esta se refere à discussão feita no primeiro capítulo acerca da constituição de uma ciência positivista e hermética, calcada em um discurso de objetividade neutra, que se constrói como “a verdade”, e se recusa a incorporar outros saberes. Esse tipo de ciência tende a se alinhar com os interesses da classe dominante, ou seja, branca, burguesa, heteronormativa e patriarcal. Nesse sentido, a perspectiva feminista, com a proposta de uma objetividade consciente de seu lugar, nos aponta caminhos para engendrar uma ciência explicitamente posicionada e, assim esperamos, se tornar

instrumento para destruir hegemonias. São essas trilhas possíveis de serem percorridas sobre as quais discorrei no quarto e último capítulo.

Dito isso, em consonância com a concepção gramsciana, é possível concluir que um determinado grupo social não precisa fazer parte de fato da classe dominante para reproduzir os valores desta. A construção de um consenso em relação a uma determinada concepção de mundo faz parte da construção hegemônica das ideias da classe dominante. Sendo assim, ainda que um grupo seja formado em sua maioria por trabalhadoras/es assalariadas/os – o caso dos produtores de conhecimento científico no campo da arqueologia, predominantemente formado por professoras/es universitárias/os –, essas/es trabalhadoras/es adotam a visão de mundo do grupo social dominante, que está em contradição com os interesses e a prática de sua classe ou grupo social.

Para apontar caminhos, entretanto, é necessário abordar um terceiro eixo da hegemonia que perpassa as disputas do campo científico dentro de uma arena local, no nosso caso, dentro da arqueologia brasileira. Nesse espaço, procuro situar as principais correntes teórico-metodológicas dos estudos sobre povoamento inicial das Américas, de forma a fazer uma breve discussão quanto às dinâmicas que as perpassam e de que maneira certas enfoques acabam por perpetuar valores e visões de mundo hegemônicos.

2.4.2 Na arena: O contexto brasileiro da arqueologia de povoamento

Tratando-se da arqueologia brasileira, a grande maioria dos estudos sobre caçadores-coletores pretéritos envolve pesquisas que se pautam a partir das noções de “tradições” e “fases”, estabelecidas por pesquisas ligadas ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). De inspiração histórico-culturalista, tais definições carecem de referências conceituais (Adriana DIAS, 1994), não sendo capazes de relacionar variabilidade artefactual e comportamentos culturais (Adriana DIAS, 2003). Além disso, algumas fases foram estabelecidas “a partir de menos de cem artefatos encontrados em diversos lugares” (André PROUS, 1992, p.162) ou baseadas em um ou dois sítios, e ambos os conceitos não lograram acompanhar os debates teórico-metodológicos mais recentes de antropologia das técnicas e dos estudos de estilo tecnológico (Adriana DIAS, 2003). Apesar das críticas quanto à sua validade e pertinência, essas classificações continuam sendo utilizadas e reproduzidas na produção de conhecimento. Em publicações recentes de

pesquisadores afiliadas/os à linha evolucionista cultural, há uma tentativa de se atualizar o conceito de tradição cultural sem que ele, todavia, se torne mais exato²³, sendo sua utilização mesmo assim defendida enquanto importante ferramenta heurística (Mercedes OKUMURA; Astolfo ARAÚJO, 2016). Em outras palavras, defende-se que essa noção constitui um método prático para abordar a complexidade do tema, embora não seja suficiente em si mesmo.

O maior problema, entretanto, parece não ser essas classificações em si, mas o fato de que as tradições culturais são basicamente definidas por suas indústrias líticas, mais especificamente, pelos aspectos tecno-tipológicos dos conjuntos de artefatos líticos presentes nos sítios. Assim sendo, seguindo uma orientação difusionista histórico-cultural, são determinados tipos de artefatos como fósseis-guias característicos de cada tradição e a partir da dispersão dos mesmos, são elaborados modelos de ocupação de populações caçadoras-coletoras.

Mais recentemente, os trabalhos que tem influenciado os rumos dos estudos sobre povoamento inicial do território brasileiro se concentram nos estudos tecnológicos de artefatos recuperados em contextos de ocupações datadas da transição Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial (entre 12.000 e 8.000 anos AP). Nesse sentido, é possível delinear duas principais correntes teórico-metodológicas: uma caracterizada pela abordagem evolucionista, e outra marcada pela perspectiva processual.

A primeira corrente, que podemos chamar de proposta morfométrica ou evolucionista, representa uma perpetuação do legado de pesquisas no Brasil que tendem a considerar os chamados artefatos definidores (ou fósseis-guia) como uma linha de evidência fundamental para pensar mudanças culturais e elaborar modelos interpretativos as primeiras ocupações do território brasileiro (Mercedes OKUMURA; Astolfo ARAÚJO, 2013, 2014, 2015a, 2015b, 2016, 2017; Astolfo ARAÚJO; Mercedes OKUMURA, 2017; João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019). Excessivamente focada na análise morfológica de pontas de projétil, apesar de advogar a consideração de outros vestígios arqueológicos como dados paleoclimáticos, essa abordagem tem como cerne traçar analogias entre a evolução

²³ Para a atualização do conceito de “tradição”: “patterned ways of doing things that exist in identifiable form over extended periods of time” (Michael O’BRIEN et al. 2010, p. 3797, apud Astolfo ARAÚJO, 2015, p.1240). Ou ainda “grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal” (Mercedes OKUMURA, Astolfo ARAÚJO, 2013, p.113).

biológica e a evolução cultural, considerando artefatos formais enquanto indicadores de linhagens culturais (Astolfo ARAÚJO; Mercedes OKUMURA, 2017).

Dessa forma, interpretam-se processos de evolução cultural a partir da análise morfológica – e eventualmente, também tecnológica – de artefatos líticos, onde a variabilidade desses artefatos refletiria diferentes estoques de cultura (*culture stocks*) de populações que entraram no continente em momentos distintos, ou de uma só população que teria sofrido um processo de diferenciação no tempo (Astolfo ARAÚJO, 2015). Esta escolha é justificada pelo fato de artefatos em pedra serem a classe de vestígios que mais se preserva no registro arqueológico, além destes serem considerados “as principais evidências para o entendimento da evolução da humanidade e seus ancestrais”, bem como “a melhor evidência para estudo da evolução cultural” (João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019, p.35). Nesse sentido, essa perspectiva se baseia na ideia de linhagens culturais e na teoria de transmissão cultural, tendo a premissa de que “diferentes aspectos da tecnologia lítica irão refletir diferentes processos dentro de um arcabouço de transmissão cultural” (Astolfo ARAÚJO; Mercedes OKUMURA, 2017, p. 44).

Essa lógica se fundamenta na concepção materialista e evolucionista em Julian Steward (1963) de “núcleo cultural” (*culture core*), em que atributos culturais supostamente relacionados à subsistência representariam o núcleo de uma cultura, em detrimento de outras esferas, por exemplo, rituais ou cosmológicos (Astolfo ARAÚJO et al., 2018). Sendo os artefatos de pedra lascada diretamente associados a estratégias de subsistência, estes se configuram enquanto uma classe privilegiada de vestígios a serem considerados. Conforme Fabíola Silva²⁴, nessa abordagem, importam mais as coisas em si (pontas bifaciais) e seus atributos do que o contexto específico das coisas, já aquelas corresponderiam a “estratégias adaptativas e/ou contingências de um processo evolutivo (no sentido darwiniano e não spenceriano) da cultura”.

Dessa maneira, uma ênfase demasiada na comparação morfológica de artefatos líticos para discutir ocupação e dispersão de agrupamentos humanos, em detrimento de construir e observar o conjunto de dados disponíveis (Lucas BUENO, Adriana DIAS, 2015), geralmente domina as pesquisas brasileiras sobre o povoamento, aquelas pautadas por um raciocínio evolucionista. Tais estudos são

²⁴ Comentários feitos por ocasião da banca de qualificação desta dissertação, em 31 de agosto de 2019.

diretamente influenciados por uma “tirania tipológica” (Cristóbal GNECCO, Carl LANGEBAEK, 2006 apud Adriana DIAS, 2019) de modelos de ocupação inicial do continente produzidos na América do Norte, como vimos anteriormente, que fundamenta suas explicações a partir da distribuição de pontas de projétil líticas. Enterra-se Clovis (Adriana DIAS, 2019), mas o muro de contenção cronológico se reconstrói e sua influência na elaboração de modelos de dispersão regional se perpetua. Sendo assim, tais pesquisas, embora rejeitem o modelo tradicional de Clovis por conta de sua falta de sustentação empírica (Astolfo ARAÚJO, 2015), tendem a elaborar modelos de dispersão de populações levando em conta, prioritariamente, a variabilidade em certos conjuntos de artefatos formais, sobretudo pontas bifaciais.

Já a segunda proposta, influenciada pela vertente processualista e bebendo nas fontes da arqueologia comportamental, tem como cerne entender o significado cultural de escolhas tecnológicas, através de estudos de estilo e função, além da forma, buscando elaborar modelos de variabilidade regional que levem em conta dinâmicas ambientais e sistemas de assentamento. Propõem um modelo de ocupação que sugere fluxos de colonização do continente americano por meio de processo de interiorização seguindo grandes bacias hidrográficas, com diferentes rotas, velocidades e direções, elaborado a partir da distribuição geográfica de dados arqueológicos para a transição do Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial (Lucas BUENO; Adriana DIAS; James STEELE, 2013). Dessa maneira, procura-se entender, por exemplo, o processo de formação de paisagens sociais e culturais, além de dinâmicas de mobilidade, onde estruturas geográficas são conhecidas e incorporadas nos sistemas de conhecimento, e as rotas fluviais são compreendidas não só como rotas de deslocamento, mas lugares de pertencimento (Adriana DIAS; Lucas BUENO, 2013).

Enquanto a primeira proposta tende a se concentrar na morfologia (e na morfometria) de pontas de projétil, a segunda procura mirar na organização tecnológica e nos estudos de cadeias operatórias de artefatos encontrados nos sítios pesquisados para a construção de modelos de mobilidade. Ao passo que a abordagem processual busca análises contextuais, que inserem esses artefatos dentro de um sistema tecnológico e, por sua vez, dentro de um sistema social mais amplo (Adriana DIAS, Fabíola SILVA, 2001), na vertente evolucionista o contexto fica relegado ao segundo plano, enquanto dados acessórios para interpretação.

Nessa lógica, a vertente evolucionista produz um discurso que incorpora os valores apregoados pelo *status quo* dominante. Sua principal característica no jogo de interesses acadêmico consiste em se dedicar a *estratégias de conservação e de sucessão*²⁵ que focam em garantir a reprodução e manutenção da ordem científica estabelecida com a qual consentem e concordam, no caso, a supremacia de análises artefatuais para pensar modos de vida de populações extintas, em consonância com modelos produzidos na América do Norte. Além disso, procura realizar o ideal de excelência científica ao somente propor inovações limitadas às fronteiras autorizadas.

Já a corrente processual, compactua com alguns aspectos da ciência convencional, mas se coloca em oposição à imposição hegemônica de modelos de povoamento elaborados no Norte e busca abrir o diálogo com outras linhas de evidência. Por sua posição, essa vertente costuma mesclar *estratégia de sucessão e de subversão*, ora agindo dentro dos limites aceitáveis da Arqueologia hegemônica, ora fazendo movimentos que procuram subverter certos paradigmas, mas sem necessariamente colocar em xeque os pressupostos das estruturas de dominação. Reconhece as hierarquias e assimetrias inerentes ao sistema moderno/colonial, além de questionar sua própria produção acadêmica, buscando ativamente não reproduzir valores da classe dominante. No entanto, em geral, acredita na neutralidade da ciência, assim como na auto-suficiência do método científico para produzir um conhecimento confiável, independente de valores contextuais e livre de vieses.

Quanto a esta dissertação, acredito que ela se insere na polifonia de tendências que procuram se colocar de maneira contra-hegemônica dentro da ciência arqueológica. Por contra-hegemônica, compreendo as perspectivas conscientes do papel de manutenção da hegemonia que a ciência desempenha, e que lutam pela construção de uma ciência passível de ser descolonizada e descolonizante, em ruptura não só com o Norte global, mas com toda e qualquer práxis que perpetue a exploração, a opressão e o silenciamento de sujeitas/os/es.

No que se refere à perspectiva evolucionista, esta parece ser a mais adequada à investigação de possíveis reproduções de vieses coloniais e

²⁵ *Estratégias de conservação, estratégias de sucessão e estratégias de subversão* são conceitos mobilizados por Pierre Bourdieu (1983, p.137-139) para definir diferentes mecanismos de disputa no interior do campo científico.

masculinistas presentes em modelos generalizantes de modos de vida caçadores-coletores, como o paradigma *man-the-hunter*. Mesmo que associação direta entre instrumentos de caça e bifacialidade não seja necessariamente considerada nessa perspectiva (Astolfo ARAÚJO, 2015), a própria primazia da análise de artefatos de pedra lascada como principal vestígio arqueológico, em detrimento de outras linhas de evidência, nos convida a analisar mais de perto como se constroem as narrativas sobre os primeiros povos a ocuparem o continente americano sob esse ponto de vista. Isso nos leva a considerar presumíveis dinâmicas de colonialismo acadêmico, com a importação de métodos e temas de pesquisa do centro para a periferia da produção de conhecimento, trazendo consigo interesses exógenos, e mesmo antagônicos, em relação ao desenvolvimento de uma ciência interessada na emancipação de sujeitas e sujeitos colonizadas/os.

Levando em consideração essas questões levantadas, no próximo capítulo, privilegio como estudo de caso a abordagem evolucionista da arqueologia de grupos forrageiros desenvolvida no Brasil. Buscarei compreender, então, como se dá a constituição de suas proposições a partir do aparato teórico-metodológico que embasa esses estudos, e de que forma abordagens com ênfase excessiva na tipologia de determinados artefatos líticos podem ter limitado as narrativas possíveis sobre povos caçadores-coletores.

3DE PONTA A PONTA? Arqueologia evolutiva e povos caçadores-coletores no Brasil

Cê
*No tempo que a pedra lascada fazia o papel de bala de metal
Não tem diferença do homem moderno pro de neandertal
A pedra lascada fazia o papel de bala de metal
Não tem diferença do homem moderno*

BaianaSystem (2019)

3.1 Arqueologia evolutiva (darwiniana ou selecionista)

Esse trecho de uma canção do grupo BaianaSystem nos traz reflexões bastante instigantes sobre o papel da tecnologia, sua relação com a evolução das sociedades humanas e os objetos representantes dessas tecnologias, bem como seu peso simbólico tanto no imaginário coletivo quanto na produção acadêmica. Nesse sentido, esses versos vêm a calhar na introdução de considerações acerca da construção de discursos hegemônicos evolucionistas que promovem um *continuum* tecnológico e social entre o “homem moderno” e o “homem de neandertal”, projetando valores pseudouniversalistas ao produzir narrativas em relação a populações não-modernas.

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, gostaria de destacar aspectos que considero relevantes para entender melhor o caminho percorrido pelas pesquisas evolucionistas no âmbito da Arqueologia.

É importante ter em mente que o evolucionismo em fins da década de 1970, assim como foi o processualismo na década de 1960, nasce de um esforço de tornar

a disciplina mais “científica”. Para isso, pesquisadoras/es buscam na teoria da biologia evolutiva, herdeira do darwinismo, conceitos que possam ser mobilizados em prol da constituição de uma estrutura teórico-científica robusta para explicar fenômenos arqueológicos, especialmente no que tange ao comportamento humano.

Aquele que pode ser considerado o responsável por fundar essa corrente, que ficaria conhecida como Arqueologia Evolutiva, ou ainda Arqueologia Darwinista ou Arqueologia Seleccionista, foi o arqueólogo estadunidense Robert Dunnell a partir da publicação, em 1978, de seu artigo intitulado *Natural Selection, Scale, and Cultural Evolution: Some Preliminary Considerations*. Muitas de suas considerações já estavam esboçadas, entretanto, na introdução de sua obra *Systematics in Prehistory* de 1971 (publicado em 2007, no Brasil).

Entretanto, no que diz respeito à tentativa de construção de uma corrente arqueológica evolucionista de inspiração especificamente darwiniana como a entendemos hoje, as bases do vir-a-ser de uma arqueologia evolutiva foram assentadas por Robert Dunnell em seu artigo *Evolutionary Theory and Archaeology* (1980). Nesta obra, Dunnell procura diferenciar seu trabalho daquele produzido pelos proponentes do evolucionismo cultural, abordagem calcada numa filosofia social derivada do pensamento de Herbert Spencer. Para o autor, uma concepção filosófica não seria o modelo mais adequado para a constituição de uma arqueologia genuinamente científica. Dunnell se ancora firmemente nas ciências “naturais” – descartando o caráter de cientificidade não só na arqueologia, mas no conjunto das ditas ciências humanas – construindo sua fundamentação teórica a partir de conceitos e estruturas de pensamento emprestados principalmente da biologia evolucionista moderna. Nesse sentido, em seu entendimento, a biologia evolutiva moderna e a evolução darwiniana, com sua explicação da variabilidade pela mudança, forneceriam os elementos necessários à constituição de uma estrutura explicativa apropriada para a arqueologia.

Vale destacar, entretanto, que o movimento de Dunnell não se dá isoladamente, e faz parte de uma afluência comum a outros campos de conhecimento, que também buscam uma aproximação com a teoria darwiniana, até mesmo em domínios tradicionais das ciências humanas, como as artes e a crítica literária, tal qual explicita Tânia Lima (2006). Isso nos ajuda a compreender o pouco apelo desta corrente em seus primórdios, mas que hoje agrega considerável volume de adeptos e recursos de pesquisa, inclusive no Brasil.

Dessa maneira, autores e autoras que se alinham ao evolucionismo darwinista procuram então se distanciar da tradição evolucionista cultural, vinda da Antropologia. Isso porque o termo “evolução” foi frequentemente utilizado desde a época áurea do processualismo. O impacto dos representantes do neoevolucionismo cultural, principalmente de Leslie White, na arqueologia processual fez com que concepções evolucionistas utilizadas por esses autores focassem em entender como seres humanos se adaptavam a seu meio ambiente, principalmente no que se refere a variações em relação a soluções ou formas de vida “ótimas”.

Já em seu livro de 1971, embora faça questão de reconhecer os méritos da Nova Arqueologia em seu esforço de aproximar arqueologia do que este considera uma disciplina propriamente científica, Dunnell endereça críticas duras, porém bastante coerentes, àquela corrente, principalmente no que tange à utilização de termos importados da arqueologia tradicional indiscriminadamente. Dunnell preconiza que os termos usados pela “velha arqueologia” não tinham objetivos científicos, ou seja, de definição, sendo puramente descritivos. Sendo assim, ao empregar categorias que não podem ser comparadas ou submetidas a testes, tais conceitos seriam simplesmente inutilizáveis na construção de um corpo teórico coerente.

Em seu artigo de 1980, ele reforça essa crítica, e aprofunda seus argumentos de maneira bastante ácida quanto ao tratamento dado pelos evolucionistas culturais ao conceito de seleção natural. Além de censurar que o termo mal aparece nas obras daquela corrente, o autor afirma que quando isso acontece, ele é frequentemente usado como sinônimo de adaptação e em contextos inócuos, ou seja, sem capacidade explicativa. Dunnell reprova a maneira como a noção de *adaptação* usurpa o papel da seleção natural nas obras de cunho evolucionista cultural, o que *per se* invalidaria a concepção de evolução do ponto de vista científico, tendo em vista que esta tem a seleção natural como o mecanismo explicativo primordial.

A principal confusão entre evolucionistas culturais e darwinistas está no fato de que os primeiros promovem a ideia de que a cultura se adapta e, motivando a procura da causa para a mudança na própria cultura, e não em mecanismos externos como a seleção natural. Sendo assim, o processo de mudança seria conduzido pela percepção e intenção humanas, em sua dimensão individual ou

coletiva (Robert DUNNELL, 1980). Dessa maneira, se trataria de uma noção transformacional da mudança, em que a variação, do ponto de vista darwiniano, perderia sua função. *Varição* para as/os darwinistas consiste na mudança cultural, através do tempo, no que é herdado originado por inovações.

Nesse sentido, o objetivo fundamental da teoria darwinista na arqueologia se resume em “examinar e explicar a variação no registro material, ou seja, examinar e explicar a mudança, usando como ferramenta a teoria evolutiva” (Tânia LIMA, 2006, p. 127). Outro objetivo dessa corrente teórica busca explicitar as formas como essa variação é transmitida. Segundo Michael O’Brien e R. Lee Lyman, dois dos principais proponentes da arqueologia darwinista, “a mudança *tem* de ser o ponto central de qualquer estudo que se declara Darwinista” (Michael O’BRIEN; R. Lee LYMAN, 2000). Isso significa não qualquer mudança, mas uma mudança adaptativa evolutiva sob a influência da seleção natural. Isso porque evolução constitui mudança na composição de uma população através do tempo. Na arqueologia darwinista, população significa objetos que por sua vez podem ser vistos como características fenotípicas, e o que ela busca explicar é a representação diferencial da variação entre artefatos.

Segundo a arqueologia darwinista, o registro arqueológico constitui as partes duras do fenótipo humano e os artefatos, por sua vez, seriam restos fossilizados de fenótipos humanos bem sucedidos (Michael O’BRIEN; Thomas HOLLAND, 1995). Com efeito, um dos pressupostos dessa corrente consiste na visão de que “as coisas no registro material são fenotípicas da mesma maneira que são as características somáticas” de organismos vivos (Michael O’BRIEN; R. Lee LYMAN, 2000, p. 135), mais uma analogia com os conceitos da biologia evolutiva.

Nesse sentido, mudanças podem ser resultado da seleção natural (mudanças no estado de adaptação) ou podem ser resultado da deriva ou outros mecanismos (Michael O’BRIEN; Thomas HOLLAND, 1992; Michael O’BRIEN; R. Lee LYMAN, 2000). Por sua vez, na deriva cultural, seguindo a lógica da deriva genética na teoria darwinista na biologia, a variação é o resultado da cópia aleatória de atributos culturais, com alguma possibilidade de inovação (Stephen SHENNAN, 2008).

O desafio analítico estaria então em construir e explicar linhagens artefatuais. Descrever essas linhagens culturais de artefatos, ou linhagens do registro fóssil, significa escrever crônicas históricas (materialistas), e a explanação da linhagem envolve a escrita de uma narrativa evolutiva. Isso implicaria o estudo diacrônico de

artefatos, mais do que simplesmente estabelecer uma sequência temporal ou uma convergência. Nessa perspectiva, tanto a seleção quanto a deriva seriam mecanismos históricos.

Dessa forma, para a teoria darwinista, não basta explicar como essa ou outra variação surgiu, mas por que ela surgiu, em uma perspectiva histórica, por isso o foco na transmissão cultural, o lócus onde surgiriam as inovações. Explicações evolutivas baseadas na seleção natural não são o mesmo que explicações funcionais ou adaptativas, apesar destas fazerem parte do escopo de elementos que compõem a noção de evolução.

Para ser considerada uma adaptação, um traço deve ter uma história que demonstre que ele foi moldado pela seleção. Nesse sentido, em uma pesquisa darwinista, demonstrar que um traço fenotípico tem um valor adaptativo positivo (*positive fitness value*) é fundamental. A partir daí, procura-se explicar se um tipo de artefato lítico, por exemplo, funciona melhor em uma posição do tempo-espaco que ele ocupa do que outro tipo de artefato lítico e o porquê disso. Procura-se entender qual o ambiente seletivo em que aquele tipo de artefato ocorreu e quais seriam os ambientes seletivos que levaram a sua aparição (Michael O'BRIEN; R. Lee LYMAN, 2000), por isso os estudos de paleoambiente também aparecem significativamente nas pesquisas da arqueologia darwinista brasileira. Busca-se, então, compreender qual a história que levou à seleção de determinado tipo de artefato em detrimento de outro, ou em outras palavras, a história da *mudança* de um artefato.

Uma das premissas fundamentais da arqueologia darwinista consiste na convicção de que os processos evolutivos, incluindo o mecanismo de seleção, continuam atuando sobre os seres humanos, algo que não é compartilhado por boa parte dos partidários da ecologia evolutiva. Entretanto, esse é ponto de partida dessa corrente teórica, crença sem qual não faz o menor sentido aplicar a teoria evolutiva na arqueologia (Michael O'BRIEN; R. Lee LYMAN, 2000). No entanto, seus defensores continuam a preconizar sua relevância e a corrente evolutiva da arqueologia conheceu um crescimento expressivo no volume de adeptos, publicações e alocação de investimentos de pesquisa nos últimos 40 anos.

3.2. Arqueologia evolutiva e os primeiros habitantes do Brasil

O principal recorte na corrente darwinista da arqueologia do povoamento do Brasil é a proposta morfométrica, que busca embasar evidências de mudança cultural e transmissão cultural, noções oriundas da Arqueologia Evolutiva, por meio da análise morfométrica, associado a estudos de paleoambiente e análises tecnológicas de artefatos líticos formais. A análise morfométrica de pontas bifaciais usada nos trabalhos analisados se divide entre análises de morfometria tradicional e morfometria geométrica, geralmente combinadas. Essas análises são embasadas estatisticamente e buscam encontrar padrões ao comparar metricamente aspectos significantes na morfologia de artefatos formais. Sobre a utilização da morfometria, conforme explicam Mercedes Okumura e Astolfo Araújo (2013),

embora abordagens utilizando medidas lineares sejam bastante utilizadas para a caracterização da morfologia de artefatos formais, sabe-se que parte importante da informação, especialmente no que diz respeito à forma (em comparação com o tamanho), é perdida. A fim de tentar resgatar a informação sobre a forma, incluiu-se uma análise utilizando a morfometria geométrica. A morfometria geométrica é simplesmente um método quantitativo de se estabelecer comparações de forma (Zelditch et al. 2004). Em outras palavras, a morfometria quantifica a variação e testa as diferenças na forma (p. 116).

No que concerne a pesquisa sobre os primeiros povos caçadores-coletores das terras baixas sul-americanas, estes estudos focaram, prioritariamente, em artefatos oriundos da denominada Tradição Umbu (Astolfo ARAÚJO; Mercedes OKUMURA, 2017; Mercedes OKUMURA; Astolfo ARAÚJO, 2013, 2014, 2015a, 2015b, 2016, 2017, 2019; Mercedes OKUMURA, 2015, 2018; João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019; João Carlos MORENO DE SOUSA, Mercedes OKUMURA, 2020), e secundariamente, no que designaram de Tradição Lagoassantense (João Carlos MORENO DE SOUSA; Astolfo ARAÚJO, 2018; Astolfo ARAÚJO et al., 2018).

Quanto à Tradição Umbu, os resultados dessas pesquisas a desmembram em dois grandes grupos regionais: as pontas de projétil do Estado de São Paulo e aquelas provenientes da região Sul do país. Trata-se de uma cultura arqueológica, que se distribuiu pelo sul e sudeste do Brasil, identificada a partir da presença de pontas bifaciais (ou pontas lascadas bifacialmente) nos sítios arqueológicos a ela associados (Mercedes OKUMURA; Astolfo ARAÚJO, 2013). Proponentes dessa

corrente teórica chegam a advogar a supressão da tradição Umbu (João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019; Carlos MORENO DE SOUSA; Mercedes OKUMURA, 2020), já que seus resultados apontam para ausência de similitudes suficientes nas pontas agrupadas sob essa tradição que justifique sua existência, algo que já vinha sendo apontado anteriormente por pesquisadoras filiadas à corrente processualista (Adriana DIAS, 2007; Adriana DIAS; Sirlei HOELTZ, 2010).

Pesquisas mais recentes publicadas pela vertente darwinista buscaram ir além de uma análise morfométrica das pontas. Moreno de Sousa (2019) realizou um trabalho extenso de levantamento de dados e análise de artefatos formais provenientes de sítios arqueológicos ligados à Tradição Umbu. O embasamento teórico-metodológico foi calcado na arqueologia evolutiva, fazendo uso também de arqueologia experimental para atingir seus objetivos de pesquisa. Seu foco consistiu em definir tendências métricas, morfológicas e tecnológicas de indústrias líticas do período que ele denomina de Paleoíndio Posterior, se tratando do período de aproximadamente 20.000 anos AP até o período que ele denomina Ameríndio, que se inicia com o surgimento da cerâmica. Moreno de Sousa se concentra, sobretudo, em algumas indústrias líticas incluídas sob o conceito “guarda-chuva” de Tradição Umbu. O autor desmembra a Tradição Umbu, identificando pelo menos quatro indústrias distintas com base nas diferenças morfométricas consideradas estatisticamente significativas.

Para ser justa, essa corrente da arqueologia brasileira não estuda somente artefatos líticos, mas também análise de vestígios faunísticos (Gabriela MINGATOS, 2017) e considerações sobre o paleoambiente (Astolfo ARAÚJO, 2014, 2015) da transição do Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial. Entretanto, o foco de suas pesquisas tem sido os artefatos líticos e as fronteiras culturais que são deduzidas a partir deles.

Há também um esforço em afirmar que se faz necessária uma abordagem que não esteja completamente centrada em artefatos diagnósticos (fósseis-guia), sendo preciso olhar para lascas e detritos de lascamento presentes na paisagem (Astolfo ARAÚJO, 2014), entretanto, isso não se substancia nas pesquisas. As lascas quando são estudadas servem ao propósito de remontar a cadeia operatória de artefatos formais, e embora se reconheça que elas podem ter sido artefatos em si mesmos (João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019), não há um aprofundamento nesse sentido em nenhuma das publicações estudadas.

3.2.1 Para além de pontas: uma crítica feminista e descolonial à arqueologia evolutiva

Os modelos que se propõem tecer hipóteses acerca das primeiras ocupações humanas na América do Sul na transição do Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial associados à corrente evolucionistasão tecidas narrativas de interpretação cultural baseadas exclusivamente nas pontas bifaciais e artefatos formais (Mercedes OKUMURA; Astolfo ARAÚJO, 2014; Astolfo ARAÚJO; Mercedes OKUMURA, 2017; João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019).

Artefatos formais possuem bastante peso na análise darwinista porque representam indicadores de transmissão cultural, no sentido de comporem linhagens culturais (Astolfo ARAÚJO; Mercedes OKUMURA, 2017). Darwinistas geralmente consideram que artefatos formais envolvem maior complexidade na sua confecção, sendo por isso “considerados poderosos vetores de informação uma vez que há uma nítida intencionalidade na replicação da forma. É por essa via que perpassam as discussões a respeito de estilo e função” (p. 47-48).

Essa corrente teórica, a princípio, pretende fazer uma crítica das abordagens histórico-culturalista que dominaram a arqueologia brasileira e que viam os artefatos formais, em especial pontas bifaciais, como fósseis-guia. Tomando-os como marcadores indiscutíveis de tempo e espaço, pontas bifaciais seguiram sendo os artefatos definidores de culturas arqueológicas. Uma das principais críticas do corrente darwinista se dá em relação à tipologia, e a confusão entre definição e descrição na arqueologia brasileira. Assim, darwinistas procuram distanciar a análise morfométrica da tipologia, que sequer constituiria um sistema de classificação, e sim um sistema de agrupamento (Robert DUNNELL, 2007). Dessa maneira, o problema não seria uma classificação pela forma em si, mas a ausência de uma base teórica que fundamente essa classificação (Robert DUNNELL, 2007; Astolfo ARAÚJO; Mercedes OKUMURA, 2017) que, por sua vez, existiria na análise morfométrica.

O equívoco aqui é considerar que não existe uma fundamentação teórica para as categorias tipológicas e, por conseguinte, não conseguir ver a continuidade que existe entre uma análise tipológica e uma morfométrica. Embora a tipologia considere a forma como o objetivo final enquanto elemento distintivo de uma cultura arqueológica e na análise morfométrica a forma seja ponto de partida, ambas partem de uma perspectiva em que a forma de certo tipo de artefato é sobrevalorizada e

considerada de maneira isolada em relação a outros vestígios de determinada sociedade. Enquanto isso, indústrias líticas continuam a ser definidas pela presença ou ausência de pontas (João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019).

Nessas análises, a variabilidade estatística na forma das pontas se relaciona com variabilidade cultural, e não com variabilidade funcional, ou de qualquer outra ordem. Isso evidentemente se alinha de maneira consistente com a teoria arqueológica evolutiva, mas só faz sentido se partimos do pressuposto de que é possível extrair informações relevantes apenas de um aspecto de uma determinada cultura, sua tecnologia lítica, alienando-a do restante das estruturas sociais nas quais está embebida.

3.2.2 Os limites metodológicos da abordagem evolutiva na arqueologia de povos caçadores-coletores

Uma das principais teses defendidas nos trabalhos de arqueologia evolutiva analisados sobre as primeiras populações que habitaram as terras baixas da América do Sul foi a de *persistência cultural* (Mercedes OKUMURA; Astolfo ARAÚJO, 2014; Astolfo ARAÚJO et al., 2018), uma noção muito cara à arqueologia darwinista e que se relaciona diretamente com outros dois conceitos-chave: mudança e transmissão cultural. Nesse sentido, para as/os darwinistas, é possível associar persistência no tempo a uma linha de transmissão cultural (“filogenia cultural”), o que envolveria um “processo de transmissão cultural muito estável” (Astolfo ARAÚJO et al., 2018, p. 90). Tanto em contextos ligados à Tradição Umbu quanto à Tradição Lagoassantense, assimila-se a similitude de certos aspectos (sejam eles morfométricos e/ou tecnológicos) de artefatos líticos com a persistência cultural de certos grupamentos humanos em uma determinada área geográfica.

As/os autoras/es imputam a persistência cultural durante um longo período de tempo a uma forte norma cultural que estaria operando nesse contexto. Segundo a teoria darwinista, a persistência cultural em si não seria um traço que traria vantagens adaptativas, exceto em casos de estabilidade ambiental, o que concerne tanto os elementos naturais (clima, solo, regime de chuvas, fauna) quanto culturais (estabilidade em relação aos grupos habitando uma mesma região).

Em Astolfo Araújo et al. (2018), as/os autoras/es justificam a inferida persistência cultural com base neste tipo de estabilidade, embora não deixem explícito porque há o abandono de abrigos – explicado por razões de mudança

climática, portanto, quebra dessa estabilidade ambiental – e sua posterior reocupação com uma cultural material aparentemente semelhante, já que na perspectiva evolutiva a própria ocupação de um novo território também seria um fator externo que impulsionaria a mudança (João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019). Por sua vez, enxergar apenas padrões de subsistência estáveis e uma homogeneidade na indústria lítica lagoassantense, não nos ajuda a entender mudanças em outros aspectos sociais, como nos padrões funerários (Astolfo ARAÚJO et al., 2018). No contexto dos sítios relacionados à tradição Umbu, pesquisadores darwinistas também observam persistência ou estabilidade cultural (Mercedes OKUMURA; Astolfo ARAÚJO, 2014), sendo que nesse trabalho os elementos de análise se limitam ao estudo morfométrico de pontas bifaciais.

Isso nos leva a questionar se o conceito de persistência cultural seria de fato uma noção pertinente para compreender como viviam essas sociedades da transição do Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial, já que esse seria o objetivo último da arqueologia, entendendo-a como uma ciência social. Incorporando ainda uma crítica de Tim Ingold,

dado que a aprendizagem social ocupa um lugar central em sua teoria – tão central, de fato, quanto a replicação genética – é bastante surpreendente que as/os ecologistas evolucionistas não tenham dedicado quase nenhuma atenção a como isso ocorre. (...) Na maioria das vezes, a transmissão cultural é vista como um processo simples de impressão, no qual todo um inventário de regras e representações é milagrosamente baixado para a mente passivamente receptiva da/o aprendiz (Tim INGOLD, 2000, p. 36).

Certamente a arqueologia darwinista se apresenta com uma proposta tentadora enquanto um quadro explicativo geral com o intuito de “unificar” o método científico na arqueologia. Trata-se uma perspectiva incontornavelmente positivista de ciência e que busca se espelhar nas ditas “ciências duras” ou “naturais”, um desejo expresso por Dunnell (2007) e seus correligionários. Entretanto, qual seria o sentido de se encontrar padrões universalistas e transculturais de comportamento humano se eles não são úteis para explicar contextos sociais e comportamentos específicos? Para que servem noções que não nos aproximam das pessoas que nos propomos a estudar enquanto ciência social?

Sem dúvidas há nessa corrente teórica uma explícita preocupação com a objetividade, consonante com sua ambição de uma arqueologia mais “científica”. Há uma efetiva busca pela objetividade calcada no método, seja ela baseada em

mensurações estatísticas ou em experimentos de replicação de técnicas de produção de artefatos, expressa por autores (Astolfo ARAÚJO, 2017; João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019). Moreno de Sousa (2019) chega reconhecer as dificuldades encontradas pelo/a pesquisador/a ocidental em reproduzir e interpretar resultados em relação a práticas e técnicas de pessoas com vivências muito diferentes das suas. Assim, ele afirma que “cabe ao experimentador neutralizar, na medida do possível, as influências modernas na realização do experimento” (p. 45).

Entretanto, não fica claro como seria feita essa “neutralização”. Quanto aos limites do método, de fato, há um abismo entre processo de aprendizagem ocidental na reprodução de artefatos (arqueologia experimental como se entende hoje) e o processo de aprendizagem tradicional/autóctone. Um se dá numa dinâmica de voluntária racionalização, visando à mensuração, sendo realizada numa dimensão individual, com objetivos científicos orientados a resultados. Já o outro consiste numa prática cotidiana de observação, inserida em dinâmicas de socialização necessariamente coletivas, cujos objetivos não podem ser descolados das práticas culturais de determinado grupo social (Kathryn ARTHUR, 2018).

Nessa mesma lógica, entra o conceito de *cadeia operatória*, amplamente mobilizado pelos estudos de tecnologia lítica na ciência arqueológica. Na arqueologia experimental, a análise da cadeia operatória consiste na remontagem, por assim dizer, da “história de vida” de um artefato, de forma a compreender as etapas de produção, que por sua vez, podem nos dar informações sobre outros aspectos sociais de um determinado grupo humano. No caso da arqueologia evolutiva, espera-se extrair também informações sobre transmissão cultural a partir do processo de replicação de artefatos.

Entretanto, o que se vê em boa parte das obras que usam esse conceito, não se vai muito além de se remontar a cadeia operatória de alguns artefatos formais, sendo limitada a relação feita com outros aspectos sociais do contexto estudado. Mas seria possível, de fato, fazer inferências sobre estruturas sociais somente olhando para os objetos de pedra, ou para os artefatos formais, que em sua maioria são os únicos artefatos a serem analisados? Nesse sentido, Andrei Isnardis, em uma reflexão autocrítica, nos fala sobre a “solidão das indústrias líticas” e aponta que

os vestígios líticos lascados são tratados, na maior parte do tempo e na maior parte dos casos, estabelecendo-se poucas relações com as demais categorias de vestígios e com as estruturas arqueológicas. Impõe-se deste modo às indústrias líticas uma acentuada solidão, que muitas vezes desvaloriza seu potencial interpretativo do conjunto do registro arqueológico e limita sua contribuição para o conhecimento sobre as sociedades humanas pretéritas (Andrei ISNARDIS, 2007, p. 195)

Mesmo dentro dos estudos de tecnologia lítica, as lascas, que representam a maior parte do registro arqueológico, não foram analisadas como artefatos em si mesmas em nenhum dos principais trabalhos da corrente evolutiva brasileira.

Kathryn Arthur (2018), em suas pesquisas etnoarqueológicas, nos mostra como o ciclo de vida de um instrumento lítico na sociedade dos Boreda Gamo da Etiópia, uma etnia que tradicionalmente trabalha o couro com artefatos de pedra lascada, está intimamente ligado aos estágios de vida de seres humanos. Sendo assim, “na ontologia Boreda, um instrumento de pedra é uma entidade viva que nasce quando adquirido, é circuncidado quando lascado, descansa quando armazenado, se casa quando encabado, é ativo quando usado, e morto quando descartado” (Kathryn ARTHUR, 2018, p.65). A ontologia Boreda Gamo, *Etta Woga*, orienta, dessa forma, todo o processo desde a aquisição de matéria-prima até o processo de descarte de artefatos líticos, que não necessariamente são norteados por noções utilitárias.

Não se trata aqui de desconsiderar a importância de estudos de tecnologia lítica para o avanço das pesquisas sobre os povos que habitaram as terras baixas sul-americanas. Questionar a suposta uniformidade cultural e tecnológica de certas tradições arqueológicas presentes no cânone sem dúvida é fundamental para que possamos compreender melhor o processo de história profunda dessas pessoas e como viviam. Entretanto, é preciso frisar que as pontas bifaciais não representam senão um documento dentre muitos em um contexto arqueológico.

Há, entretanto, um limite metodológico das informações que podem ser extraídas de uma só classe de artefato, limite esse que parece nunca se esgotar para a arqueologia brasileira que insiste em apenas olhar para os artefatos líticos em contextos do Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial. É importante frisar que, em termos de pesquisa científica, torna-se mais difícil encontrar o que nem ao menos estamos procurando, e há sempre o perigo de aquilo que acreditamos ver seja apenas aquilo que queremos ver.

3.2.3 Concepções de tecnologia e relações sociais

Com efeito, um dos aspectos fundamentais dos estudos morfo-tecnológicos de pontas líticas consiste em analisar esses artefatos de maneira independente, colocando-os fora da perspectiva de um sistema tecnológico. Ainda que em um escopo mais amplo, os estudos sobre evolução cultural estabelecem linhagens tecnológicas que buscam explicar persistências temporais, isolando-as de outros fatores explicativos.

Quando tratamos do próprio conceito de tecnologia dentro das ciências, tanto na arqueologia quanto na antropologia, não há consenso. No seu sentido mais fundamental, podemos compreendê-la como estudo geral das técnicas. O ensaio seminal de Marcel Mauss (2003) nos coloca o corpo como primeiro e mais básico instrumento humano, sendo as técnicas, assim, essencialmente técnicas do corpo, transmitidas via tradição. Em uma concepção mais ampla, podemos entendê-la como “o conjunto de artefatos, comportamentos e conhecimentos empregados pelo homem na transformação e utilização do mundo material” (Fabíola SILVA, 2000, p. 21), onde apenas substituiremos “homem” por “pessoa humana”. Sendo o mundo material objeto de estudo próprio da arqueologia, podemos então entender como o estudo tecnológico se tornou hegemônico na ciência social arqueológica moderna.

De acordo com Fabíola Silva (2000, para além do foco no estudo dos objetos em si mesmos e suas configurações tipológicas de inspiração histórico-culturalista, que dominou boa parte da produção arqueológica e ainda está longe de ser abandonado, os estudos tecnológicos se inserem na perspectiva de compreender melhor os processos de produção relativos à cultura material. Nesse sentido, a visão da cultura como um meio extrassomático de adaptação humana ao ambiente de Leslie White (1959) moldou a principal forma, na arqueologia processual, de se enxergar a tecnologia. Entendendo a cultura material como um mediador entre o sistema sociocultural e o meio ambiente, para autoras/es adeptos dessa concepção processualista, influenciados pelo pensamento neo-evolucionista e da ecologia cultural, seria possível perceber as estratégias adaptativas através da análise de artefatos – produtos do comportamento humano.

Numa outra perspectiva, procurando inserir a tecnologia no sistema cultural e sua teia de significados que não se limitam à esfera econômica ou da adaptabilidade (Fabíola SILVA, 2000), entende-se que os artefatos fazem parte de sistemas tecnológicos que se articulam com sistemas socioculturais humanos. Essa noção

teórica de tecnologia foi inspirada em autores como Mauss, Leroi-Gourhan e Lévi-Strauss, e contribuiu para a constituição do que ficou conhecido como “antropologia da tecnologia” (Pierre LEMONNIER, 1993).

Tim Ingold (1997, 2000) procura trazer reflexões que nos ajudam a pensar mais profundamente como se dá essa relação entre tecnologia e sociedade. Na base das indagações suscitadas pelos estudos tecnológicos estão envolvidas questões acerca do que nos torna especificamente humanos, ou dito de outra forma, as capacidades que distinguiriam seres humanos dos seres não-humanos. A própria constituição do que caracteriza o gênero Homo em estudos paleoantropológicos está intimamente relacionada à nossa capacidade de fabricar instrumentos de forma intencional – a difundida noção do *man-the-toolmaker* (“homem, o fabricante de instrumentos”), intimamente relacionada à visão de mundo que deu origem ao modelo *man-the-hunter*. Os estudos tecnológicos também estão imbricados nas pesquisas sobre evolução humana, sobretudo a evolução da linguagem, que teria paralelos com o desenvolvimento da cultura material.

Para Ingold (1997), existem duas formas distintas majoritárias para se perceber a relação entre tecnologia e sociedade, o determinismo tecnológico e o possibilismo tecnológico, conjuntos de argumentações usadas por evolucionistas culturais, de um lado, e relativistas culturais, de outro. Para as/os evolucionistas culturais, a tecnologia possuiria uma tendência inerente de se desenvolver do simples para o complexo²⁶. Dessa maneira, as formas associadas de organização social e cultura igualmente tenderiam à complexificação, conduzidas pelas exigências tecnológicas subjacentes. Sendo assim, a mudança social seria conduzida por – e dependeria da – mudança tecnológica. Já as/os relativistas negam qualquer relação entre complexidade social e complexidade tecnológica, colocando à tecnologia apenas limites externos ao escopo de ação humana, sem exercer influência na forma de sociedade adotada. Dentro desses limites, sociedade e cultura seguiriam seu próprio fluxo histórico, independentemente da natureza ou complexidade do sistema tecnológico. Para isso, resgatam exemplos etnográficos em que sociedades com tecnologias consideradas extremamente simples, ostentam sistemas de parentesco dos mais complexos já registrados, como os aborígenes australianos (Tim INGOLD, 1997).

²⁶O que não é o caso dos evolucionistas darwinianos, que entendem evolução como transformação, ou o processo de substituição de uma forma por outra, sem indicativo de progresso.

Apesar de terem concepções que aparentam ser diametralmente opostas, há duas suposições que são compartilhadas por ambas correntes. Uma delas é que, sendo a tecnologia prescritiva ou permissiva no que diz respeito à sociedade, ela consistiria em um sistema objetivo de relações que se situaria fora do domínio do social. A segunda é de que a tecnologia poderia de fato ser dimensionada em termos de graus de complexidade. Ambas as visões compartilham a premissa de que toda população humana teria uma esfera de capacidade que pode ser denotada pelo conceito de tecnologia, e que poderia ser separada da esfera das relações sociais e das ideias culturais. Dessa maneira, a tecnologia foi posta por pesquisadoras/es fora do social e do âmbito da cultura.

Ingold argumenta, porém, que essa seria uma pressuposição equivocada já que tecnologia e sociedade não são intrinsecamente exteriores um ao outro. Essa exterioridade, longe de ser algo inerente, seria um produto histórico relativamente recente, emergido na modernidade ocidental. Nesse sentido, Ingold faz coro com a perspectiva feminista ao afirmar que não é possível projetar na história essa separação moderna entre tecnologia e sociedade, estendendo a todas as sociedades humanas, sem distorcer seriamente nossa compreensão sobre o fenômeno. Tal fragmentação entre tecnologia e sociedade faz sentido dentro de um escopo epistemológico moderno e positivista onde é factível separar o sistema sociocultural em subsistemas (Lewis BINFORD, 1962).

Em um contraponto, Ingold (1997, 2000) concebe as relações tecnológicas como estando incorporadas nas relações sociais e só podendo ser compreendidas enquanto um dos aspectos da socialidade humana. Nessa linha, o que geralmente é representado como processo de complexificação – de desenvolvimento do simples para o complexo, se trata, na realidade, do processo de exteriorização ou dissociação, da separação progressiva entre as relações tecnológicas e as sociais. Dessa maneira, o conceito moderno de tecnologia, e sua separação da sociedade, seria uma consequência direta desse processo histórico. Por isso, não seria plausível esperar encontrar uma esfera separada correspondente à “tecnologia” para onde quer que olhemos, sobretudo em sociedades onde não houve esse processo dissociativo, como as sociedades caçadoras-coletoras pretéritas que estudamos.

Nesse sentido, as reflexões levantadas por Ingold reverberam nas de Lemonnier (1993) quando este se indaga se seria possível interpretar as mudanças e as escolhas tecnológicas de cada sociedade desconsiderando outros aspectos da

cultura. Mesmo este último reconhece que “logo que consideramos que as técnicas não são algo ao qual algum significado é simplesmente adicionado, mas um fenômeno complexo em que considerações simbólicas estão envolvidas desde o começo, se torna complicado de separar o ‘técnico’ do ‘social’ (ou, ainda, o ‘social-além-do-técnico’)” (Pierre LEMONNIER, 1993, p. 4). Ainda, para Lemonnier (1993), dependendo do ponto de vista do observador, a fronteira entre os fenômenos “técnico” e “social” podem trocar de posição. Assim, se uma técnica aplicada pode nos parecer um meio de atingir um objetivo físico a partir de meios materiais, num processo criativo de inovação, esses mesmos elementos “técnicos” foram provavelmente escolhidos majoritariamente de acordo com estratégias e significados socialmente compartilhados.

Em outras palavras, um objeto técnico somente tem sentido entre os outros artefatos e aspectos materiais e não-materiais de determinado grupo, sendo assim, “não tem nenhum sentido isolar um ou outro objeto técnico sob o pretexto de que esse objeto estimula mais nossa percepção” (Eric BOEDA, 2015, p. 27). Tampouco se sustenta o argumento de que certo tipo de objeto seria mais adequado para compreender mecanismos de transmissão cultural, como defende a corrente evolutiva.

3.2.4 As fronteiras sociais de barreiras cronológicas (ou a quem interessa o paleoíndio?)

Outra dimensão basal da corrente darwinista (embora não lhe seja exclusiva) consiste em uma periodização da história profunda dos indígenas que promove uma ruptura epistemológica entre a história do povoamento inicial do nosso continente e os povos originários do presente. No início do segundo capítulo já foi discutida as implicações problemáticas da utilização do termo “paleoíndio”, que se refere ao período desde o Pleistoceno até o surgimento da agricultura/cerâmica, quando então se denomina “ameríndio” o período que se encerra com a chegada dos invasores europeus. Nessa lógica, são mobilizadas justificativas ora genéticas, ora tecnológicas, que procuram legitimar essa segmentação.

Balizas cronológicas, apesar de embasadas cientificamente e carregarem um caráter explicativo, possuem também um caráter arbitrário comum a todas as classificações temporais, sendo determinadas com base em valores contextuais. Com forte componente ideológico, os cortes temporais sempre estarão atados às

visões de mundo dos grupos sociais que as propagaram. Novamente, não há ciência (ou arqueologia) neutra.

A própria divisão tradicional entre pré-história e história, com a linha sendo desenhada no surgimento da escrita, só faz mesmo sentido se estamos falando da história europeia. Ou nem tanto, já que esta concepção está sendo questionada mesmo lá, em vista de povos que foram marginalizados e classificados como “pré-históricos” por não possuírem uma história escrita, como as/os Sámi, um povo nativo do extremo-norte da Europa.

Sempre tomado como universal, no contexto acadêmico do continente africano e entre estudiosas/os africanistas, por exemplo, já não é possível usar o termo pré-história sem gerar uma considerável problematização do conceito (John GIBLIN, 2015). Por que nas Américas, apesar de contestada timidamente, essa noção ainda é amplamente utilizada? Que forças são essas que nos fazem arrastar ainda essa formulação?

Conceitos costumam ser transportados de seu contexto original, caso em que comumente perdem sua coerência sem abandonarem a matriz epistemológica que os engendrou. No caso da pré-história, sua matriz colonialista vem de uma concepção eurocêntrica e progressista²⁷, que procura inculcar um padrão de desenvolvimento histórico onde a sociedade europeia ocidental seria o ápice. Simplesmente não há fundamento científico para falar de pré-história nas Américas. Mas e quando eufemizamos o termo e conservamos sua carga epistêmica?

Quando refletimos sobre os marcos cronológicos que norteiam a segmentação temporal no Brasil, privilegia-se enfatizar a fratura provocada pela chegada do colonizador, aprofundando-a, em detrimento de um continuum ontológico ameríndio, que possui uma carga explicativa tão válida quanto a preconizada pela ciência ocidental. Nesse sentido, insistir em uma

continua utilização do termo ‘pré’[-história] não só homogeneiza, como exclui da construção da história a possibilidade de incorporação de temporalidades distintas, de narrativas alternativas e de renegociações de poder por parte de povos originários, em Estados marcados por dinâmicas colonialistas nos últimos séculos dessa história (Lucas BUENO, 2019, p. 486).

²⁷ No sentido da matriz filosófica que entende o progresso como uma seta unidirecional e que preconiza uma história humana linear, onde todos os povos se encaixam em etapas de evolução cultural, indo de sociedades mais simples até as mais complexas.

As implicações racistas de se desmembrar a história profunda indígena, alijando os atuais povos originários de sua ancestralidade é algo que podemos identificar como um dos mecanismos da colonialidade do poder, que por sua vez se desdobra na colonialidade do saber e do ser (Aníbal QUIJANO, 2005; Nelson MALDONADO-TORRES, 2007). Ainda segundo Lucas Bueno (2019, p. 481), “a consolidação dos conceitos de ‘história e pré-história’ e as narrativas vinculadas a estes conceitos estabelecem uma geografia política em âmbito global”. Esse processo, que se deu em função da dinâmica de expropriação e formação da mão-de-obra atrelada à expansão do sistema capitalista, implicou consequências profundas para os povos originários ameríndios que perduram até o presente (Aníbal QUIJANO, 2005).

Como vimos no capítulo 2, modelos de povoamento como Clóvis Primeiro e a Hipótese Solutrense compartilham a ênfase primordial em artefatos líticos formais ao elaborar suas interpretações. Ambos os modelos também defendem o modo de vida caçador de megafauna como modelo a ser transposto para outros contextos histórico-geográficos, em detrimento de evidências que mostram a variabilidade dos registros arqueológicos da presença humana nas terras baixas da América do Sul.

Ademais, a popularidade de determinadas linhas teóricas e de certos modelos de povoamento, assim como a validação de certos sítios arqueológicos em sua antiguidade, depende não só da riqueza do registro, da qualidade da pesquisa ou do mérito da evidência em si, mas também da existência de uma construção colonial e uma geopolítica do povoamento das Américas que perpassa as discussões (Gustavo POLITIS, 2015). Dessa forma, tudo que não se filie ao debate acadêmico anglo-americano tem dificuldades para integrar o debate.

Nessa perspectiva, uma análise fundamental para a compreensão da dimensão epistemológica de pesquisas da corrente evolutiva na arqueologia brasileira consiste em observar como estas se inserem na geopolítica do conhecimento (Walter MIGNOLO, 2002). Como geopolítica do conhecimento podemos entender os modos de conceber, produzir e transmitir saberes na modernidade-colonialidade que erguem a produção científica de base racionalista ao status de conhecimento neutro e universal, se tratando na verdade de uma perspectiva eurocêntrica, que depende da expropriação e do apagamento de outros saberes.

Paralela à própria geopolítica da economia, na geopolítica do conhecimento está compreendida a “tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das ciências sociais, na qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica” (Luciana BALLESTRIN, 2013, p. 109). Quando se fala do Sul, não estamos nos referindo a uma simples localização geográfica, mas consiste numa metáfora em relação a todas/os sujeitas/os subjugadas/os pelo capitalismo global. Essa noção, por sua vez, está intimamente ligada às dinâmicas de colonialidade do saber (Aníbal QUIJANO, 2005) que pautam a produção de conhecimento, onde o eurocentrismo toma um lugar central em sua reprodução. Na perspectiva da colonialidade do poder²⁸, entretanto, os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos.

Em um dos artigos analisados, Mercedes Okumura e Astolfo Araújo (2015a) sobre a diferenciação morfológica entre pontas de flecha (*arrow points*) e pontas de dardos (*dart points*) usam como base as medidas das pontas de projétil brasileiras, especificamente aquelas ligadas à denominada Tradição Umbu das regiões sul e sudeste do Brasil. Pontas de flecha seriam aquelas usadas com um arco (*bow*), enquanto as pontas de dardos teriam sido usadas com um propulsor (*átlatl*). Uma das técnicas que utilizam para classificá-las se baseia em analogias etnográficas oriundas da América do Norte. Outras técnicas utilizadas, por sua vez, baseiam-se não só nas medidas, mas também no peso das pontas, sendo o limite entre pontas de flechas e de dardos estabelecido a partir da física envolvida no vôo dos projéteis. Longe de ser um caso isolado, produzir hipóteses com base em analogias etnográficas exógenas ao contexto estudado constitui uma constante na disciplina arqueológica, principalmente no que tange a tipologias artefatuais. A relevância da etnoarqueologia para os estudos de indústrias líticas parece ainda ser subestimada no Brasil, em prejuízo do melhor entendimento dessa classe de artefatos e dos povos que os conceberam.

A crítica de uma das técnicas utilizadas se faz presente no próprio artigo, onde esta foi questionada devido a “seu fraco desempenho na identificação de espécimes das Planícies Canadenses, onde evidências arqueológicas, escritas e etnográficas apontam fortemente para seu uso como pontas de flecha” (Mercedes

²⁸ Tem como um de seus desdobramentos a colonialidade do saber.

OKUMURA, Astolfo ARAÚJO, 2015a, p. 2363). Também foram apontados problemas quando se trata de contextos costeiros, onde pontas de arpão podem ter sido usadas para caçar e pescar. Isso sinaliza um problema mais generalizado da distinção estatística entre pontas de flecha e pontas de dardos, já que pontas podem também ter tido diversos outros usos, como arpões, facas, furadores, lanças, até mesmo funções não consideradas nos estudos tecnológicos tradicionais (ritualística, lúdica, entre outras).

Apesar disso, o artigo chega à conclusão de que as tecnologias de propulsão e arco e flecha podem ter coexistido na América do Sul e que estatisticamente há grande probabilidade de que a tecnologia do arco e flecha seja mais antiga do que se pensava nessa região do planeta. Dessa forma, a autora e o autor do trabalho propõem considerar a possibilidade de que a tecnologia do arco e flecha tenha surgido nas terras baixas sul-americanas como uma invenção independente, contradizendo “a tendência esperada de propagação norte-sul do arco e flecha” (Mercedes OKUMURA, Astolfo ARAÚJO, 2015a, p. 2366). Por que assumir *a priori* uma difusão norte-sul desta tecnologia, se no momento presumido de sua aparição na América do Norte (cerca de 10.000 anos AP) já havia evidências de uma ocupação consistente nas terras baixas da América do Sul, caracterizada por uma intensa variabilidade tecnológica nos artefatos líticos (Adriana DIAS, Lucas BUENO, 2013)?

As premissas de perguntas que são feitas ao registro arqueológico são inevitavelmente perpassadas pelas relações de colonialidade. Segundo a ótica feminista e descolonial, as ferramentas metodológicas que podemos dispor para mitigar esses vieses passam pelo reconhecimento das dinâmicas de poder envolvidas na produção de conhecimento. Consiste também em reconhecer onde nos situamos na geopolítica do conhecimento e a quem nos alinhamos nesse cenário.

Nessa perspectiva, nos chama a atenção a quantidade de publicações em língua inglesa e em revistas acadêmicas internacionais da corrente darwinista brasileira. Esse constitui um forte indicativo para pensarmos com quem essa corrente procura dialogar. Embora se reconheça a importância da interlocução com pares internacionais, parece que não há um esforço análogo em se fazer um tipo de pesquisa que fortaleça os laços entre aquelas/es do Sul Global. De maneira similar, a maioria – para não dizer a totalidade – das referências teóricas são anglófonas,

havendo pouca troca com dados e estudos que estão sendo realizados por nossas/os colegas sul-americanos, com exceção de nossas/os próprias/os conterrâneas/os.

Com efeito, a precariedade dos diálogos Sul-Sul na academia latino-americana acaba sendo um dos mais graves efeitos da colonialidade, e não se limita à corrente evolutiva. Em relação aos debates sobre povoamento, Gustavo Politis (2015) aponta como há um

parco esforço por parte de pesquisadoras/es dos sítios pré-UGM²⁹ para articular as interpretações de seus sítios com os modelos gerais de povoamento e de expansão do *Homo sapiens* na Ásia. Não basta apenas dizer que a evidência em questão rompe com os modelos anteriores mais aceitos (...); é necessário que ao menos se esboce alguma explicação que dê conta da evidência anterior sobre a qual os modelos supostamente desarticulados foram construídos (Gustavo POLITIS, 2015, p.15).

Nesse sentido, o fortalecimento de laços científicos entre países da periferia do capitalismo configura uma das principais estratégias de resistência à homogeneização e os apagamentos promovidos pelas dinâmicas de colonialidade.

O alinhamento de suas pesquisas em relação à produção científica norte-americana reforça a condição hegemônica da corrente evolutiva proposta no capítulo anterior, no sentido em que aderem à reprodução e manutenção da ordem científica estabelecida. No caso do povoamento inicial das Américas, a posição hegemônica consiste na supremacia de análises artefatuais para pensar modos de vida de populações extintas, em consonância com modelos produzidos no Norte Global. Ademais, essa consonância não se restringe ao plano metodológico. Pesquisadoras/es da vertente evolutiva no Brasil colaboraram diretamente com proponentes da Hipótese Solutrense, como Bruce Bradley, co-orientador de tese de João Carlos Moreno de Sousa (2019) e co-autor de um trabalho com Mercedes Okumura (Bruce BRADLEY; Mercedes OKUMURA, 2016).

No universo de hipóteses que norteiam as primeiras ocupações das Américas, sítios arqueológicos latino-americanos são prontamente deslegitimados em sua antiguidade pela comunidade científica dominadas por pares e publicações situadas no Norte Global. Segundo Lucas Bueno,

²⁹ Antes do Último Máximo Glacial (~ 25.000-18.000 AP), portanto, se refere a sítios arqueológicos com evidências de ocupação anteriores a 25.000 anos atrás.

a prevalência ou a aceitação mais ampla dos contextos com pontas de projétil esteve relacionada a questões metodológicas, principalmente relevantes em um período de desenvolvimento da Arqueologia no qual as datações radiocarbônicas ainda não estavam disponíveis. Associação com megafauna e tipologia, elementos utilizados para inferir cronologia, transformaram-se em definidores de um único padrão de povoamento (Lucas BUENO, 2019, p. 484).

Com efeito, uma faceta central da colonialidade do saber em relação aos estudos dessas primeiras populações americanas está em questionar a priori a autenticidade de contextos arqueológicos latino-americanos que não tenham a presença de artefatos ou pontas bifaciais. Como pontua Roberto Boksar (2015), há um erro muito pior em rechaçar contextos desse tipo de ocupação do que os manter sob investigação, tanto pelo que podemos aprender com eles, quanto por questões metodológicas, já que isso permite ampliar o horizonte de discussões, exercendo uma “vigilância epistemológica que permita analisar e considerar tudo o que incide em sua abordagem, análises e crítica”(p. 33).

O foco em artefatos formais, que se correlaciona diretamente com a valorização de instrumentos ligadas à caça, reproduz posicionamentos que encontram uma acolhida metodológica na arqueologia evolutiva, mas não tem ressonância em concepções de arqueologia que pretendem subverter a tríade *pontas-caça-Norte Global* que domina os estudos das primeiras sociedades caçadoras-coletoras das Américas. Em uma atualização do processo colonial, uma arqueologia latino-americana que se pretende subversiva e busca se emancipar das amarras do Norte Global é constantemente colocada numa posição de inferiorização epistemológica em relação à produção científica norte-americana.

Ainda que uma proposta *plantas-coleta-Sul Global* se coloque numa dicotomia à qual não se pretende limitar, faz-se necessário situar a estigmatização dos estudos de plantas e a hierarquização de evidências/priorização de artefatos líticos bifaciais como características centrais de processos históricos e sociológicos que fazem com que arqueologia brasileira permaneça num lugar de subalternidade. Conforme abordado no capítulo 2, as primeiras etapas do povoamento seriam caracterizadas por vestígios de ocupação menos densas (grupos pequenos de pessoas com alta mobilidade) e, portanto, menos visíveis no registro arqueológico. Embora esse entendimento seja discutível, um argumento dificilmente refutável é que aumentamos nossas possibilidades de construção de interpretações se ampliarmos nossa gama de evidências e, conseqüentemente, nosso universo de estudos.

A utilização de materiais vegetais por povos caçadores-coletores nas Américas nos parece uma obviedade quando olhamos para as evidências etnográficas de diversas etnias indígenas presentes no território brasileiro. Entretanto, suas formas de uso são muito pouco exploradas por estudos que tratam das primeiras ocupações, ainda que se reconheça que artefatos líticos formais teriam recebido encabamentos feitos de diversos tipos de madeira. No caso da corrente evolutiva, mesmo em contextos em que “até mesmo uma simples lasca com algum bordo pontiagudo ou bem afiado seja suficiente para servir como uma ponta, ou mesmo um fragmento ósseo afiado, ou que a extremidade do cabo possa ser afiada” (João Carlos MORENO DE SOUSA, 2019, p. 346), a produção de pontas líticas é compreendida como a norma cultural.

Um dos sítios arqueológicos brasileiros onde existiu uma preocupação em se debruçar sobre os vestígios botânicos de ocupação humana na transição do Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial, na Amazônia, foram encontradas evidências de manejo de plantas de pelo menos 12.000 anos atrás (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019). As relações dos povos originários com a biodiversidade botânica no Brasil, e não só na Amazônia, é algo bastante documentado e algo que deveria ser aprofundado, com o objetivo de alargar a compreensão sobre os primeiros povos que aqui viveram.

Nessa perspectiva, a partir dessas reflexões, no capítulo 4, por meio de uma perspectiva crítica feminista e descolonial, procuro explorar caminhos de pesquisa para construir um conhecimento arqueológico que vá além de artefatos líticos, abordando a relação de povos originários e tradicionais com os recursos vegetais, assim como o ambiente onde seres humanos e não-humanos transitam. A partir disso, busco refletir sobre metodologias para a produção de um conhecimento não-hierarquizante, que privilegie a pluralidade de narrativas acerca de povos caçadores-coletores e permita trilhar a construção de uma ciência mais comprometida com a justiça social.

4 POR UMA ARQUEOLOGIA DE PLANTAS E PESSOAS: contribuições feministas e descolonizantes para a arqueologia de sociedades caçadoras-coletoras

E então alguém disse: “Sim, mas como você visualiza essas unidades domésticas?”

Foi Henrietta Moore, eu acho.

“Você quer dizer como eu imagino sua composição?”

Eu, pensando: Oh, céus, ela quer que eu imagine a estrutura de parentesco, mas eu estou interessada no que as unidades domésticas faziam e não no que as compunha...

Henrietta disse: “Não, como você as/os visualiza lidando com suas ações cotidianas?”

Imagina só, eu fiquei completamente na defensiva.

“Arqueólogas/os não fazem isso. Não andamos por aí imaginando pessoas conduzindo vacas para pastar e focando durante as tarefas domésticas.”

“Sim, mas e se você tivesse permissão para fazer isso; só relaxe; ninguém vai falar nada. Agora apenas nos diga como você as/os vê. Como elas/es são?”

“Bem,” eu disse, “há uma casa, vacas, porcos e lixo...”

“Sim, mas e as pessoas, nos fale sobre as pessoas.”

“Bem...,” Eu disse. E então percebi o que vi.

“Eu vejo,” eu disse, “... um monte de manchas sem rosto.”

Ruth Tringham (1991)

Essa passagem retirada do livro *Engendering Archaeology* me marcou muito, justamente porque desde os primeiros meses como estudante de arqueologia, uma pergunta não me deixava em paz: Onde estão as pessoas? Ao ler artigo após artigo sobre os primeiros povos a ocuparem as terras baixas da América do Sul, eu também não conseguia enxergar as pessoas naquelas linhas.

Não é incomum olhar para pesquisas sobre esses contextos sem que se vejam pessoas. Os artefatos vêm antes, as pessoas vêm depois. Fato bastante curioso em uma ciência social, na arqueologia, as pessoas nem sempre são o ponto de partida³⁰. Digo, é bastante óbvio que estamos a falar de pessoas o tempo inteiro quando tratamos mesmo de povos num passado distante, mas raramente o fazemos de maneira direta. Os artefatos são onipresentes, mas não as pessoas que os produziram. Nesse sentido, Andrei Isnardis questiona:

Afinal qual é o nosso objeto? É a classe de vestígios ou são as sociedades que os produziram? O que nos interessa enquanto pesquisadores: as variações em cada uma das categorias que nós criamos ou as sociedades que produziram esses materiais que classificamos? (Andrei ISNARDIS, 2007, p. 202).

Com isso não pretendo sugerir que seja possível de fato saber *quem* estava por aqui há alguns milhares de anos atrás, mas não saber quem são, nos impede de contar suas histórias?

Contar histórias significa reconhecer que o passado e a memória coletiva são terrenos de disputas de narrativas. Não há história neutra e devemos sempre estar vigilantes quanto ao perigo da história única (Chimamanda ADICHIE, 2009), que se esconde sob o véu de uma pretensa isenção discursiva. Enquanto cientista, é necessário constatar que vivemos tempos de negacionismo histórico, retirada de direitos de trabalhadoras/es, mulheres, pessoas LGBTQI+ e renovação da espoliação de povos tradicionais. Portanto, se a ciência que faço não serve para “contar uma história que não trate apenas de arqueologia ou artefatos, mas de pessoas e lugares, mulheres e homens, lazer e trabalho, com detalhes que podem ser relevantes para as lutas contemporâneas por justiça social e libertação” (Whitney BATTLE-BAPTISTE, 2011, p. 31), penso que ela não serve para muita coisa. E isso não significa fazer apenas outra arqueologia, mas imaginar e construir “*outros mundos a partir da arqueologia: outras sociedades, outras temporalidades, outras formas de aglutinação, outras formas de ser*” (Cristóbal GNECCO, 2012, p.14).

³⁰ “Depois de nossas discussões sobre paleoambientes e suas implicações na paisagem, está na hora de colocar seres humanos neste cenário.” (Astolfo ARAÚJO, 2014, p. 231). Um exemplo discursivo bastante significativo epistemologicamente.

4.1 Por que descolonizar a arqueologia de povos caçadores-coletores?

Nesse sentido, para pensar outra arqueologia não basta incorporar ontologias diversas dentro da disciplina, de forma a acomodar as demandas de grupos marginalizados/subalternos, preservando assim, as premissas modernas/colonialistas que fundaram a ciência. É preciso acolher essas perspectivas outras de maneira a questionar os pressupostos disciplinares e alargar nosso entendimento sobre o que *nós* concebemos como “passado”. Mais do que isso, é preciso que metodologias que se proponham descolonizantes atuem na diferença colonial, procedendo “a ler o social a partir das cosmologias que o informam”, e não a partir das percepções de mundo que informam a ciência ocidental (María LUGONES, 2014, p. 944). Como diferença colonial, entende-se

não a diferença cultural, mas a transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro. Noções como “Novo Mundo”, “Terceiro Mundo”, “Países Emergentes” não são distinções ontológicas, ou seja, provêm de regiões do mundo e de pessoas. São classificações epistêmicas, e quem classifica controla o conhecimento. A diferença colonial é uma estratégia fundamental, antes e agora, para rebaixar populações e regiões do mundo. Como transforma diferenças em valores, dessa maneira, pela diferença colonial, a América Latina não é apenas diferente da Europa; desde Buffon e Hegel, é uma zona inferior do mundo com suas populações e suas faunas, seus crocodilos e seus pântanos. E assim em tudo (Walter MIGNOLO, 2013, n.p.).

Dessa maneira, é necessário olhar para os vestígios materiais de sociedades informadas/os por ontologias não-modernas, sejam elas ontologias indígenas ou de populações tradicionais. Assim, a própria conceituação do tempo, cerne da história, e a de artefatos, cerne da arqueologia, precisam ser objeto da descolonização. Linda Tuhiwiti Smith (2016) inclusive nos lembra como o que é conhecido como “artefatos” no Ocidente, são remanescentes ancestrais e artigos culturais de povos indígenas.

Como foi colocado no capítulo anterior, modernidade e colonialismo não podem ser concebidos separadamente, tendo sido co-produzidos. Cristóbal Gnecco, se remetendo aos escritos de Enrique Dussel (1994), afirma que os discursos colonialistas estão ancorados em três premissas:

(a) a civilização moderna é superior; (b) esta superioridade supõe um imperativo moral: civilizar, modernizar, desenvolver os primitivos, selvagens, bárbaros, subdesenvolvidos, terceiro-mundistas; e (c) se esse esforço moral

encontra oposição ou é concebido como impossível, o uso da violência é legítimo e o perpetrador se ressignifica como vítima e o sofrimento dos outros parece inevitável (Cristóbal GNECCO, 2009, p.16).

E uma das violências mais perversas perpetrada pelo projeto modernizador/colonizador consiste na violência epistêmica, onde uma visão de mundo se constrói enquanto a verdade e se impõe sobre as demais. Nesse sentido, a dominação epistêmica não se exerce somente através do apagamento de histórias e sistemas de conhecimento de sujeitas/os colonizadas/os, mas também por meio da distorção do sistema simbólico de povos colonizados. Nesse sentido, ela não só destrói como também constrói: distorce, confunde, agrupa (Cristóbal GNECCO, 2009).

Uma narrativa recorrente na arqueologia e uma das formas que assume o colonialismo na disciplina consiste em reafirmar sua neutralidade, colocando a culpa de uma má arqueologia naqueles que a realizam. Isso isenta a modernidade de quaisquer responsabilidades na estruturação do mundo e na maneira como o concebemos. Desta feita, se há erros ou consequências racistas, sexistas ou colonizadoras, a responsabilidade sempre recai em quem pratica a arqueologia (Cristóbal GNECCO, 2012).

No universo desses questionamentos, o que a arqueologia de uma perspectiva feminista e descolonial defende, na realidade, é uma ampla reestruturação da disciplina, tanto em termos da prática quanto epistemologicamente. Nessa lógica, um aspecto fundamental levantado por Loredana Ribeiro, e abordado no capítulo anterior, não se limita à corrente darwinista, podendo ser estendida para toda arqueologia brasileira, consiste

[n]a necessária demolição da separação erigida entre as populações indígenas e as evidências materiais de suas histórias enquanto povos originários. O gesto de separação nega os significados nativos e expropria seus referentes, ao mesmo tempo infundindo, nas evidências arqueológicas, novos significados para uma história coletiva ('nacional', senão 'humana') construída sobre uma dicotomia que “valoriza as sociedades indígenas do passado enquanto condena sua contraparte contemporânea (Cristóbal GNECCO, 2009, p.16)” (Loredana RIBEIRO, 2017, p. 224).

As disciplinas históricas participaram do processo colonial e da construção dessa cisão que até hoje é corroborada pela arqueologia dominante. Sendo assim, há um paradoxo terrível em que as elites se apropriam do patrimônio indígena na

fabricação de identidades nacionais, mas “se sentem brancas” e depreciam os povos que produziram esse patrimônio (Cristóbal GNECCO, 2009, p. 16). No caso da arqueologia do povoamento inicial das Américas, além da construção de uma história nacional de “todos”, a história referente a essa temporalidade (que nós, cientistas, localizamos) em um passado remoto, é totalmente apartada das populações indígenas viventes.

Diversas pesquisadoras como Mariana Cabral (2014a, 2014b), Márcia Bezerra (2019), entre outras, estão afirmando que esses povos não estão no passado, mas no presente. Por isso, na arqueologia de caçadores-coletores, é essencial que busquemos caminhos de nos libertar da cronologia. Arqueólogas/os ainda se aferram à concepção de que a arqueologia enquanto disciplina estaria numa posição privilegiada para explanar a profundidade temporal, assim, como variações, mudanças e continuidades (Cristóbal GNECCO, 2012). Conforme vimos no terceiro capítulo, explicar essas variações no tempo constitui, inclusive, um dos objetivos primordiais da Arqueologia darwinista. A obsessão com a temporalidade linear característica da ciência moderna (arqueologia inclusa), entretanto, ao impor sua cronologia em relação a povos originários, constitui mais uma faceta da violência epistêmica no sentido de negar suas histórias e memórias.

4.2. Um olhar desde o Sul

Uma das maneiras de subverter essa fragmentação entre passado e presente consiste em se permitir enxergar continuidades entre populações de agora e de antes. Como foi mostrado no segundo capítulo, evidências de ocupação na Costa Pacífica, assim como na bacia Amazônica e no Planalto Brasileiro, revelam um histórico de manejo de plantas de grande importância, além da caça de amplo espectro (e não só de grandes animais) e também da pesca (Adriana DIAS; Lucas BUENO; Gustavo WAGNER, no prelo). Dessa maneira, propõe-se que se redirecione o olhar para esse outro aspecto fundamental do modo de vida de povos caçadores-coletores, sua relação com as plantas, tirando o foco da caça, de forma a ampliar nosso entendimento.

Uma das dificuldades deste capítulo foi evitar palavras que remetessem a uma noção moderno-capitalista sobre as plantas e as espécies vegetais. Em uma

primeira versão, meu texto estava repleto do termo “recursos”, e não por acaso. Como aponta Juliana Machado,

na arqueologia, paisagem é tida muitas vezes como sinônimo de meio-ambiente, dissociada da sociedade humana e concebida como repositória de recursos necessários para obtenção e manutenção da subsistência dos grupos humanos; como sinônimo de espaço, paisagem como terra, composta por componentes bióticos e abióticos, com estrutura e transformação própria, decorrente de uma dinâmica interna a qual os homens tentam se adequar e domesticar. Essa mesma paisagem externa, que precisa ser domesticada para ser incorporada pode ser vista como algo indissociável, construído não apenas pela domesticação, mas pela percepção (Juliana MACHADO, 2013, p. 78).

Levando em consideração que a abordagem aqui proposta procura uma aproximação com visões de mundo não-ocidentalizadas, essa palavra não cabe.

Enquanto na busca por um termo que fizesse mais sentido, assisti a uma mesa redonda com o escritor Itamar Vieira Junior e o pensador indígena Ailton Krenak (2020). Falando sobre seu livro “Torto Arado” (2019), que tem como protagonistas populações rurais e comunidades quilombolas da região da Chapada Diamantina, Itamar discorre sobre como essas pessoas não vêem os elementos da natureza como recursos, mas como entes, como pessoas. Nesse sentido, a terra não é exterior a essas populações, e isso que chamamos de “natureza” não as cerca: ambas são parte dessas pessoas.

Essa fala também me remete a Vanessa Watts-Powless (2017), onde ela defende que as percepções indígenas sobre o que constitui “sociedades” vão muito além das interações apenas entre humanos, e envolve as intersecções entre os mundos humanos e não-humanos, integrando o mundo dos animais, dos espíritos, dos minerais e dos vegetais. Mais que isso, nas perspectivas históricas dos povos Anishnaabe e Haudenosaunee trazidas por Watts, não há distinção entre lugar e pensamento. O que existe é o Lugar-Pensamento, baseado no princípio de que a terra – entendida também como território ancestral – não só está viva, mas também pensando, e “que humanos e não humanos derivam sua agência das extensões desses pensamentos” (Vanessa WATTS-POWLESS, 2017, p. 252).

Assim como não há a separação ontológica entre lugar e pensamento, não há fragmentação entre seres humanos e não-humanos, e a capacidade de pensar, agir e interpretar o mundo não constitui uma exclusividade humana, como na perspectiva ocidental. Dessa maneira, pensar em *interações* entre esses diferentes entes faz

mais justa à abordagem que proponho do que uma visão de mundo em que seres humanos ativamente manipulam e exploram, enquanto seres não-humanos desempenham apenas um papel passivo nessa relação. Também inspirada pela leitura de Tim Ingold (2000), procurei então compreender as plantas enquanto *entes vegetais*. Pretendo, dessa forma, ao menos aproximar-me um pouco de uma concepção de mundo em que a capitalização de elementos naturais não constitui seu valor primordial.

No esforço de conceber o que ele chama de “ecologia da vida”, Ingold busca uma compreensão da ação e da intencionalidade humanas ancoradas em um engajamento mútuo entre pessoas e seus ambientes. Entretanto, considerar uma abordagem ecológica nesses termos, o autor argumenta, põe em xeque os princípios básicos do paradigma explanatório neo-darwiniano. Isso porque a teoria evolucionista neo-darwiniana tem como premissa fundamental que

os atributos morfológicos e propensões comportamentais de organismos individuais devem ser especificáveis, em algum sentido, independentemente e previamente a sua entrada em relações com seus meio-ambientes, e que os componentes dessas especificações – sejam genes ou (em humanos) seus análogos culturais – devem ser transmissíveis através das gerações (Tim INGOLD, 2000, p. 38).

Levando em consideração as modelagens da teoria do forrageio ótimo³¹ aplicada a povos caçadores-coletores dos estudos de ecologia evolutiva humana, Ingold argumenta que essas especificações independentes são, na melhor das hipóteses, abstrações. Para o autor, as formas e capacidades de organismos seriam as propriedades emergentes de sistemas de desenvolvimento. No caso de povos caçadores-coletores, aprendizes guiadas/os por mentoras/es mais experientes desenvolveriam suas habilidades em um envolvimento prático com os elementos de seu ambiente na condução de suas tarefas diárias (Tim INGOLD, 2000).

Na perspectiva do autor,

³¹ “(...) o ponto de partida para a ecologia evolucionista humana é que o comportamento forrageiro de caçadores-coletores humanos, assim como o de seus correlatos não-humanos, pode ser entendido como a aplicação, em contextos ambientais específicos, de regras de decisão ou “algoritmos cognitivos” que foram moldados por meio de um processo darwiniano de variação sob a seleção natural. Dessa premissa foi derivado um corpo teórico, conhecido como a “teoria do forrageio ótimo”, consistindo em modelos formais que prevêm como, sob determinadas condições externas, um/a forrageiro/a deve se comportar, assumindo que o objetivo principal é maximizar o equilíbrio entre a ingestão de energia dos recursos colhidos e os custos de energia de aquisição (Tim INGOLD, 2000, p. 28).

o cientista – neste caso o ecólogo evolucionista – constrói um modelo abstrato com base no qual ele pode calcular o que seria melhor para o caçador-coletor fazer; esta previsão é então “testada” contra o que o caçador-coletor realmente faz. Se a prática observada estiver em conformidade com a previsão, diz-se que o modelo fornece uma explicação final para o comportamento do caçador-coletor. A seleção natural se apresenta, nesta explicação, não como um processo do mundo real, mas como o reflexo da razão científica no espelho da natureza, fornecendo ao teórico a desculpa para exibir modelos *de* comportamento como se fossem explicações *para* o comportamento (Tim INGOLD, 2000, p. 38, grifos no original).

De forma contrária à ontologia hegemônica ocidental, em que a razão existe de maneira descolada do mundo, e precisa formular explicações sobre ele antes de qualquer engajamento possível, Ingold defende uma ontologia em que essa ordem de primazia seja invertida. Seguindo o exemplo de povos caçadores-coletores, o autor sustenta a perspectiva de uma condição humana, assim como outros seres, imersa no mundo desde o início, em um envolvimento ativo, prático e mútuo com os seres constituintes desse mundo (Tim INGOLD, 2000).

Ingold problematiza também a própria designação genérica de “forragem” ou “forrageiro” para se referir às atividades de caça e coleta. Como ele mostra, essa designação deriva da ecologia e caracteriza atividades que não envolvem produção, contribuindo para uma visão naturalista dos povos caçadores-coletores. Nessa lógica dicotômica, a forragem estaria em oposição à produção, na medida em que a primeira envolveria uma interação no plano da natureza entre o organismo humano e seu meio-ambiente, enquanto a segunda implicaria a intervenção em uma natureza separada da sociedade. Para o autor, na ontologia de povos caçadores-coletores, só haveria um plano em que seres humanos, enquanto organismos-pessoas, participam em atividades de busca alimentos e matérias-primas.

Nessa dicotomia criada pela ontologia moderno-ocidental entre coleta e produção reside também a oposição entre domesticação de plantas (atrelada ao domínio da produção) e a coleta de plantas. Nesse entendimento, a dita “seleção artificial” de plantas e animais constitui um critério fundamental para distinguir a produção de alimentos da coleta de alimentos, marcando assim também a transição entre o modo de vida caçador-coletor e o surgimento da agricultura e do pastoralismo (Tim INGOLD, 2000). Contudo, essa noção de domesticação apresenta anomalias, já que tanto no passado quanto no presente, espécies selvagens e “domesticadas” podem não apresentar diferenças consideráveis.

Ingold atribui essas anomalias à própria oposição excludente entre coleta e produção. Nessa lógica, ou se encontra a comida já pronta, ou é necessário produzi-la. Como veremos nos exemplos adiante, boa parte das atividades do que consideramos coleta e produção coexistem, sendo quase muito difícil traçar essa linha imaginária que separa os dois domínios. Aí entra a noção de “manejo de plantas” que se situa no interstício dessas duas categorias. Ingold, de forma a eliminar a dicotomia entre as duas noções, sugere a perspectiva de que plantas, assim como animais e crianças, não são produzidas, mas *crecem*, no sentido de que são criadas condições para seu desenvolvimento. Nesse prisma, da mesma forma que pensamos que as plantas fazem parte do ambiente de seres humanos, fazendo o caminho inverso, concluímos que seres humanos também fazem parte do ambiente das plantas (Tim INGOLD, 2000).

A concepção de relação com as plantas em que estas não são exclusivamente produzidas ou coletadas, mas que de uma forma geral *crecem* em conjunto com os outros seres – inclusive humanos – nos ajuda a refletir sobre diferentes maneiras de se enxergar os vestígios arqueológicos. Mesmo utilizando a palavra manejo, na falta de um vocábulo mais apropriado para designar essa interação com entes vegetais, quero acreditar que neste capítulo percorro um caminho na direção de outra arqueologia. Uma arqueologia que possa contemplar a complexidade dessas relações entre seres humanos e não-humanos que compõem o mundo, colocando em diálogo diferentes perspectivas sobre a interação de povos indígenas e populações tradicionais com as plantas nas terras baixas sul-americanas.

4.2.1 Plantas que crescem: povos indígenas e o manejo de vegetais

De um ponto de vista da ciência tradicional, cada vez mais evidências sugerem o caráter antropogênico de paisagens de florestas tropicais, como o bioma amazônico, onde a composição e estrutura da flora moderna teriam sido influenciadas por atividades humanas no passado (Carolina LEVIS et al., 2017). Na floresta amazônica, duzentos e vinte sete (227) espécies (1,94% do total de cerca de 16.000 espécies) são hiperdominantes e compõem quase metade dos indivíduos da flora amazônica (cerca de 50% do total de árvores) (Hans ter STEEGE et al., 2013). Nesse universo, pelo menos oitenta e cinco (85) espécies de plantas foram domesticadas de forma incipiente, semi-domesticadas ou completamente

domesticadas por populações indígenas pré-coloniais, sendo que vinte (20) delas são espécies hiperdominantes (Carolina LEVIS et al., 2017). Além disso, evidências genéticas e morfológicas de domesticação de plantas de antes de 8.000 anos AP foram encontradas na Amazônia (Carolina LEVIS et al., 2017), o que sugere que o manejo de plantas já estava acontecendo de maneira consistente desde muito antes.

Gustavo Politis, em um estudo etnoarqueológico sobre a mobilidade do povo Nukak, uma etnia ameríndia que vive da caça e da coleta na Amazônia colombiana, conclui que essa mobilidade consiste em “uma estratégia sofisticada de manejo e uso dos recursos florestais” (Gustavo POLITIS, 1996, p. 504). Como foi dito, esse manejo de plantas não está necessariamente ligado a uma domesticação de espécies e, conseqüentemente, à prática da agricultura tal qual a concebemos no modelo convencional de transição de um modo de vida caçador-coletor para agricultor, associada a experiências no Oriente Médio (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019).

Por uma questão de foco, não será abordada aqui em toda a sua extensão os estudos de arqueobotânica e sua importância para vislumbrar as diversas formas de interação entre seres humanos e entes vegetais. É importante, destacar, porém, que a própria concepção de agricultura tem sido repensada, especialmente nos últimos vinte anos, com fundamentais contribuições de pesquisas desenvolvidas na América do Sul por arqueólogas/os latino-americanas/os e estrangeiras/os, como as pesquisas de Rita Scheel-Ybert e Célia Boyadjian (2020), Jennifer Watling e colegas (2018), José Iriarte (2007), entre outras/os.

Nesse sentido, a visão tradicional de domesticação de plantas, baseada na dicotomia entre espécies domesticadas e não-domesticadas, não se sustenta no contexto amazônico (e, possivelmente, em outras paisagens). Desse modo,

existe um amplo espectro de plantas que são modificadas ou manipuladas humanamente sem serem domesticadas no sentido clássico do termo (...). No caso Nukak, várias espécies são manejadas ou manipuladas. Isso significa que uma espécie se concentra em determinados setores da floresta, mas não há modificação de seu fenótipo ou genótipo. Dentro deste espectro, palmeiras como patauá (*seje*), sororoca (*tariago*), e as árvores *popere* e *guana* são encontradas em concentrações excepcionalmente densas em toda a floresta tropical (Gustavo POLITIS, 1996, p. 504).

Gustavo Politis relaciona a formação de “pomares selvagens” à mobilidade do povo Nukak. Esses pomares selvagens são áreas de concentração de plantas amplamente consumidas por pessoas Nukak na floresta, principalmente palmáceas. Ele afirma que não é possível fazer uma correlação direta entre esses pomares e uma intencionalidade da parte de pessoas Nukak, já que não há indício de agricultura em relação às espécies ali presentes. Entretanto, Politis associa o manejo e a concentração dessas espécies, e possivelmente de outras, ao corte de árvores e plantas nos movimentos de mudanças de residência ou nos caminhos de caça e coleta, além da alta concentração de sementes nos acampamentos em decorrência do consumo de frutos dessas espécies de plantas (Gustavo POLITIS, 1996). Sendo assim, as residências mudam de lugar, mas esses pomares selvagens são lugares para os quais as pessoas podem voltar de maneira recorrente.

Essa perspectiva ecoa nas conclusões de outras/os pesquisadoras/es, já que essas espécies, árvores e arbustos perenes, semeadas em acampamentos ou na beira de trilhas de caça e coleta, seriam favorecidas pela incidência de luz suficiente para seu desenvolvimento por meio da abertura na vegetação. Essas plantas, diferente de um roçado de plantas com ciclo de vida curto que exigem ampla incidência de luz, conseguem se estabelecer sem abertura total da área (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019). No caso Nukak, como a área de acampamento não é uma clareira, outras espécies que crescem de forma rápida e agressiva quando expostas à luz solar direta, como vinhas e arbustos, não ofereceriam competição às palmeiras e outras plantas comestíveis consumidas por esse povo. Além disso, acampamentos abandonados não são reocupados e assim essas árvores e plantas que cresceram não são destruídas por outra ocupação humana no local (Gustavo POLITIS, 1996). Muito distinto de um cenário onde grupos humanos perambulariam por “caminhos aleatórios pela floresta tropical em busca de alimentos vegetais (o modelo caçador-coletor de alta mobilidade)” (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019, p. 273), faz muito mais sentido pensarmos que o próprio sistema de mobilidade dessas populações favoreceria a alta concentração de plantas comestíveis, como se verifica em relação ao povo Nukak (Gustavo POLITIS, 1996).

Myrtle Shock e Claide Moraes, por sua vez, propõem que as populações que ocuparam a Amazônia, no Holoceno inicial, estariam conscientes das propriedades e da distribuição de espécies vegetais presentes na floresta, como árvores frutíferas e palmeiras (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019). Os autores consideram que até

mesmo para o sucesso na caça seria imprescindível esse tipo de conhecimento do território. Politis também nos encoraja a ver pessoas Nukak como agentes de transformação dessa paisagem de floresta tropical, na medida em que manipulam e concentram espécies ao possuírem amplo conhecimento do ambiente em que vivem (Gustavo POLITIS, 1996).

No caso das/os Z'óé, embora não seja um povo caçador-coletor, “têm uma estratégia de obtenção de recursos alimentícios de alta mobilidade” (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019, p. 276). Entre as pessoas Z'óé, as atividades de caça e coleta estão entrelaçadas na dinâmica de interação com a paisagem. Uma importante fonte de proteína da dieta Z'óé consiste na caça de primatas, o que envolve um conhecimento do ambiente, assim como seus hábitos, deslocamentos e mapeamento de espécies vegetais que os atraem. Dessa maneira, o manejo de plantas ou a manutenção desse manejo incorre no favorecimento tanto da caça quanto da coleta, já que há coincidência entre várias espécies de plantas consumidas pelo povo Z'óé e que são de interesse de primatas (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019). No caso do povo Wajãpi, Joana Cabral de Oliveira também documenta as relações alimentares entre animais e plantas como “um importante núcleo do conhecimento sobre a floresta” (Joana CABRAL DE OLIVEIRA, 2012, p. 42). Nesse sentido, as pessoas Wajãpi se atentam aos frutos silvestres, não só pelo seu potencial comestível, mas sobretudo em virtude dessas relações.

Entre as etnias indígenas atualmente situadas na região do rio Trombetas, na Amazônia, se verifica similarmente a relação entre o reconhecimento de territórios, plantas e animais que deles se alimentam. Nesse sentido, as/os habitantes do Mapuera fazem a identificação de “uma *ewtotho* (aldeia antiga), ou uma *ewtotí* (capoeira antiga), pelas plantas nativas, sobretudo as palmeiras (bacaba, açai, buriti), e pelos animais que se alimentam de seus frutos, como as aves e os pequenos mamíferos” (Camila JÁCOME; Jaime Xamen WAI WAI, 2020, p. 11). Dessa maneira, esses lugares são especialmente procurados para a caça de animais e coleta de vegetais.

Maíra Smith (2013), em seu trabalho com o povo Kuikuro, um povo de língua Karib do alto Xingu, documenta o manejo do pequi como uma característica comum a todos os povos indígenas desta região na forma de “pomares de pequi plantados em antigas roças de mandioca em áreas de floresta” (Maíra SMITH, 2013, p. 46). Ela destaca também a importância dos pomares de pequi como indícios para identificar

antigas aldeias. No caso dos Kuikuro, a floresta é marcada por uma intrincada rede de caminhos terrestres utilizados em atividades de coleta de plantas para fins diversos. Esse ambiente se caracteriza como

um mosaico composto por habitats com diferentes níveis de intervenção humana, desde áreas cultivadas temporárias (roças), pomares permanentes (pequizais), passando por capoeiras de diferentes idades até a floresta madura. O pequizeiro, enquanto árvore cultivada no Alto Xingu e os pequizais podem ser considerados marco de transição entre a floresta (cujas árvores silvestres são os antepassados das pessoas) e o espaço domesticado das roças (Maíra SMITH, 2013, p.84).

Além de ser plantado nos quintais da aldeia, o pequi também é cultivado em pomares na mata, em áreas próximas de assentamentos permanentes ou temporários, e seu cultivo marca o início de uma nova ocupação. Diferente da mandioca e de outros cultivos com curto ciclo de vida, trata-se de uma planta perene, e sua relação com os Kuikuro passa de geração em geração (Maíra SMITH, 2013).

No caso Wajãpi, embora a agricultura seja central no seu modo de vida, a caça e a coleta constituem atividades também essenciais, e seu manejo de plantas vai muito além da domesticação de espécies presentes em suas roças. Em seu trabalho, Joana Cabral de Oliveira enfatiza como só é possível entender a relação do povo Wajãpi com as plantas domesticadas na roça (*koo*) dentro de um contexto que envolve também as plantas não-domesticadas – no sentido clássico do termo – da floresta (*ka'a*). Quanto à noção de *ka'a*, que pode ser entendida como floresta ou mata(s), embora haja uma ênfase na dimensão da vegetação, não é possível separar as plantas que povoam a *ka'a* e os animais que nela habitam. Nessa perspectiva, podemos entender a floresta como um espaço multiespecífico, isto é, onde a relação entre várias espécies lhe é intrínseco. No mundo Wajãpi, longe de haver uma relação dicotômica entre o espaço domesticado e o não-domesticado, roça/aldeia e floresta, há sobretudo um movimento dinâmico entre *taa* (aldeia), *koo* e *ka'a*, onde essas dimensões constituem “uma dinâmica de ocupação territorial: um jogo entre clareira (domínio dos homens) e floresta (domínio de outrem) em que um avança sobre outro de modo ininterrupto” (Joana CABRAL DE OLIVEIRA, 2012, p. 14).

As expedições de caça são ocasiões privilegiadas para o conhecimento e mapeamentos de áreas da floresta, onde se notam e memorizam a presença de plantas apreciadas tanto por humanos quanto por animais a serem caçados:

Alguns aspectos da cobertura vegetal também são relevantes. Especial ênfase é dada a locais onde há concentração de espécies frutíferas selvagens, *momae'yva*, categoria antes descrita. No percurso para a distante aldeia *Karavõvõ*, passamos pelo notório *Marukaty* (*maruka* = nome de uma árvore frutífera + *-ty* = conjunto; Marucazal), que por ser uma árvore endêmica dessa região da TIW, é um importante referencial. Vários Wajãpi, ao saberem que eu havia ido ao *Karavõvõ*, perguntaram se eu vira e provara o famoso *maruka*. Além disso, a concentração de árvores frutíferas que servem de alimentos para os animais é referência essencial na cartografia wajãpi, pois é nesses lugares que se realiza a tocaia – modalidade em que o caçador fica à espreita dos animais que vêm se alimentar. As árvores de *pekia* (pequiá, *Caryocar*), por exemplo, são importantes marcadores desse tipo: na época de sua floração veados e cutias são atraídos pelas cheirosas flores que branquejam o solo. Pude ouvir diversas vezes caçadores combinando de ir a determinados pontos para esperar suas presas sob pés de *pekia* (Joana CABRAL DE OLIVEIRA, 2012, p. 109).

Também é mapeado onde há frutos para a coleta, árvores que fornecem palha para cobrir casas, assim como lugares propícios para a construção de uma nova aldeia, abertura de roças, cursos d'água para pescar ou banhar-se, entre outros elementos do ambiente. Significativo destacar que não são somente homens que saem da aldeia em expedições de caça, ou seja, esse conhecimento não lhes é exclusivo. Embora os homens realizem a atividade de caça em si, eles geralmente são acompanhados por diversos mulheres e crianças, que permanecem no acampamento de caça, realizando outras atividades.

Além dos cursos d'água, montanhas, cavernas ou grandes pedras expostas serem importantes marcadores do espaço, a vegetação também é fundamental em termos de mapeamento do território e reconhecimento de lugares familiares, sendo um dos principais elementos de referência na paisagem, inclusive em termos de orientação em caminhos que saem das trilhas:

Ao sairmos da trilha, Pasiku, que nos guiava, ia à frente cortando alguns arbustos com seu terçado. Em alguns momentos ele parava, assuntava os barulhos e observava ao seu redor, buscando referências para continuar, tal como o bacabal (*pinoty*) pelo qual passaríamos. Perguntei-lhe como sabia a direção certa, já que não seguíamos por uma trilha: “Tenho mapa dentro da minha cabeça!”, disse ele (Joana CABRAL DE OLIVEIRA, 2012, p. 108).

Isso também se expressa na toponímia, nos nomes de caminhos e pontos de parada, na forma como trajetos são recordados e reconhecidos. Por exemplo, uma aldeia abandonada se chama *Pypyiny* (Pupunhal) e apresenta uma concentração da palmeira Pupunha (Joana CABRAL DE OLIVEIRA, 2012, p. 111). Assim, as plantas da *Ka'a* carregam em si as marcas de um conhecimento e de um passado rememorado a cada vez que seus detalhes são observados. Elas constituem memórias vivas desses povos.

Em uma das aulas do Curso Livre de Arqueologia Amazônica ministrada pelo arqueólogo indígena Jaime Xamen Wai Wai (2020), ele nos relata o desenvolvimento de sua pesquisa sobre a cerâmica Konduri, e como os velhos Wai Wai lhe disseram que era preciso ir além dos vestígios arqueológicos (aqui considerados os vestígios arqueológicos por excelência, os artefatos) e encontrar na paisagem as marcas de antigas aldeias. Nessa perspectiva, a presença de determinadas plantas aparece como elemento fundamental marcador da paisagem. Xamen fala da presença de “plantas usadas como remédio, ambé, na língua portuguesa; timbó”, plantas que teriam relações com os antigos, empregadas como medicamentos, e que se destacam na paisagem (Jaime Xamen WAI WAI, 2020).

Outro indicativo de antigas ocupações é a presença de plantas de onde são extraídos pigmentos para a decoração de artefatos, não só em cerâmica, mas também de trançados, como a *tahxa* (ingazeira do mato) e a folha *karayuru*, entre outras. Xamen também fala sobre plantas utilizadas para confeccionar os trançados e canoas como marcadores de “roças velhas” e “aldeias antigas” (Jaime Xamen WAI WAI, 2020). Extrapolando essa informação, podemos pensar que essas e outras espécies vegetais que fornecem pigmentos também são utilizadas para pinturas corporais. Xamen nos apresenta também a maneira Wai Wai de formular “suas arqueologias”, isto é, o conhecimento Wai Wai sobre isso que chamamos de arqueologia e a maneira como identificam e reconhecem essas ocupações ancestrais. Nesse sentido, ele reitera a importância de não se atentar somente aos artefatos, sendo preciso olhar para outros indicativos que podemos encontrar nos sítios arqueológicos (Jaime Xamen WAI WAI, 2020).

Camila Jácome e Xamen Wai Wai (2020) também ressaltam que o fato de haver ou não uma continuidade direta ou temporal (no sentido de tempo ocidental) entre populações indígenas atuais e ocupações arqueológicas não implica

necessariamente uma dissociação entre essas duas dimensões. Ao mencionar as/os habitantes do Mapuera, Jácome e WaiWai, acreditam que

os Wai Wai, Katxuyana, Kahyana, Tikiyana, entre outros, tenham na memória oral os lugares que, desde a colonização, eram considerados como bons locais para se construir uma aldeia, conforme padrões tradicionais, e que essa 'memória' de 'um bom lugar para se viver' permaneça relativamente persistente ao longo do tempo (Camila JÁCOME; Jaime Xamen WAI WAI, 2020, p. 11).

Nesse artigo, a autora e o autor procuram aproximar conhecimentos da arqueologia indígena daquela não-indígena, investigando a percepção do que a modernidade vê como vestígios arqueológicos desde concepções indígenas da região do rio Trombetas. Buscando informações por meio dos relatos orais sobre a relação da paisagem e da cerâmica com a cosmologia desses povos, propõem uma interlocução entre as longas cronologias da arqueologia e a memória e história oral indígenas. Sendo assim, lugares associados pela arqueologia a antigas ocupações podem ser percebidos como lugares de história de antepassados, e de outros seres não-humanos e espíritos. Longe de pertencerem ao passado como a arqueologia moderna o entende, estão constantemente sendo significados e ressignificados no presente desses povos.

4.2.2 Populações tradicionais e os caminhos das plantas

Movendo-se para além da pesquisa com populações indígenas, Juliana Salles Machado, em sua tese de doutorado, mostra a relevância também de pensar a relação entre plantas e pessoas no contexto de populações ribeirinhas da Amazônia. Na ilha de Caviana, no delta do rio Amazonas, as pessoas que ali vivem e viviam não enxergam a floresta como um espaço homogêneo, mas contemplando-a em sua diversidade, entrecruzando histórias passadas e presentes (Juliana MACHADO, 2012).

Machado observa uma continuidade entre as populações ribeirinhas e os povos indígenas que os antecederam, manifestada tanto no interesse daquelas em relação a esses, quanto na presença das mesmas espécies nos quintais de populações ribeirinhas e nos antigos assentamentos indígenas. Esses espaços, que Machado denomina como "áreas abandonadas", denotam não só antigos assentamentos indígenas, mas também todos os caminhos, casas, roças e terreiros

em algum momento utilizados por humanos – não mais utilizados cotidianamente, mas que tem função de fonte de meios de subsistência para famílias ribeirinhas (Juliana MACHADO, 2012).

Corroborando a ideia de floresta cultural, a autora procura ampliar esse conceito para abarcar uma visão de humanização da floresta a partir da relação das mulheres ribeirinhas com suas plantas, buscando evidenciar o significado desse manejo ambiental por meio de suas atividades cotidianas (Juliana MACHADO, 2012). O trabalho de Juliana Machado é fascinante no sentido de documentar essas intrincadas relações de ribeirinhas com o manejo de espécies vegetais, assim como as redes de trocas de plantas entre essas sujeitas, que implicam um fluxo de saberes ao longo de gerações e ultrapassam largamente o mero interesse econômico das famílias em relação às plantas.

Interessante observar ainda como o próprio termo *planta* adquire um significado muito específico no contexto das mulheres de Caviana: “se aplica apenas àquelas espécies vegetais que tinham sido ou eram alvo de alguma forma de relação com as pessoas, pelo cultivo, pelas podas, pela limpeza ou pelo plantio”. Planta, dessa forma, caracteriza somente espécies vegetais que foram expostas “a uma relação com uma pessoa humana. As plantas são o resultado dessa relação” (Juliana MACHADO, 2012, p. 204). As outras são classificadas apenas como “mato”.

Assim, a maior parte das árvores encontradas em terreiros, canteiros e roças são consideradas plantas. No caso das *plantas* encontradas no meio da mata, elas sempre são atribuídas a alguém, seja a indígenas, animais ou outras pessoas que por ali passaram. Ao ver certas plantas no interior da floresta, as ribeirinhas buscam seu dono, associando essas espécies a alguma forma de manejo. A exceção a essa regra é o açaí, que apresenta um caráter dúbio, pois não é chamado de planta, embora sua proliferação esteja ligada ao manejo humano, e pequenas concentrações dessa espécie sempre sejam vistas como evidências de ocupação humana prévia. A noção de *planta* se relaciona, assim, com a categoria nativa “lugares de gente”, que carrega não somente o reconhecimento do manejo humano de setores da floresta, mas uma conexão afetiva e pessoal com esses espaços.

Em outro contexto, desta vez no cerrado brasileiro e a partir de uma abordagem assumidamente decolonial, Sarah Schmidt, nos fala a partir de sua interlocução com garimpeiras artesanais afrodescendentes de São João da Chapada, distrito de Diamantina, em Minas Gerais, suas vivências cotidianas em

resistência à crescente mercantilização da vida, entre outros efeitos do avanço do capitalismo na região. A autora nos relata como as atividades de cultivo e garimpo artesanal naquela área são complementadas por atividades que, de forma generalizada, a arqueologia classifica como coleta. Dessa maneira, a coleta de diversos tipos de plantas – “para usos medicinais, para benzer, para comer, para ajudar a manutenção do fogo, para confecção de travesseiros, vassouras, cestos, além da mais citada sempre-viva” - constitui parte fundamental da dinâmica de subsistência dessa comunidade de São João da Chapada (Sarah SCHIMIDT, 2018, p. 22).

Boa parte dessas plantas é colhida nos caminhos por onde passam essas mulheres no ir e vir de suas tarefas cotidianas, e assim também é feito seu manejo. Mulheres e crianças se dedicam a arrancar ervas daninhas, deixando-as na superfície para proteger e adubar o solo, permitindo o melhor crescimento das plantas consideradas importantes para aquelas comunidades. Nesse manejo, há uma notável preocupação em somente se colher o que se precisa, mantendo a reprodução saudável dessas espécies vegetais utilizadas, garantindo o sustento perene não só da comunidade humana, mas de outras entidades que ali habitam, “sejam humanas, não-humanas, vivas ou não-vivas, animadas ou inanimadas” (Sarah SCHIMIDT, 2018, p. 28).

Nesse caso, os deslocamentos e a itinerância também são intrínsecos tanto ao manejo de plantas quanto ao garimpo artesanal de ouro e diamante, e que vem sendo limitado pelo cercamento de terras na região, ao proibir caminhadas por terrenos onde se obtinham aqueles meios. Assim,

O cercamento, em São João da Chapada, é instrumento chave para o desenvolvimento do capitalismo e a ocupação da vida, impedindo a circulação não apenas de pessoas, mas de muitos outros seres. O cercamento impede a livre interação e retira os meios de sobrevivência das relações mútuas de manutenção, relações que por isso mesmo, não são modernas. Para garantir que os cercamentos possam se dar em qualquer tempo e lugar, interferindo em territórios e relações tradicionais com a terra, uma das principais ações do Estado moderno é a regulamentação de propriedade e uso da terra (Loredana RIBEIRO; Sarah SCHIMIDT, 2019, n.p.).

Sarah Schimidt destaca também como as leis ambientais não dão conta de reconhecer como o ecossistema da região está constantemente sendo moldado por essas interações entre pessoas humanas e plantas, tanto pelas atividades do

garimpo artesanal, quanto pelas atividades de coleta/manejo de espécies vegetais, entre outras (Sarah SCHIMIDT, 2018). Tanto os cercamentos quanto as monoculturas de eucalipto e de gramíneas não-nativas, sintomas da crescente pressão capitalista em São João da Chapada, são também responsáveis por diminuir a oferta de espécies de plantas consumidas por essa comunidade.

Esse processo, além de alterar profundamente a paisagem da região, também ocasiona a transformação do modo de vida dessas pessoas que contam com a coleta como parte de seu sustento, forçando-as a se valer somente da agricultura como único ou principal meio de subsistência (Sarah SCHIMIDT, 2018). Isso tem como consequência aumentar a dependência dessas pessoas em relação a agricultura (e conseqüentemente, o mercado), o que engendra uma maior monetarização da vida e o aprofundamento de desigualdades. Dessa maneira, “a diminuição das oportunidades de relação com os outros seres – de pegar na planta, ver os bichos, sentir a água na pele, colocar o pé no chão – distancia as pessoas de onde elas estão, fortificando a moderna dicotomia natureza X cultura” (Loredana RIBEIRO; Sarah SCHIMIDT, 2019, n.p.).

Nas costuras aqui tecidas quanto às relações de diversas populações com as plantas, as mulheres se apresentam enquanto protagonistas dessas relações, aparecendo também o papel fundamental das crianças nesse manejo que, de forma geral, envolve todos os membros de uma comunidade. Como ressalva, entretanto, gostaria de salientar que não pretendo reforçar a associação entre manejo de plantas e mulheres, mas sobretudo indicar como a ênfase na caça reflete preceitos masculinistas da ciência e obliteram conhecimentos possíveis de serem formulados em relação ao registro arqueológico de populações no passado. Estas pesquisas sugerem que a relação entre plantas e grupos humanos transborda e complexifica presunções modernas baseadas em associações diretas e simplistas entre plantas e mulheres.

Ao mesmo tempo, as mulheres têm sido repetidamente associadas às atividades de coleta, como foi visto nos capítulos anteriores. Portanto, é preciso reconhecer que a marginalização das plantas enquanto categoria arqueológica fundamental para se entender o modo de vida de povos caçadores-coletores decorre de políticas acadêmicas masculinistas e não pode ser descolada da centralidade do paradigma do *man-the-hunter* nesses estudos. Nesse sentido, compreendendo a importância do manejo de plantas para povos indígenas e não-indígenas das terras

baixas sul-americanas, é lógico se perguntar se o termo caçadores-coletores, embebido em um modelo altamente pervasivo de ênfase na caça, não oblitera mais do que elucida a compreensão acerca da realidade dos primeiros povos que habitaram as Américas.

4.2.3 Arqueologias colaborativas

Semelhanças e entrecruzamentos entre as comunidades descritas são evidentes. Embora tão díspares, todas têm em comum uma relação com o ambiente que os cerca não baseada na exploração capitalista ou na cisão moderna entre natureza e cultura. Nesse terreno, estamos bem longe da maximização da taxa de retorno energético dos modelos matemáticos de forragem ótima que orientam uma parte considerável de estudos sobre povos caçadores-coletores. As dinâmicas de produção e reprodução que regem populações não-modernas, nesse sentido, estão mais próximas dos primeiros habitantes que povoaram o continente, do que modelagens inspiradas na racionalidade utilitarista da micro-economia. Nessa lógica, o que a arqueologia entende como atividades de coleta e/ou o manejo de plantas constitui parte integral de modos de vida tradicionais de populações que existem e resistem ativamente contra a colonização/capitalização de seus modos de vida.

Minha intenção, tampouco, é colocar em oposição caça e coleta. Isso somente reforçaria uma perspectiva dicotômica da qual pretendo fugir. Ao trazer essas pesquisas com povos indígenas, populações ancestrais e sua relação com as plantas, busco evidenciar outros caminhos de se observar as populações extintas e as marcas deixadas por elas, desviando o olhar do artefato formal e olhando para outros indicativos da paisagem.

Para além de uma mudança de objeto de pesquisa somente, o que está em questão aqui são as dinâmicas de relacionalidade e mutualidade entre seres humanos e não-humanos em todas as populações que entretêm relações não-modernas (Vanessa WATTS-POWLESS, 2017; Heather DAVIS; Zoe TODD, 2017; Loredana RIBEIRO; Sarah SCHIMIDT, 2019). Isso porque, como foi visto nos capítulos anteriores, a fragmentação entre humano/cultura, de um lado, e não-humano/natureza, de outro, constitui um dos pilares da modernidade, e é por ela perpetuada, replicando a violência epistêmica fundacional do colonialismo europeu (Heather DAVIS; Zoe TODD, 2017). Entretanto, as relações com as plantas aqui abordadas são de outra ordem, onde essas não são hierarquizadas: há uma

mutualidade entre humano e ambiente, onde ambos se constroem de forma recíproca nessa relação.

A partir dessas experiências, somos capazes de sair de uma visão em que essas populações são limitadas pelo seu ambiente, para uma perspectiva em que esses povos interagem com que está a sua volta, “transformando e manejando o meio onde viviam e criando paisagens a partir de seus próprios objetivos, percepções e visões de mundo” (Fabíola SILVA, 2009, p. 29).

Nessa lógica, em um esforço de compreender os processos culturais que engendraram evidências arqueológicas na paisagem, as pesquisas de arqueologia com povos indígenas têm sido de fundamental importância. Em uma perspectiva crítica, a adoção de princípios universalistas para a construção de análise do registro arqueológico, não só pode distorcer como também limitar consideravelmente o conhecimento que pode ser produzido a partir dele. Nesse sentido, a etnoarqueologia se apresenta como com uma ferramenta importante no sentido de questionar nossas pressuposições acerca de fenômenos sociais associados ao registro arqueológico e a forma como os interpretamos:

A etnoarqueologia em terra indígena revela que as populações têm suas próprias interpretações cosmológicas e científicas sobre os vestígios arqueológicos, bem como sobre os significados da própria pesquisa. Nesse caso, a importância da arqueologia e da etnoarqueologia na Amazônia transcende os espaços acadêmicos e se torna uma ferramenta além do conhecimento, reforçando a luta indígena pela soberania territorial, autonomia e manutenção da sua identidade cultural (Fabíola SILVA, 2009, p. 34).

Aqui Fabíola Silva fala especificamente do caso amazônico, mas isso vale para qualquer contexto de pesquisa com populações vivas. Dessa forma, é importante que não se veja a arqueologia como analogia para não incorrer no perigo de distorcer ou simplificar os fenômenos observados no registro arqueológico. Ao invés de simplesmente instrumentalizar esse tipo de pesquisa para a elaboração de modelos interpretativos que relacionam o presente com o passado, há muito mais coerência em pensar a arqueologia com povos indígenas como um instrumento que pode favorecer a observação de variabilidades em termos de comportamento humano e possíveis transformações culturais ocorridas ao longo do tempo (Fabíola SILVA, 2009).

A pesquisadora, referência na área de arqueologia colaborativa com o povo Asurini do Xingu, aponta ainda direções na construção de uma arqueologia mais horizontal em colaboração direta com povos indígenas. Nesse sentido, “uma investigação arqueológica/etnoarqueológica participativa vai além da mera consulta às comunidades locais para a realização da pesquisa”, se baseando em um engajamento crítico das comunidades com as quais se está trabalhando, além de um diálogo constante no processo de tomada de decisões e na produção conjunta de conhecimento (Fabíola SILVA, 2015, p. 146).

Nessa lógica, a autora delinea os principais pontos a serem contemplados por uma pesquisa que se propõe colaborativa, em contextos indígenas e de populações tradicionais:

- 1) comunicação e colaboração das comunidades em todo o processo da pesquisa e tomada de decisões (formulação e execução do projeto, interpretação dos dados e divulgação dos resultados);
- 2) instrumentalização de indivíduos das comunidades com os métodos e técnicas arqueológicas;
- 3) preservação do patrimônio cultural a partir de políticas públicas inclusivas;
- 4) coleta de dados orais (memória e tradição oral) como parte integrante da pesquisa arqueológica;
- 4) produção de recursos audiovisuais sobre o andamento e os resultados da pesquisa;
- 5) participação das comunidades na produção e divulgação dos resultados da pesquisa (Fabíola SILVA, 2015, p. 147).

No caso da pesquisa com o povo Asurini na T.I. Koatinemo, vários desses pontos foram considerados. Pessoas Asurini atuaram na elaboração da proposta e na definição da logística, também sendo responsáveis pela dinâmica de pesquisa. Também participaram e tomaram decisão quanto ao levantamento arqueológico, informando os lugares a serem prospectados baseados em seu conhecimento sobre antigas aldeias, estruturas de habitação, e caminhos. Ademais, “decidiram sobre retirar ou não retirar os materiais arqueológicos asurini mais significativos, definindo quais objetos arqueológicos permaneceriam na T.I. para serem guardados nas escolas ou em suas casas” (Fabíola SILVA, 2015, p. 147).

Na tarefa de identificar antigas aldeias e acampamentos, coube às pessoas mais velhas sinalizar a localização desses lugares, além de mostrar às mais jovens as marcas características desses locais previamente ocupados, como “vegetação secundária/capoeiras, terra preta, antigas picadas na mata, vestígios de esteios da *tavyva* [a casa comunal], cerâmica, material lítico, cemitérios” (Fabíola SILVA, 2015, p. 149). Já às pessoas mais jovens coube o trabalho pesado, aprender a lidar com os equipamentos tecnológicos utilizados na prospecção arqueológica, assim como a

coleta de material histórico e arqueológico e a tarefa de tradução para velhas/os não-bilíngues.

Nesse sentido, Fabíola Silva (2015) faz uma reflexão sobre o contexto atual de pesquisa arqueológicas com povos indígenas, ressaltando que a demanda da realização da pesquisa partiu de ambas as gerações, fundamentada nas concepções Asurini em termos de memória e transmissão de conhecimento. Por um lado, as pessoas mais velhas gostariam de visitar antigas aldeias e mostrá-las às mais jovens. Por outro lado, as pessoas mais jovens desejavam conhecer essas antigas ocupações de que sabiam por meio dos relatos dos mais velhos. Juliana Machado (2013, p. 81), em sua pesquisa com o povo Xokleng de Santa Catarina, nos relata o impacto positivo que pesquisas de arqueologia colaborativa podem ter em comunidades indígenas, “gerando uma mobilização interna e uma reflexão geral sobre o passo e sua ancestralidade”.

Nesse ponto, a pesquisadora ressalta como a experiência e relação intergeracional constituem parte elementar da transmissão e aquisição de saberes Asurini, assim como a construção da memória envolve (re)viver os que as/os antigos viveram. Essa constatação reverbera na percepção de Tim Ingold (2000, p. 21) ao defender que informação em si não é conhecimento, e que “nosso conhecimento consiste, antes, na capacidade de situar tais informações, e compreender seu significado, no contexto de um envolvimento perceptivo direto com nossos ambientes”. Para Ingold, os seres humanos desenvolvem essa capacidade à medida que as coisas nos são *mostradas*. Posto de outra forma, é possível dizer que a transmissão de conhecimento se realiza através de uma experiência compartilhada entre uma pessoa mais velha e/ou mais sábia, uma pessoa mais nova e/ou menos experiente e todos os outros seres que compõem o ambiente. Essa noção se expressa na fala de uma pessoa jovem Asurini que afirma: “a gente não sabe fazer se o velho não mostrar como se faz” (Fabíola SILVA, 2015, p. 155).

A demanda também partiu de uma inquietação, tanto de jovens quanto de pessoas mais velhas, acerca da possibilidade de invasão de brancos (grileiros) em suas terras. Isso porque, além da evidente indignação em relação aos invasores, existe também a vontade de estreitar os vínculos como seu território ancestral que eles chamam de *ure yvi* (nossa terra), a terra dos Asurini do Xingu (Fabíola SILVA, 2015).

Outro aspecto importante fomentado pela arqueologia colaborativa consiste no contato de sistemas de conhecimento distintos. Do lado indígena, a pesquisa colaborativa pode favorecer uma atualização da relação de povos indígenas com seus ancestrais, assim como com os brancos. Já da perspectiva das/os arqueólogas/os, isso nos permite repensar nossa prática científica, onde o “monólogo científico/arqueológico” pode “dar lugar a um diálogo”, abrindo espaço para a construção de uma arqueologia relacional que promova a transformação da disciplina (Fabíola SILVA, 2015, p. 158).

Entretanto, não podemos encarar a arqueologia com povos indígenas enquanto panacéia, procurando apreender integralmente suas limitações no sentido de que, mesmo colaborativa, uma pesquisa etnoarqueológica não apaga as diferenças em termos de poder e legitimação de certo tipo de conhecimento (o científico). Quanto a isso, Joana Cabral de Oliveira (2012) relata as barreiras de transposição entre as categorias botânicas da ciência tradicional (classificações taxonômicas) e os sistemas de conhecimento Wajãpi, que operam de maneira completamente distinta. Se por um lado, as categorias taxonômicas modernas são estáticas, “as categorias wajãpi não são fixas e homogêneas, podendo ser empregadas e recriadas de diversas maneiras conforme o contexto e o enunciador” (p. 19).

Dessa forma, as noções Wajãpi são relacionais e dependem da interação recorrente desses povos com o ambiente em que vivem. Enquanto cientista, Joana se confronta com o fosso epistemológico que separa esses dois sistemas de classificação e se esforça para aproximá-los na construção do texto, ressaltando que essa aproximação não se dá sem perdas.

De forma semelhante ao povo Asurini, a experiência constitui uma dimensão primordial da construção de conhecimento Wajãpi. Dessa forma, “entre os Wajãpi um dos principais modos de legitimar e aferir status de verdade a um saber é, assim, a experimentação, seja ela fruto de uma percepção direta do sujeito do aprendizado, seja ela captada por outrem pertencente à cadeia de transmissão deferencial” (Joana CABRAL DE OLIVEIRA, 2012, p. 229).

Já no caso Asurini, Fabíola Silva (2015, p. 158-159) ressalta que “a aquisição do conhecimento não só passa pela experiência (...), mas que a autoridade e veracidade conferida a ele não está no saber em si, mas no modo como este saber

foi elaborado e transmitido”, onde a elaboração desse conhecimento “é moldada na relação interpessoal e de forma contextual”.

De forma completamente distinta, como foi visto no capítulo 1, a ciência tradicional se baseia em categorias estabilizadas e purificadas, onde essa purificação constitui em si o exercício moderno de classificação (Bruno LATOUR, 2009). Se boa parte do conhecimento na sociedade ocidental ainda se transmite pela experiência e de forma intergeracional, por outro lado, a legitimidade do conhecimento científico tradicional pressupõe que o/a agente epistêmico seja capaz de produzir um conhecimento independente de valores contextuais e/ou relacionais (Alison WYLIE, 2017b).

Dessa maneira, a arqueologia colaborativa pode ser vista como um instrumento de aproximação na direção da construção de alternativas à arqueologia convencional, tendo um potencial transformador. Entretanto, é preciso ter em mente que simetrias são impossíveis tendo em vista o lugar de poder estruturante que a ciência ocupa dentro do sistema capitalista-moderno-colonial. No Ocidente, a ciência tradicional ainda é vista como a única forma legítima ou válida de se produzir conhecimento.

Nesse sentido, Juliana Machado (2013) relata como indígenas têm buscado parcerias por meio da arqueologia colaborativa de modo legitimar seu conhecimento em termos científicos. A autora explica que “isto se deve, em grande parte, a dificuldade que estes grupos têm enfrentado na manutenção de seu território tradicional. (...) O uso tradicional do território e seu vínculo com a região tem sido um dos principais argumentos utilizados na defesa de suas terras” (p. 81).

4.2.4 Por uma arqueologia indisciplinada

Quanto a isso, Alejandro Haber (2015) nos fala sobre como a violência epistêmica não constitui uma opção de praticantes da arqueologia, mas como ela está entranhada na própria disciplina. Dessa forma, por mais que nos esforcemos enquanto arqueólogas/os, por construir uma forma ética de se produzir conhecimento com povos indígenas, estamos fadados a reproduzir essa violência epistêmica, a menos que as próprias bases da disciplina sejam desmanteladas, e se construa uma nova forma de vislumbrar a arqueologia fundamentada no que Haber chama de “conversação transepistêmica” (p. 127).

Haber usa a figura da “ontologia ocidental entretecida no pano da disciplina arqueológica” (2015, p. 128) para ilustrar como pressuposições ontológicas imbuídas na estrutura da disciplina arqueológica são coerentes com as noções hegemônicas de tempo, matéria e conhecimento no Ocidente. Dessa maneira, a arqueologia admite apenas certas formas de relacionar

o passado e o presente, coisa/discurso, percepção/escrita e outro/eu. As maneiras de se relacionar com esses termos que são diferentes daqueles da disciplina são considerados um conhecimento imperfeito, e/ou maneiras ilícitas de lidar com as coisas arqueológicas (...). Isso é porque mesmo antes de as coisas serem percebidas, a disciplina (uma estrutura particular entre objetos e métodos) já atribui ao mundo certos valores no que diz respeito à matéria, percepção, tempo, entre outros. (...) Portanto, não é surpreendente que esses mesmos valores sejam encontrados no mundo lá fora (Alejandro HABER, 2015, p. 128).

Haber (2015) mostra como a concepção ocidental de tempo vetorial (como um sentido e direção) está arraigada na arqueologia e na história, e assim como a linguagem disciplinária própria da arqueologia está estabilizada desde os processos de constituição da disciplina. Uma vez que os princípios ontológicos são raramente questionados, resta pouquíssima margem de negociação para as/os sujeitas/os subalternizados em relação à produção desse conhecimento. No caso da arqueologia americana, isso envolve maneiras hegemônicas (e autorizadas) de se lidar com as/os ancestrais dos povos ameríndios derrotados no processo de colonização das Américas pelos povos europeus. Segundo o autor, as intervenções arqueológicas estão operando, assim, em um campo epistêmico já estruturado.

Para reverter isso, Haber defende um profundo questionamento das pressuposições ontológicas e epistemológicas da disciplina arqueológica, propondo um movimento em direção a uma *arqueologia indisciplinada*. Para o autor, esse movimento implica em uma insubordinação em relação às premissas disciplinárias da arqueologia. Isso inclui

um esforço para cessar a adesão automática à crença na materialidade exclusiva do objeto arqueológico; a vestigialidade de um passado localizado à distância em uma linha vetorial; a disciplina arqueológica como o único meio de se relacionar com o passado, de outra forma inacessível; conhecimento assimétrico como a relação normal e a ilicitude (e deslocamento ao longo da linha do vetor) das relações não disciplinadas (Alejandro HABER, 2015, p. 136).

Não sendo nada simples de ser concretizado, esse esforço não deve se limitar à academia. De fato, já existem espaços de construção de teoria fora da

universidade construindo seu pensamento de forma independente e insubordinada em relação às categorias hegemônicas. Nos processos de se tornar indisciplinada, Haber delinea dois processos principais: em primeiro lugar, a arqueologia se torna localizada; em segundo lugar, a arqueologia se torna uma ponte entre diferentes conhecimentos baseados em teorias locais.

Por um lado, a arqueologia rompe sua vinculação com uma teoria e ontologia universal, e começa a se vincular a teorias locais, ganhando relevância para interesses locais. Ela reconhece seu lugar de escrita e passa a intervir em disputas contra projetos globais. Por outro lado, a arqueologia não mais é considerada o campo de *expertise* em relação à certa região ou grupo de pessoas ou objetos. Ela se reconhece como um tipo de conhecimento ou uma habilidade que relaciona diferentes tipos de conhecimento. Nesse sentido, a arqueologia indisciplinada

não é uma forma de conhecer e mudar a/o outro, mas ser capaz de conversar através da diferença colonial e ser afetada/o nessa conversação. (...) As consequências da prática arqueológica nas/os outras/os (incluindo pessoas, natureza, objetos, divindades) devem ser incluídas/os na composição dos interesses da conversa, um processo aberto de aprendizado, reconhecimento e solidariedade (Alejandro HABER, 2015, p. 137).

Nesse processo, um conceito-chave constitui a inseparabilidade entre conhecimento e relações sociais: assim como não há universalidade para relações sociais, não pode haver para o conhecimento. Para Haber, quando o conhecimento passa a ser construído coletivamente e a não mais ser ditado pelos interesses exclusivos da academia, o conhecimento abandona seu caráter de intervenção e passa a ser um diálogo em construção em uma comunidade ampliada de seres humanos e não-humanos.

Quanto a isso, acredito que, se ainda estamos muito longe de uma arqueologia indisciplinada no sentido de Haber, ao menos estamos trilhando esse caminho. Juliana Machado, sobre o esforço que temos a nossa frente, afirma:

Acredito ser este o desafio contemporâneo da arqueologia colaborativa, flexibilizar a pesquisa arqueológica para incorporar diferentes visões sobre o passado, não de forma a produzir um discurso homogêneo e estável, mas sim trazendo a complexidade e diversidade de idéias sobre o passado, sobre cultura material e sobre o patrimônio como um todo (Juliana MACHADO, 2013, p. 76).

Em relação à sua fala, pode-se dizer que esse desafio não se limita à arqueologia colaborativa, mas concerne à arqueologia como um todo. Mais do que flexibilizar a pesquisa arqueológica, é preciso transmutá-la de forma que possam caber dentro dela essas outras visões sobre o tempo. Para que estas possam ser integradas de uma maneira simétrica, sendo tão válidas para explicar o mundo quanto a visão científica sobre o passado.

4.3 Outras arqueologias, outros mundos

Como visto na crítica da ciência no primeiro capítulo, a própria produção de evidências arqueológicas está marcada por “pressupostos sobre as questões culturais/históricas que estudam, bem como uma gama extremamente diversificada de conhecimentos básicos e recursos técnicos que informam o uso de vestígios de materiais sobreviventes como prova” (Alison WYLIE, 2017a, p. 2). Nessa perspectiva, a prática feminista encoraja uma abordagem autoconsciente na produção de conhecimento científico, tanto sobre como chegamos a conclusões, quanto sobre as relações entre o conhecimento e os responsáveis por elaborar esse conhecimento, advogando em favor de uma condição situada do conhecimento (Donna HARAWAY, 1995; Alison WYLIE, 2017b).

De maneira geral, a arqueologia feminista procura desestabilizar o conhecimento científico, questionar estruturas epistêmicas universalizantes, no sentido de problematizar relações de causalidade, buscar uma lógica relacional para a ciência e favorecer o uso de várias linhas de evidência na constituição de realidades passadas (Joan GERO, 2007). Isso se alia ao fato de que, ao contrário de outras ciências, a pesquisa arqueológica não é replicável, já que os sítios arqueológicos e as sequências deposicionais são únicos em sua natureza. Além disso, como já destacaram diversas/os autoras/es, a atividade básica da arqueologia, objeto de sua legitimação enquanto ciência – as escavações destroem o contexto em que são produzidos os dados. Isso faz com que, uma vez que os dados são coletados, os resultados não podem ser revistos ou reexaminados (Joan GERO, 2012).

Nesse sentido, Joan Gero (2012) nos alerta da importância de se resguardar e honrar, ao máximo, a ambiguidade e a variabilidade dos dados, no sentido de registrar de maneira cuidadosa principalmente aqueles que permitem diferentes

interpretações, de forma a favorecer narrativas diversas sobre o que acreditamos que estamos vendo. Assim, ao invés de “apagar” as ambiguidades inerentes à produção de dados científicos em busca de certezas inequívocas – narrativas onde somente o verdadeiro ou falso são possíveis, a perspectiva feminista “sugere posicionar assumidamente a pesquisa em perspectivas antirracistas, não masculinistas e não eurocentradas, menos como meio de produção de novos pressupostos e mais como guia para reflexões transformadoras” (Loredana RIBEIRO, 2017, p. 224).

Gero propõe que pessoas da comunidade e de fora da academia e/ou do campo de conhecimento arqueológico participem das equipes de escavação, de forma que sua perspectiva situada permita que os dados sejam vistos sob uma nova luz. Essa é uma proposta corroborada por Mariana Cabral:

Enquanto uma arqueologia convencional estaria atenta apenas às marcas (que consideramos válidas) de ação humana, aqui há a possibilidade de outras marcas também contarem história, ou melhor, de outros agentes usarem estas e outras marcas para contar suas próprias histórias (Mariana CABRAL, 2014b, p. 321)

Gero também defende que sejam usados outros meios de gravação, como câmeras de vídeo, de maneira que as nuances e variabilidades não se percam nos registros únicos dos sítios. Nessa lógica, diários e notas de campo sejam incorporados como parte integral do processo de construção do conhecimento relacionada com a coleta e classificação de dados.

Dessa maneira, as divergências, incertezas e negociações inerentes a esse processo não se perdem e nem se limitam a notas de rodapé de uma interpretação dominante, geralmente se tratando de um texto elaborado principalmente por uma única figura de autoridade:

Essas práticas são úteis na captura de mais de uma narrativa (...); na verdade, eles desestabilizam a prática como a conhecemos. A autoridade hierárquica da organização de campo, sob a direção de um único investigador principal (estatisticamente provável que seja um homem), que é encarregado da única interpretação de um local não replicável, agora destruído, dá lugar a uma arqueologia mais inclusiva (Joan GERO, 2012, n.p.).

Nessa lógica, a abordagem feminista não propõe abandonar o empirismo, mas antes radicalizá-lo no sentido de que é preciso que nos esvaziemos de pressupostos racista, elitistas e sexistas, de que forma que possamos exercitar o

aprendizado no processo de desenvolvimento da pesquisa e as reflexões que ela nos traz (Loredana RIBEIRO, 2017). Assim, não se trata de reelaborar modelos segundo premissas feministas, ou fazer uma arqueologia por e sobre “mulheres”, mas focar no questionamento de pressupostos opressivos operando na produção do conhecimento arqueológico. Um aspecto fundamental sublinhado por Gero também consiste em desafiar estruturas hierárquicas dentro das equipes de pesquisa, de forma a trazer visões múltiplas e coletivas que tendem a ser mais simétricas, sem que uma visão única se imponha sobre as outras.

Como foi abordado ao longo dessa dissertação, uma perspectiva feminista e descolonizante da arqueologia sobre povos caçadores-coletores do povoamento inicial do continente americano, em especial nas terras baixas sul-americanas, consiste, portanto, em desafiar o paradigma da caça e a forma com que olhamos para os vestígios arqueológicos ligados a essas primeiras ocupações das Américas. Dados arqueológicos apenas são utilizáveis para desenvolver alegações ou promover descobertas se eles são, primeiramente, lidos como evidência. Acontece que eles são lidos como se estiverem em consonância com as expectativas embutidas nas premissas que definem o domínio em determinado assunto e estipulam os temas de pesquisa (Alison WYLIE, 2017a).

Dessa maneira, é preciso confrontar a justificativa hegemônica de ênfase no estudo de artefatos líticos ao atribuí-los um caráter universalista, portanto, central na narrativa de evolução humana, e privilegiado em termos de preservação no registro arqueológico. Afinal, “os artefatos líticos só fazem sentido enquanto articulados a atividades humanas e, portanto, (...) quando estes são articulados aos demais vestígios materiais dessas atividades” (Andrei ISNARDIS, 2007, p. 206). Por isso, se nos movemos para além de artefatos formais, conseguimos enxergar as modificações na paisagem e, em especial, as relações humanas com as plantas e outros seres que povoam o ambiente no período da transição do Pleistoceno-Holoceno e Holoceno inicial nas terras baixas sul-americanas.

Por outro lado, em uma perspectiva estritamente científico-moderna, não há porque acreditar que a dimensão sociológica da relação com as plantas seja menos estruturante para povos indígenas do que as atividades de caça. Tampouco é possível sustentar que estratégias envolvendo o manejo de plantas exijam conhecimentos menos especializados que aqueles requeridos para a produção de artefatos formais, já que cada tipo de vegetal exige a apropriação de saberes

complexos quanto à sua distribuição, desenvolvimento, características fisiológicas, modos de reprodução, usos diversos, entre outros (Myrtle SHOCK; Claide MORAES, 2019).

Assim, o que é proposto ao longo dessa dissertação é nos abirmos para outras formas de se fazer arqueologia, que não necessariamente prescindam de escavações para desenterrar verdades arqueológicas como prerrogativa científica (Cristóbal GNECCO, 2012), mas olhe também para os caminhos epistemológicos que se desenham sobre a terra e pelos corpos d'água. Ademais, uma arqueologia que não se concentre em artefatos, mas em pessoas, não apenas aquelas de um passado reificado, mas também as do presente.

Junto-me a Cristóbal Gnecco (2012) quando ele afirma ser “otimista de que existem alternativas à arqueologia moderna, jeitos diferentes de conceber o passado. Talvez possamos chegar a uma arqueologia que se abre a outros mundos e, ao fazê-lo, ela deixa de ser o que foi para buscar outros destinos” (p. 14). Para isso, é preciso ir para além dos limites da academia, é preciso buscar a transformação das relações sociais. Somente as lutas dos movimentos sociais e grupos subalternizados organizados são capazes de subverter a hegemonia e derrubar o sistema capitalista-patriarcal-colonial que perpetua relações de opressão. Como pontua Sarah Schimidt, enquanto cientistas que se propõem contra-hegemônicas/os, nosso compromisso consiste em reconhecer que

existem meios para que nós, pessoas na barriga do monstro, parte do centro não tão centralizadas, possamos facilitar as revoluções. E, um deles, talvez o mais importante para a academia, é contar as histórias das revoluções – nunca pequenas, sempre muitas. Dar visibilidade às revoluções que sempre existiram, mas foram abafadas, isoladas por não conseguirem ser reprimidas. Fazer com que estas sejam reconhecidas tanto quanto são sentidas, colocar uma lente macro em seus abalos para que a hegemonia seja denunciada como a farsa que ela é. Contar outras histórias até que estas sejam ouvidas, até que seu peso vire a balança, até que elas nos descentalizem para que a terra se reequilibre (Sarah SCHIMIDT, 2018, p. 43).

Enquanto não chegamos lá, acredito que há maneiras mais justas de se lidar com a história profunda da humanidade, em que não seja indispensável escavar, mas que necessariamente tenha seu foco em pessoas e conte suas histórias. Sem dúvida, escrever é só parte de uma longa jornada de lutas que vão muito além da arqueologia, e essa peleja não se dá sem contradições, ambiguidades, erros e acertos, fluxos e refluxos. Longe de esgotar o assunto, essa dissertação constitui

sobretudo um convite à construção coletiva de narrativas outras, além da hegemônica, sobre os primeiros povos que habitaram as Américas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma única história**. 2009. 1 vídeo (18 min). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-BR. Acesso em: 06 dez. 2020.

ALVES, Ana. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARAÚJO, Astolfo. Paleoenvironments and Paleoindians in Eastern South America. In: STANFORD, D; STENGER, A. (Eds.). **Pre-Clovis in the Americas**, International Science conference proceedings. Washington, DC: Smithsonian, 2014, p. 221-261.

ARAÚJO, Astolfo. On Vastness and Variability: Cultural Transmission, Historicity, and the Paleoindian Record in Eastern South America. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 87, n. 2, p. 1239-1258, June 2015.

ARAÚJO, Astolfo et al. Extreme cultural persistence in eastern-central Brazil: the case of Lagoa Santa Paleaeoindians. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 90, n. 2, p. 2501-2521, 2018.

ARAÚJO, Astolfo; OKUMURA Mercedes. Fronteiras e identidades na pré-história: uma análise Morfométrica de pontas líticas bifaciais do Sudeste e Sul do Brasil. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, v. 17, n. 30, p. 39-62, jan./jun. 2017.

ARTHUR, Kathryn W. **The Lives of Stone Tools: Crafting the Status, Skill, and Identity of Flintknappers**. Tucson: University of Arizona Press, 2018.

BAIANASYSTEM. Bola de Cristal. In: O Futuro Não Demora. Bahia: Máquina de Louco, 2019. MP3.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, maio - agosto de 2013.

BATTLE-BAPTISTE, Whitney. **Black Feminist Archaeology**. Walnut Creek: Left Cost Press, 2011.

BELL, Martin. 2015. Experimental Archaeology at the Crossroads: A Contribution to Interpretation or Evidence of "Xeroxing"? In: CHAPMAN, Robert, WYLIE, Alison. (Eds.). **Material Evidence: Learning from Archaeological Practice**. London: Routledge, 2015, p. 42-58.

BEZERRA, Márcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. **Vestígios**, v. 12, n. 2, p. 51–58, 2019.

BETTINGER, Robert. **Hunter-Gatherers: Archaeological and Evolutionary Theory**. Nova York: Springer, 1991.

BINFORD, Lewis. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

BINFORD, Lewis. Methodological Considerations of the Archaeological Use of Ethnographic Data, In: LEE, Richard; DEVORE, Irvén. (Eds.). **Man The Hunter**. Chicago: Aldine, 1968, p. 268-273.

BINFORD, Lewis. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. **American Antiquity**, Washington, v. 45, n. 1, p. 4-20, Jan. 1980.

BLACKBURN, Simon. **The Oxford Dictionary of Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2005.

BLACKMORE, Chelsea. How to Queer the Past Without Sex: Queer Theory, Feminisms and the Archaeology of Identity. **Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress**, vol. 7 n. 1, p. 75–96, april 2011.

BOEDA, Eric et al. A new late Pleistocene archaeological sequence in South America: The Vale da Pedra Furada (Piauí, Brazil). **Antiquity**, v. 88, n. 341, p. 927–941, 2014.

BOEDA, Eric. Comentario 3: El anatema de las culturas pleistocénicas. **Intersecciones en Antropología**, Buenos Aires, v. 16, n. 1, p. 23-30, jun. 2015.

BOKSAR, Roberto. Comentario 4: Más Allá de um salto temerário o de la domesticación de la incertitumbre Contribuyendo a la “actitud metodológica”. **Intersecciones en Antropología**, Buenos Aires, v. 16, n. 1, p. 31-34, jun. 2015.

BOOZER, Anna. The Tyranny of Typologies: Evidential Reasoning in Romano Egyptian Domestic Archaeology. In: CHAPMAN, Robert, WYLIE, Alison. (Eds.). **Material Evidence: Learning from Archaeological Practice**. London: Routledge, 2015, p. 92-109.

BORRERO, Luis Alberto. The Archaeology of the First Inhabitants of the America. In: MORROW, Juliet; GNECCO, Cristóbal. (Eds.). **Paleoindian Archaeology**. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p. 9-20.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.

BRADLEY, Bruce. The Two Cs: Cola de Pescado and Clovis. **PaleoAmerica**, v.1, n. 2, p. 127–130, 2015.

BRADLEY, Bruce; OKUMURA, Mercedes. Getting from the Point; combining geometric morphometrics and technology to investigate projectile point assemblages from Southeastern Brazil. Abstract. **8th World Archaeological Congress**, Kyoto, 2016.

BRADLEY, Bruce; STANFORD, Dennis. The North Atlantic ice-edge corridor: A possible Palaeolithic route to the New World. **World Archaeology**, n. 36, v. 4, p. 459–478, 2004.

BRYAN, Alan; GRUHN, Ruth. Some difficulties in modeling the original peopling of the Americas. **Quaternary International**, Amsterdam, v. 109/110, p. 175-179, 2003.

BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um “Novo Mundo”? **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-495, maio-ago. 2019.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 119-147, jan./abr. 2015.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana; STEELE, James. The Late Pleistocene/Early Holocene archaeological record in Brazil: A geo-referenced database. **Quaternary International**, Amsterdam, v. 301, n. 8, p. 74-93, July 2013.

CABRAL, Mariana. “E se todos fossem arqueólogos?”: experiências na Terra Indígena Wajãpi. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014a.

CABRAL, Mariana. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. **Amazônica**, v. 6, n. 2, p. 314-331, 2014b.

CABRAL DE OLIVEIRA, Joana. **Entre Plantas e Palavras**: Modos de Constituição de Saberes entre os Wajãpi (AP). Tese (Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

CLASTRES, Pierre. **La Société contre l'État**: Recherches d'anthropologie politique. Paris: Les Éditions de Minuit, 1974.

COLLINS, Patricia H. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia H. Comment on Hackman’s “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”: Where’s the Power? **Signs**, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997.

CONKEY, Margareth. GERO, Joan. (Eds.). **Engendering Archaeology**: women and prehistory. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

CONKEY, Margaret. SPECTOR, Janet. Archaeology and the Study of Gender. In: SCHIFFER, M. (Ed.). **Advances in Archaeological Method and Theory**, v.7, p. 1-38, 1984.

DA-GLORIA, Pedro. Ocupação inicial das Américas sob uma perspectiva bioarqueológica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 427-444, maio-ago. 2019.

DAHLBERG, Frances. (Ed.). **Woman the Gatherer**. New Haven: Yale University Press, 1981.

DASTON, Lorraine, GALISON, Peter. **Objectivity**. New York: Zone Books, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Heather; ZOE TODD. On the Importance of a Date, or Decolonizing the Anthropocene. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 16 n. 4, p. 761-780, 2017.

DIAS, Adriana. **Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

DIAS, Adriana. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado). São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2003.

DIAS, Adriana. Da tipologia à tecnologia: reflexões sobre das indústrias líticas da Tradição Umbu. IN: BUENO, Lucas & ISNARDIS, Andrei. [Ed.]. **Das Pedras aos Homens: Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira**. Belo Horizonte: Argentum, 2007, p. 33-66.

DIAS, Adriana. Um réquiem para Clovis. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 427-444, maio-ago. 2019.

DIAS, Adriana; BUENO, Lucas. The initial colonization of South America Eastern Lowlands: Brazilian archaeology contributions to settlement of Americas models. In: GRAF, Kelly; KETRON, Caroline; WATERS, Michael. (Ed.). **Paleoamerican Odyssey**. College Station: Texas A&M University, 2013, p. 339-357.

DIAS, Adriana; BUENO, Lucas; WAGNER, Gustavo. Primeiras Pessoas num Novo Mundo: o povoamento do leste da América do Sul na transição Pleitoceno-Holoceno. In: **Handbook of South American Archaeology**. No prelo.

DIAS, Adriana; HOELTZ, Sirlei. Indústrias Líticas em Contexto: O problema Humaitá na arqueologia sul brasileira. **Revista de Arqueologia**, v.23, n. 2, p. 40-67, 2010.

DIAS, Adriana; SILVA, Fabíola. Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11: 95-108, 2001.

DILLEHAY, Tom. **Monte Verde, a Late Pleistocene Settlement in Chile**, Vol. 1, Palaeoenvironment and Site Context. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1989.

DILLEHAY, Tom. Probing deeper into first American studies. **PNAS**, v. 106, n. 4, p. 971–978, Jan. 2009.

DILLEHAY, Tom et al. Earliest hunters and gatherers of South America. **Journal of World Prehistory**, n. 6, v. 2, p. 145–204, 1992.

DILLEHAY, Tom et al. New Archaeological Evidence for an Early Human Presence at Monte Verde, Chile. **PLOS ONE**, n. 10, v. 11, Nov. 2015.

DIXON, E. James. Human colonization of the Americas: timing, technology and process. **Quaternary Science Reviews**, Amsterdam, v. 20, n. 1/3, p. 277-299, Jan. 2001.

DOELL, Ruth. LONGINO, Helen. Body, Bias, and Behavior: A Comparative Analysis of Reasoning in Two Areas of Biological Science. **Signs**, v. 9, n. 2, p. 206-227, 1983.

DOUCET, Andrea, MAUTHNER, Natasha S. Feminist methodologies and epistemologies. In: PECK, D.; BRYANT, C. (Eds.). **The Handbook of 21st Century Sociology**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007, p. 36-42.

DRAPER, Patricia. !Kung Women: Contrasts in Sexual Egalitarianism in Foraging and Sedentary Contexts. In: REITER, Rayna. (Ed.). **Toward an Anthropology of Women**. Monthly Review Press, 1975, p. 77-109.

DREXLER, Jorge. Movimiento. In: Salvavidas de Hielo. Colombia: GASA, 2017. 1 CD Estéreo.

DUNNELL, Robert. Evolutionary Theory and Archaeology. **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 3, p. 35–99, 1980.

DUNNELL, Robert. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del otro**. Quito: Abya-yala, 1994.

ENDICOTT, Karen. Gender relations in hunter-gatherer societies. In: LEE, Richard; DALY, Richard. (Eds.). **The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1999, p. 411-418.

ERLANDSON, Jon. After Clovis-First collapsed: reimagining the peopling of the Americas. In: GRAF, Kelly; KETRON, Caroline; WATERS, Michael. (Eds.). **Paleoamerican Odyssey**. College Station: Texas A&M University, 2013, p. 127-132.

ESTIOKO-GRIFFIN, Agnes. GRIFFIN, P. Bion. Woman the hunter: the Agta. In: DAHLBERG, Frances. (Ed.). **Woman the gatherer**. New Haven: Yale University Press, 1981, p. 121-151.

EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. Editora Malê, Rio de Janeiro, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOWLES, Severin. The perfect subject (postcolonial object studies). **Journal of Material Culture**, v. 21, n.1, p. 9–27, 2016.

FURQUIM, Laura; JÁCOME, Camila. Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira: do dimorfismo sexual à primavera *queer*. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13, n. 1, p. 255–279, 2019.

GASPAR, Maria Dulce, HEILBORN, Maria Luiza, ESCORCIO, Eliana. A sociedade sambaqueira vista através de sexo e gênero. **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 21, p. 17-30, 2011.

GERO, Joan. Honoring ambiguity/problematising certitude. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v.14, n. 3, p. 311–327, 2007.

GERO, Joan. Femidoxy: A private challenge to orthodox field methodology. **Labrys - Estudos feministas**, julho/dezembro, 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys22/arqueo/gero.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GIBLIN, John. Review of 'The Death of Prehistory'. SCHMIDT, Peter; MROZOWSKI, Stephen. (Eds.). Book Reviews. **Australian Archaeology**, v. 80, n.1, p. 142-144, 2015.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan.- abr. 2009.

GNECCO, Cristóbal. Escavando arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, ago. 2012.

GNECCO, Cristóbal; LANGEBAEK, Carl. Contra la tiranía del pensamiento arqueológico. In: GNECCO, Cristóbal. LANGEBAEK, Carl. (Eds.). **Contra la tiranía tipológica en arqueología**: Una visión desde Suramérica. Bogotá, Uniandes-CESO, 2006, p. ix-xiv.

GROSGOUEL, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, n.8, p. 243-282, 2008.

GRUHN, Ruth. Evidence grows that peopling of the Americas began more than 20,000 years ago. **Nature**, v. 58, n. 7819, p. 47-48, Aug 2020.

GUIDON, Niède et al. Le plus ancien peuplement de l'Amérique: le paléolithique Du Nordeste brésilien. **Bulletin de la Société Préhistorique Française**, v. 91, n. 4/5, p. 246-250, 1994.

HABER, Alejandro. Archaeology After Archaeology. In: HABER, Alejandro; SHEPARD, Nick. (Eds.). **After Ethics: Ancestral Voices and Post-Disciplinary Worlds in Archaeology**. New York: Springer, 2015, p. 127-137.

HARAWAY, Donna. **Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science**. New York: Routledge, 1989.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Robert; TELEKI, Geza. (Eds.). Omnivorous primates: gathering and hunting in human evolution. New York: Columbia University Press, 1981.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra. (Ed.). **Feminism and methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987, p. 1-14.

HARDING, Sandra. Strong Objectivity: A Response to the New Objectivity Question. **Synthese**, v. 104, n. 3, p. 331-349, Sep. 1995.

HAYDENBLIT, Rebeca. Dental variation among four prehispanic Mexican populations. **American Journal of Physical Anthropology**, 100(2), p. 225–246, June 1996.

INGOLD, Tim. Eight themes in the anthropology of technology. **Social Analysis: The International Journal of Social and Cultural Practice**, v. 41, n. 1, p. 106-138, 1997.

INGOLD, Tim. On the social relations of the hunter-gatherer band. In: LEE, Richard; DALY, Richard. (Eds.). **The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1999, p. 399-410.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

IRIARTE, José. New Perspectives on Plant Domestication and the Development of Agriculture in the New World. In: DEHAM, Tim; IRIARTE, José; VRYDAGHS, Luc (Eds.). **Rethinking Agriculture: Archaeological and Ethnoarchaeological Perspectives**. New York: Routledge, 2007, p. 167-188.

ISNARDIS, Andrei. Notas sobre a solidão das Indústrias Líticas. In: BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei. (Orgs.). **Das Pedras aos Homens: Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2007, p. 195-207.

JACKSON, Lawrence. Fluted and Fishtail Points from Southern Coastal Chile. In: MORROW, Juliet; GNECCO, Cristóbal. (Eds.). **Paleoindian Archaeology**. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p. 105-120.

JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime Xamen. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da Arqueologia Karaiwa e Wai Wai. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc.Hum., Belém, v. 15, n. 3, p. 1-25, 2020.

JOHNSON, Matthew. **Archaeological Theory: An Introduction**. Oxford: Blackwell, 2010.

KELLY, Robert; TODD, Lawrence. Coming into the Country: Early Paleoindian Hunting and Mobility. **American Antiquity**, n. 5, p. 231-44, 1988.

KEPHART, Jane. **Primitive Woman as Nigger, or The Origin of the Human Family as Viewed through the Role of Women**. M.A. Dissertation, University of Maryland, 1970.

KOCH, Paul; BARNOSKY, Anthony. Late Quaternary Extinctions: State of the Debate. Annual Review of Ecology, **Evolution and Systematics**, v.37, n. 1, p. 215–250, Aug. 2006.

KRENAK, Ailton; VIEIRA JUNIOR, Itamar; ARAÚJO, Flávio. **O ancestral que habito**. 2020. Vídeo (1h 25min). Publicado pelo canal Sesc Paraty. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kk0uOr9deXI>. Acesso em: 05 jan. 2021.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1997.

LACEY, Hugh. Existe uma distinção relevante entre valores cognitivos e sociais? **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 121-149, June 2003.

LANATA, José Luis et al. Demographic conditions necessary to colonize new space: the case for early human dispersal in the Americas. **World Archaeology**, London, v. 40, n. 4, p. 520-537, Nov. 2008.

LATOURE, Bruno. Ethnography of a “high-tech” case. About Aramis. In: LEMONNIER, Pierre. (Ed.). **Technological Choices**. London: Routledge, 1993.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.

LAUGHLIN, William. Hunting: An Integrating Biobehavior System and Its Evolutionary Importance. In: LEE, R. DEVORE, I. (Eds.) **Man The Hunter**. Chicago: Aldine, 1968, p. 304-320.

LEE, Richard. The !Kung and I: Reflections on My Life and Times with the Ju/'Hoansi. **Ethnoarchaeology**, v. 4, n. 2, p. 199-225, 2012.

LEE, Richard; DALY, Richard. Introduction: Foragers and others. In: LEE, Richard; DALY, Richard. (Eds.). **The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1999, p. 1-19.

LEE, Richard; DEVORE, Irvan. (Eds.). **Man The Hunter**. Chicago: Aldine, 1968.

LEMONNIER, Pierre. Introduction. In: LEMONNIER, Pierre. (Ed.). **Technological Choices**. London: Routledge, 1993, p. 1-35.

LEVIS, Carolina et al. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian Forest composition. **Science**, v. 355, n. 6328, p. 925-931, mar. 2017.

LIMA, Tânia A. Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. **Revista de Arqueologia**, v. 19, p. 125-141, 2006.

LONGINO, Helen. Can There Be A Feminist Science? **Hypatia**, v. 2, n. 3, p. 51-64, Autumn 1987.

LONGINO, Helen. **Science as Social Knowledge: Values and Objectivity in Scientific Inquiry**. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, 1990.

LOPONTE, Daniel; OKUMURA, Mercedes; CARBONERA, Mirian. New records of fishtail projectile points from Brazil and its implications for its peopling. **Journal of Lithic Studies**, v. 3, n. 1, p. 63-85, 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, setembro-dezembro/2014.

LYNCH, Thomas. Glacial-age man in South America? A critical review. **American Antiquity**, Cambridge, v. 55, n. 1, p. 12-36, Jan. 1990.

LYNCH, Thomas. Lack for evidence for glacial-age settlement of South America: replay to Dillehay and Collins and to Gruhn and Bryan. **American Antiquity**, Cambridge, v. 56, n. 3, p. 348-355, Apr. 1991.

MACHADO, Juliana. **Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 2012.

MACHADO, Juliana. História(s) Indígena(s) e a Prática Arqueológica Colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Being. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240–270, 2007.

MARTIN, M. Kay, VOORHIES, Barbara. **Female of the Species**. New York: Columbia University Press, 1975.

MARTIN, Paul; STEADMAN, David. Prehistoric Extinctions on Islands and Continents. In: MACPHEE, R. (Ed.). **Extinctions in near time: Causes, contexts, and consequences**. Kluwer/Plenum, New York, 1999, p. 17–55.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: Mauss, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 399-422.

MELTZER, David. First peoples in a New World: colonizing Ice Age America. Berkeley: University of California Press, 2009.

MELTZER, David; ADOVASIO, James; DILLEHAY, Tom. On a Pleistocene human occupation at Pedra Furada, Brazil. **Antiquity**, Cambridge, v. 68, n. 261, p. 695-714, Dec. 1994.

MIGNOLO, Walter. The geopolitics of knowledge and the colonial difference". **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

MIGNOLO, Walter. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. [Entrevista cedida a] Luciano Gallas. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo, n. 431, nov. 2013. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5253. Acesso em: 07 dez. 2020.

MILLER, Daniel. Materiality: An introduction. In: MILLER, Daniel. (Ed.). **Materiality**. Durham, NC: Duke University Press, 2005, p. 1-50.

MINGATOS, Gabriela. **Caça ou Deixa Passar?** A Dieta dos Grupos Humanos do Sítio Lapa do Santo, Lagoa Santa, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

MORAES WITCHERS, Camila. Barbara Voss Interview to Specialists in Gender Archeology in Brazil. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 211, jun. 2018.

MORENO DE SOUSA, João Carlos. **Tecnologia de Ponta a Ponta**: Em busca de mudanças culturais durante o Holoceno em indústrias líticas do Sudeste e Sul do Brasil. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

MORENO DE SOUSA, João Carlos; ARAÚJO, Astolfo. Microliths and Polished Stone Tools during the Pleistocene-Holocene Transition and Early Holocene in South America: The Lagoa Santa Lithic Industry. **PaleoAmerica**, p. 1-20, 2018.

MORENO DE SOUSA, João Carlos; OKUMURA Mercedes. A new proposal for the technological analysis of lithic points: Application for understanding the cultural diversity of hunter gatherers in Eastern South America. **Quaternary International**, v. 562, p. 1-12, 2020.

MORROW, Juliet; MORROW, Toby. Geographic Variation in Fluted Projectile Points: A Hemispheric Perspective. **American Antiquity**, n. 64, v. 2, p. 215-30, 1999.

MOSIMANN, James; MARTIN, Paul. Simulating overkill by Paleoindians: did man hunt the giant mammals of the New World to extinction? Mathematical models show

that the hypothesis is feasible. **American Scientist**, Carolina do Norte, v. 63, n. 3, p. 304-313, May/June 1975.

NAVARRETE, Rodrigo. Excavando mujeres en y desde El sur: Aproximaciones a la arqueología feminista en latinoamérica. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 15, n. 34, p. 75-104, 2010.

NEVES, Walter; BERNARDO, Danilo; OKUMURA, Mercedes, 2007. A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações? **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 50, n. 1, 2007.

NYS-MAZURE, Colette. **Célébration du Quotidien**. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.

O'BRIEN, Michael; HOLLAND, Thomas. The Nature and Premise of a Selection-based Archaeology. In: TELTNER, Patrice. (Ed.). **Evolutionary Archaeology – methodological issues**. Tucson & London: The University of Arizona Press, 1995, p. 175-220.

O'BRIEN, Michael; LYMAN, R. Lee. Evolutionary Archaeology: Reconstructing and Explaining Historical Lineages. In: SCHIFFER, Michael. **Social theory in archaeology**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2000, p. 126-142.

OKUMURA, Mercedes. Dardo ou flecha? Testes e reflexões sobre a tecnologia de uso de pontas de projétil no Sudeste e Sul do Brasil durante a pré-história. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 7, n. 24, p. 7-32, 2015.

OKUMURA, Mercedes. Boundaries and identities in prehistory: the relation between raw material and shape of lithic bifacial points in Southeastern and Southern Brazil. 56º **Congreso Internacional de Americanistas (ICA)**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 520-533, 2018.

OKUMURA Mercedes; ARAÚJO, Astolfo. Pontas bifaciais no Brasil Meridional: Caracterização estatística das formas e suas implicações culturais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 23, p. 111-127, 2013.

OKUMURA Mercedes; ARAÚJO, Astolfo. Long-term cultural stability in hunter-gatherers: a case study using traditional and geometric morphometric analysis of lithic stemmed bifacial points from Southern Brazil. **Journal of Archaeological Science**, 45, p. 59-71, 2014.

OKUMURA Mercedes; ARAÚJO, Astolfo. Contributions to the Dart versus Arrow Debate: New Data from Holocene Projectile Points from Southeastern and Southern Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 87, n. 4, 2015a.

OKUMURA Mercedes; ARAÚJO, Astolfo. Desconstruindo o que Nunca foi Construído: Pontas Bifaciais 'Umbu' do Sul e Sudeste do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 20, p. 77-82, 2015b.

OKUMURA Mercedes; ARAÚJO, Astolfo. The Southern Divide: Testing morphological differences among bifacial points from southern and southeastern Brazil using geometric morphometrics. **Journal of Lithic Studies**, v. 3, n. 1, p. 107-131, 2016.

OKUMURA Mercedes; ARAÚJO, Astolfo. Fronteiras sul e sudeste: Uma análise morfométrica de pontas bifaciais de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (Brasil). **Journal of Lithic Studies**, v. 4, n. 3, p. 163-188, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. **CODESRIA Gender Series**, v.1, p. 1-8, 2004, por Juliana Araújo Lopes.

PASSOS, Lara. **Da Beira ao Fundo**: uma análise bibliométrica feminista da arqueologia brasileira a partir de dois estudos de caso. Monografia (Graduação). Belo Horizonte, UFMG, 2017.

PEARSON, Georges. Pan-American Paleoindian Dispersal and the Origins of Fishtail Projectile Points as Seen through the Lithic Raw-Material Reduction Strategies and Tool Manufacturing Techniques at the Guardiría Site, Turrialba Valley, Costa Rica. In: BARTON, C. et al. (Eds.). *The Settlement of the American Continents: A Multidisciplinary Approach to Human Biogeography*. Tucson: University of Arizona Press, 2004, p. 85–102.

POLITIS, Gustavo. Moving to produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia. **World Archaeology**, v. 2, n.3, p. 492-511, 1996.

POLITIS, Gustavo. Comentario 1: Un juego de metáforas. **Intersecciones en Antropología**, Buenos Aires, v. 16, n. 1, p. 15-18, jun. 2015.

PRASCIUNAS, Mary. Mapping Clovis: projectile points, behavior and bias. **American Antiquity**, Cambridge, v. 76, n. 1, p. 107-126, Jan. 2011.

PRATES, Luciano; POLITIS, Gustavo; STEELE, James. Radiocarbon chronology of the early human occupation of Argentina. **Quaternary International**, Amsterdam, v. 301, p. 104-122, July 2013.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora UnB. 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

RAFF, Jennifer; BOLNICK, Deborah. Does Mitochondrial Haplogroup X Indicate Ancient Trans-Atlantic Migration to the Americas? A Critical Re-Evaluation. **PaleoAmerica**, v.1, n.4, 297–304, 2015.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RANERE, Anthony. The Clovis Colonization of Central America. In: MORROW, Juliet; GNECCO, Cristóbal. (Eds.). **Paleoindian Archaeology**. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p. 69-85.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, p. 210-234, jul. 2017.

RIBEIRO, Loredana. Barbara Voss Interview to Specialists in Gender Archeology in Brazil. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 206-209, jun. 2018.

RIBEIRO, Loredana; FORMADO, Bruno Sanches Ranzani da Silva; SCHIMIDT, Sarah; PASSOS, Lara. A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Rev. Estud. Fem.**, v. 25, n.3, p.1093-1110, 2017.

RIBEIRO, Loredana; SCHIMIDT, Sarah. Proezas de uma história local, alternativa e crítica do capitalismo no Brasil. In: **XIII Reunião de Antropologia do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=94. Acesso em: 10 dez. 2020.

SAHLINS, Marshall. The origin of society. **Scientific American**, v. 203, n. 3, p. 76–87, 1960.

SAHLINS, Marshall. A sociedade afluyente original. In: SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007 [1968], p.105-152.

SCHEEL-YBERT, Rita; BOYADJIAN, Célia. Gardens on the coast: Considerations on food production by Brazilian shellmound builders. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 60, n. 101211, 2020.

SCHIMIDT, Sarah K. **Garimpeiras locais contra as Minas Gerais**: o que elas me ensinaram sobre Capitalismo e Ciência. Dissertação (Mestrado). Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

SCHMAUS, Warren. O conceito de posição social na sociologia do conhecimento. **Tempo Social**, v. 26, n. 2, p. 39-56, 2014.

SHENNAN, Stephen. Evolution in Archaeology. **Annu. Rev. Anthropol**, v.37, p.75–91, 2008.

SHOCK, Myrtle; MORAES, Claide. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 263-290, maio-ago. 2019.

SILVA, Fabíola. **As Tecnologias e seus Significados**: Um Estudo da Cerâmica dos Asuriní do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma Perspectiva Etnoarqueológica. Tese (Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Fabíola. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 1, p. 27-37, jan.- abr. 2009.

SILVA, Fabíola. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. **Revista de Antropologia**, v. 58, n. 2, p. 143-172, 2015.

SLOCUM, Sally. Woman the Gatherer: Male Bias in Anthropology. In: REITER, Rayna. (Ed.). **Toward an Anthropology of Women**. Monthly Review Press, 1975, p. 36-50.

SMITH, Linda Tuhiwai. **A descolonizar las metodologías**: Investigación y pueblos indígenas. Santiago: Lom ediciones, 2016.

SMITH, Maíra. **Árvores de Cultura**: cultivo e uso do pequi (*Caryocar* sp., Caryocaraceae) entre os Kuikuro do Alto Xingu, MT. Tese (Doutorado). Brasília, Universidade de Brasília, 2013.

SOUZA, Rebeca. 2017. **A cruzada do capital pela hegemonia do chão da escola**: a ideologia da qualidade da educação e a Gestão Integrada da Escola (GIDE) como mecanismos de controle do mercado. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STANLEY, Liz, WISE, Sue. Method, methodology and epistemology in feminist research processes. In: STANLEY, Liz. (Ed.). **Feminist praxis**. London: Routledge, 1990, p. 20-60.

STEEGE, Hans ter et al. Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora. **Science**, v. 342, n. 6156, oct. 2013.

STEWART, Julian. **Theory of culture change**. The methodology of multilinear evolution. Urbana: University of Illinois Press, 1963.

SUÁREZ, Rafael. Pre-Fishtail settlement in the Southern Cone ca. 15,000-13,100 yr cal. BP: Synthesis, evaluation, and discussion of the evidence. In: STANFORD, D.; STANGER, A. (Eds.). **Pre-Clovis in Americas: International science conference proceedings**. Washington DC: Smithsonian Institution, 2014, p. 153-191.

TANNER, Nancy; ZIHLMAN, Adrienne. Women in Evolution. Part I: Innovation and Selection in Human Origins. **Signs**, v. 1, n. 3, p. 585-608, Spring 1976.

TODD, Zoe. Uma **interpelação feminista indígena à “Virada Ontológica”**: “ontologia” é só outro nome para colonialismo. Disponível em: <https://maquinacrisica.org/2015/12/22/uma-interpelacao-feminista-indigena-a-virada->

ontologica-ontologia-e-so-outro-nome-para-colonialismo. Acesso em: 20 de julho de 2019.

TRINGHAM, Ruth. Household with Faces: The Challenge of Gender in Prehistoric Architectural Remains. In: CONKEY, Margaret. GERO, Joan. (Eds.). **Engendering Archaeology: women and prehistory**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991, p. 93-131.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. Todavia: Rio de Janeiro, 2019.

VILHENA-VIALOU, Águeda. (Org.). **Pré-história do Mato Grosso Vol. 1: Santa Elina**. São Paulo: Edusp, 2005.

VILHENA-VIALOU, Águeda. Metodologia de análise para as Indústrias Líticas do Pleistoceno no Brasil Central. In: BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei. (Orgs.). **Das Pedras aos Homens: Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2007, p. 173-193.

VILHENA-VIALOU, Águeda; VIALOU, Denis. Manifestações simbólicas em Santa Elina, Mato Grosso, Brasil: representações rupestres, objetos e adornos desde o Pleistoceno ao Holoceno recente. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 427-444, maio-ago. 2019.

WAI WAI, Jamie Xamen. **A Cerâmica Konduri e a Ocupação dos Wai Wai na Terra Indígena Wai Wai Trombetas Mapuera (Pará Brasil)**. 2020. Vídeo (7 min). Publicado pelo canal Curso Livre de Arqueologia – UFAM. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XwEMdX-vryg>. Acesso em: 06 dez. 2020.

WASHBURN, Sherwood. LANCASTER, Chet. The evolution of hunting. In: LEE, Richard; DEVORE, Irvan. (Eds.). **Man The Hunter**. Chicago: Aldine, 1968, p. 293-303.

WATLING, Jennifer, et al. Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. **PLoS ONE**, n. 13, v. 7, p. 1-28, 2018.

WATTS-POWLESS, Vanessa. Lugar-Pensamento indígena e agência de humanos e não-humanos (a Primeira Mulher e a Mulher Céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu!). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 250-272, jan./jun. 2017.

WHITE, Leslie. **The Evolution of Culture: The Development of Civilization to the Fall of Rome**. New York: McGraw-Hill, 1959.

WYLIE, Alison. **Thinking from Things: Essays in the Philosophy of Archaeology**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2002.

WYLIE, Alison. Doing Archaeology as a Feminist: Introduction. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 14, p. 209-216, 2007.

WYLIE, Alison. Arqueologia e a crítica feminista da ciência. [Entrevista cedida a] Kelly Koide; Mariana Ferreira; Marisol Marini. **Scientiae Studia**, v.12, n. 3, p. 549-590, 2014.

WYLIE, Alison. How Archaeological Evidence Bites Back: Strategies for Putting Old Data to Work in New Ways. **Science, Technology, & Human Values**, v. 42, n. 2, p. 203-225, 2017a.

WYLIE, Alison. Os que conhecem, conhecem bem: teoria do ponto de vista e arqueologia de gênero. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-38, 2017b.

ZIHLMAN, Adrienne. Women as Shapers of the Human Adaptation. In: DAHLBERG, Frances. (Ed.). **Woman the gatherer**. New Haven: Yale University Press, 1981, p. 75-120.

ZIHLMAN, Adrienne. Engendering Human Evolution. In: BOLGER, Diane. (Ed.). **A Companion to Gender Prehistory**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013, p. 24-44.

GLOSSÁRIO

Anos AP: anos Antes do Presente. 0 (zero) AP corresponde ao ano civil de 1950;

Anos Cal AP: anos calibrados Antes do Presente. As medições de datação por radiocarbono produzem idades em "anos por radiocarbono", que devem ser convertidas em idades do calendário por um processo chamado calibração. A calibração é necessária porque a razão atmosférica carbono-14/carbono-12, que é um elemento-chave no cálculo das idades do radiocarbono, não tem sido constante historicamente. É usado então outro(s) método(s) para fazer a calibração, como a dendrocronologia;

Antracologia: estudo de carvão vegetal recuperados de sítios arqueológicos;

Arqueobotânica: estudo de vestígios antigos de plantas;

Artefato ou instrumento bifacial: artefato que foi lascado nas duas faces. Não confundir com "biface";

Beríngia: faixa de terra, hoje submersa, que liga o Alasca à Sibéria, no que é agora o Estreito de Bering e o Mar de Chukchi. Estaria disponível para ocupação durante períodos em que os níveis do mar estavam mais baixos, por exemplo, durante os períodos de glaciação;

Biface: Instrumento lascado em suas duas faces de forma mais ou menos intensa. Ele pode apresentar muitas morfologias, no entanto, sua base será frequentemente larga e massiva. Trata-se de um instrumento típico do Paleolítico inferior e médio do velho mundo e aconselha-se que o termo seja reservado para este contexto específico;

Bifacialidade: Característica de um artefato que sofreu retoque bifacial. Técnica geralmente empregada na produção de pontas de projétil no contexto brasileiro;

Datação por radiocarbono: Técnica de datação absoluta de matéria orgânica desenvolvida por Willard Libby em 1949, baseada no fato de que todos os organismos vivos contêm uma proporção pequena, mas constante, de carbono-14 (em relação aos isótopos estáveis carbono-12 e carbono-13). Quando o organismo morre, o carbono-14 não é mais reabastecido do meio ambiente, e o que está presente no momento da morte decai a um ritmo constante. A datação por radiocarbono pode ser medida até cerca de 70.000 anos atrás;

Horizonte: unidade arqueológica que pode ser caracterizada como uma continuidade espacial, representada principalmente por traços ou conjuntos de traços culturais, cuja natureza e modo de ocorrência permite a suposição de uma vasta e rápida dispersão;

Ponta Clóvis: pontas de projétil líticas acaneladas encontradas em estreita associação com ossadas de animais da megafauna pleistocênica, no sítio Blackwater Locality Nº 1, perto da cidade de Clovis, Novo México (EUA);

Ponta Rabo de Peixe (ou Ponta Fell): ponta de pedra lascada pedunculada trabalhada bifacialmente com um contorno parecido com a forma de um peixe. O pedúnculo representaria o rabo do peixe. Encontrada em sítios do período de transição Pleistoceno-Holoceno distribuídos pela América do Sul, especialmente ao longo da Costa Pacífica sul-americana, Patagônia, Pampas Argentino-Uruguaios, e possivelmente, no sul do Brasil;

Tradição: unidade arqueológica que pode ser caracterizada como uma continuidade temporal representada por configurações persistentes em tecnologias únicas ou outros sistemas de formas relacionadas;

Tradição Umbu: refere-se à cultura material associada a povos caçadores-coletores extintos das regiões sul e sudeste do Brasil de até 12.000 anos AP. O fóssil-guia desta tradição são pontas de projétil pedunculadas;

Western Stemmed Tradition: tradição caracterizada por pontas de projétil pedunculadas e artefatos bifaciais encontrados na costa pacífica e no oeste dos

EUA. A partir, principalmente, de datações obtidas no sítio Paisley Caves, no Oregon (~14.300 anos cal AP), além de achados do sítio Meadowcroft, na Pennsylvania (cronologia entre 12.000 e 20.000 anos AP), essa tradição passou então a ser considerada tão ou mais antiga que o Horizonte Clóvis.